

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

**ONILDA ALVES DO CARMO**

**OS HOMENS DAS FAMÍLIAS DO PETI:  
IDENTIDADE DE GÊNERO E A RELAÇÃO COM O ESPAÇO  
DOMÉSTICO**

**FRANCA**

**2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**ONILDA ALVES DO CARMO**

**OS HOMENS DAS FAMÍLIAS DO PETI:  
IDENTIDADE DE GÊNERO E A RELAÇÃO COM O ESPAÇO  
DOMÉSTICO**

**Tese apresentada à Faculdade de História,  
Direito e Serviço Social da Universidade  
Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”  
para obtenção do Título de Doutora em  
Serviço Social. Área de Concentração: Serviço  
Social: Formação Profissional**

**Orientação: Prof. Dr. Mário José Filho**

**FRANCA**

**2008**

Carmo, Onilda Alves do

Os homens das famílias do PETI : identidade de gênero e a relação com o espaço doméstico / Onilda Alves do Carmo.  
–Franca : UNESP, 2008

Tese – Doutorado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Masculinidade – Relações de gênero. 2. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – São José do Rio Preto (SP). 3. Serviço Social – Família.

CDD – 362.82

**ONILDA ALVES DO CARMO**

**OS HOMENS DAS FAMÍLIAS DO PETI:  
IDENTIDADE DE GÊNERO E A RELAÇÃO COM O ESPAÇO  
DOMÉSTICO**

**Tese apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para obtenção do título de doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Formação Profissional.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Mário José Filho**

**1º Examinador:** \_\_\_\_\_

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_

**3º Examinador:** \_\_\_\_\_

**4º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Franca, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.**

## *Dedicatória*

*Dedico esta tese às mulheres e aos homens que na difícil luta cotidiana pela sobrevivência procuram construir novas relações de gênero. De maneira especial, quero dedicar esta tese também à minha filha Maria Elisa que, no processo de construção de sua identidade feminina e, dentro dos limites próprios da adolescência, dá testemunho de sua maturidade. Que você siga esse caminho e possa testemunhar que mulheres e homens podem construir novas relações sociais de gênero baseadas no respeito ao direito à igualdade e à diferença.*

## **AGRADECIMENTO ESPECIAL AO MEU ORIENTADOR**

Ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Pe. Mário José Filho, por sua contribuição nesse processo de ensino/aprendizagem. A sua postura de educador que parte do saber do orientando, acolhendo-o, contribui para o desenvolvimento da crítica, transformando esse saber em conhecimento sistematizado. Nesse sentido, o esforço dele enquanto orientador foi o de ajudar a aprendiz de ourives a lapidar a pedra bruta e transformá-la em uma jóia que pode não ser a mais bela de todas, mas com certeza guarda o valor da experiência realizada.

## AGRADECIMENTOS

Aos homens que aceitaram serem sujeitos desta pesquisa, pois sem eles ela não seria possível.

Ao Claudio, meu companheiro, esposo, parceiro, “*mi cómplice y todo*”. Obrigado. Seu esforço para desconstruir uma ideologia machista, realizando as tarefas domésticas, seu compromisso em assumir cuidar da Maria Elisa quando criança e agora, na adolescência, estar por perto, acolhê-la quando não estou, “amenizando” os “ais” da minha ausência, foram decisivos para que eu pudesse chegar a essa etapa do caminho. Você caminhou comigo e juntos fomos traçando o caminho, construindo o que chamei de “solidariedade<sup>1</sup> entre os gêneros”; “*caminate no hay, se hace el camino al andar*” (Manuel de Cerrat).

À minha filha Maria Elisa, em processo de construção do seu ser mulher, que desde pequena, nos meus tempos do Mestrado, na PUC/SP, vive o dilema, às vezes muito sofrido, entre o desejo de ter a mãe por perto e a solidariedade com sua luta para concluir o doutorado.

À amiga e comadre Vera, seu companheirismo e amizade, bem como a leitura atenta dos originais da tese foram fundamentais.

Às minhas alunas e aos meus alunos, tanto os da Unilago, quanto os da FAF, que aceitam minha ausência e se mostraram solidários comigo nesse processo.

De modo especial agradeço às alunas Eunice Aparecida Franco e Dinorah de Fátima Zampiere Bastos e aos alunos Lucas Moises Vini e Thiago Sousa Oliveira pela grande contribuição na pesquisa para essa tese. A colaboração de vocês não só ajudou na obtenção dos dados, mas também me ajudou a não desanimar no caminho e seguir em frente.

À minha amiga e companheira Gláucia Heloisa que incentivou-me a iniciar esse caminho. Tantas viagens na madrugada para Franca, tantos projetos... tantas cumplicidades... Obrigado pelo incentivo sempre constante para que eu terminasse o doutorado.

Às minhas amigas e companheiras, professoras da Unilago, pelo apoio e incentivo. De modo especial à Mariza Denadai, coordenadora do Curso de Serviço, pela

---

<sup>1</sup> Me refiro à solidariedade que pressupõe responsabilidade recíproca, na interdependência e na partilha da mesma busca, a construção de uma sociedade mais justa, diferente mas não desigual



paciência e respeito ao processo de construção dessa tese. À Maria Cristina de Souza pelo apoio, carinho e incentivo.

Ao pessoal da FAF, à D. Cleusa, diretora acadêmica e às professoras Elaine, Lílian, Ana Cristina e Camila, ex-alunas e agora companheiras na docência no Curso de Serviço Social da FAF, obrigado pelo carinho e pelo apoio. Valeu.

À Janaina, minha sobrinha, que ajudou na conferência dos gráficos e tabelas.

Aos meus familiares todos. Obrigado pelo apoio, incentivo e compreensão pelas minhas ausências nos fins de semana quando nos reunimos na casa da Odila, a caçula das irmãs mulheres que, na ausência dos nossos pais, herdou o compromisso de continuar a preservar o espaço de encontro de todos nós. Nesse espaço cada um é um e todos ao mesmo tempo e na contradição das relações de gênero e, também de classe vão aprimorando os laços de pertença e solidariedade entre todos.

À CAPES pelo incentivo em conceder-me a bolsa de estudos “ Demanda Social” que possibilitou-me concluir esse doutorado.

Ao CNPq pelo apoio ao projeto, financiando parte da pesquisa.

*“hay hombres que luchan un día y son buenos, hay  
hombres que luchan un año y son mejores, hay hombres  
que luchan muchos años y son muy buenos, y hay  
hombres que luchan toda la vida, esos son los  
imprescindibles”*

Berthold Brecht

CARMO, Onilda Alves do. **Os homens das famílias do PETI: identidade de gênero e a relação com o espaço doméstico.** 2008. 146 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

## RESUMO

A presente tese “OS HOMENS DAS FAMÍLIAS DO PETI: IDENTIDADE DE GÊNERO E A RELAÇÃO COM O ESPAÇO DOMÉSTICO” é o resultado da pesquisa de campo, de corte qualitativo, que teve como objetivo conhecer e analisar as relações que os homens estabelecem com o espaço doméstico a partir das relações de gênero e como se definem como homens. O universo da pesquisa foi o das Famílias Incluídas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no Município de São José do Preto (SP) até o ano de 2007. O tema desta tese foi desenvolvido sob dois eixos. Um primeiro foi conhecer e entender as famílias dos sujeitos da pesquisa como famílias reais, pertencentes à classe que vive-do-trabalho e não como famílias pensadas e idealizadas por um modelo pretensamente normatizante. Outro eixo foi compreender as relações que os homens estabelecem com o espaço doméstico e com o grupo familiar no contexto de relações de gênero construídas historicamente. O trabalho se desdobrou em três momentos: 1. conhecer quem são esses homens, sujeitos de nossa pesquisa e quem são as suas famílias; 2. conhecer e analisar o que pensam do ser homem e dos papéis masculinos construídos historicamente para eles; 3. conhecer o que pensam da família e do casamento e como se relacionam com o espaço doméstico no que diz respeito às relações com a mulher e os filhos e na divisão das tarefas da casa. A fala dos entrevistados revelou que estes homens, trabalhadores, maridos e pais, nas relações que estabelecem com mulher e filhos, vivenciam contradições. De um lado, aportam as noções tradicionais de masculinidade, que podem ser descritas como machistas. Ao mesmo tempo, anseiam por companheirismo com a mulher e pelo estabelecimento de diálogo com os filhos. O companheirismo traduz-se na compreensão do trabalho remunerado da mulher não como ajuda, mas como aporte importante para a sobrevivência. Ao mesmo tempo, há a preocupação com a partilha das obrigações domésticas.

**Palavras-chave:** masculinidade. identidade de gênero. papéis sociais. relações de gênero. família.

CARMO, Onilda Alves do. **Los hombres de las familias do PETI: identidad de género y la relación con el espacio doméstico.** 2008. 146 f. Tesis (Doctorado en Servicio Social) – Facultad de Historia, Derecho e Servicio Social, Universidad Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

## RESUMEN

La presente tesis “LOS HOMBRES DE LAS FAMILIAS DO PETI: IDENTIDAD DE GÉNERO Y LA RELACIÓN CON EL ESPACIO DOMÉSTICO” es el resultado de la investigación de campo, de corte cualitativo, que tuvo como objetivo conocer y analizar las relaciones, que los hombres establecen con el espacio doméstico a partir de las relaciones de género y como se definen como hombres. El universo de la investigación fue las familias incluidas en el Programa de Erradicación del Trabajo Infantil (PETI), en el municipio de São José do Rio Preto (SP), hasta el año 2007. El tema de esta tesis fue desarrollado bajo dos ejes. El primero fue conocer y entender las familias de los sujetos de la investigación como familias concretas que pertenecen a la clase que vive del trabajo y no como familias pensadas e idealizadas por un modelo pretendidamente normal. Otro eje fue comprender las relaciones, que los hombres establecen con el espacio doméstico y con el grupo familiar, en el contexto de relaciones de género construidas históricamente. El trabajo se desdobló en tres momentos. 1. conocer quiénes son esos hombres, sujetos de nuestra investigación y quien son sus familias; 2. conocer y analizar lo que piensan de ser hombre y de los papeles masculinos construidos históricamente para ellos; 3. conocer lo que piensan de la familia y del casamiento y como se relacionan con el espacio doméstico, en respecto a las relaciones con la mujer y los hijos, y en la división de los quehaceres de casa. Las respuestas de los entrevistados revelaron que estos hombres, trabajadores, maridos y padres, en las relaciones que establecen con la mujer e hijos, viven las contradicciones. De un lado, aportan las nociones tradicionales de masculinidad, que pueden ser descritas como machistas. Al mismo tiempo, anhelan por compañerismo con la mujer y por el establecimiento de diálogo con los hijos. O compañerismo traduce se en la comprensión del trabajo remunerado de la mujer no como ayuda, como aporte importante para la sobrevivencia. Al mismo tiempo, hay preocupación con compartir las obligaciones domésticas.

**Palabras clave:** masculinidad. identidad de género. roles sociales. relaciones de género. familia.

CARMO, Onilda Alves do. **Men from families of PETI: gender identity in the relationship with the domestic space.** 2008. 146 f. Thesis (Doctor in Social Work) – Faculty of History, Law and Social Work, University of São Paulo State “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

### **ABSTRACT**

The presents Thesis "THE MEN FROM THE FAMILIES OF PETI: GENDER IDENTITY IN THE RELATIONSHIP WITH THE DOMESTIC SPACE" is the result of field research that aimed to meet and analyse the relationships, as men set out with the domestic space to gender relations and how they are defined as men. The universe of research was the families included in the Child Labor Eradication Programe (PETI), in the town of São Jose do Rio Preto (SP), until 2007. The theme of this thesis was developed under two axes. The first was to know and understand the families of research subjects as specific families that belong to the living of the working class and not as families designed by an idealized model supposedly normal. Another focus was to understand the relationships that men set out with the domestic space and the family group, understanding that these relationships are essentially gender relations historically constructed. The work was developed in three moments. 1. know who are these men, subject of our investigation and who are their families. 2. know who are these men and analyse what they think of being a man and the male roles historically built for them, trying to understand how is the construction of male identity. 3. know what they think about family and marriage and how they relate to the domestic space, regarding relations with wife and children, and in the division of household chores. The talk of the subject revealed that these men, workers, husbands and parents, in its relationships with wife and kids, live in contradictions. At one side, they present traditional notions of masculinity, wich can be described as “machistas”. At the same time, look forward to partnership with their wives and to dialogue with their children. The partnership refers to the understanding of the wage of the wives nas as a help, but as a important income to survival. At the sane time, there is a preoccupation with sharing the domestic tasks.

**Key words:** masculinity. gender identity. social roles. gender relations. family.

CARMO, Onilda Alves do. **Les hommes de familles ne PETI: l'identité sexuelle dans les relations avec l'espace domestique.** 2008. 146 f. Thèse (Doctorat en Service Social) – Faculté D'Histoire, de Droit et de Service Social, Université de l'Etat de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

## RÉSUMÉ

Cette thèse "les hommes de familles ne PETI: l'identité sexuelle dans les relations avec l'espace domestique» est le résultat de la recherche sur le terrain visant à réunir et analyser les rapports, que les hommes figurant à l'intérieur de l'espace. Depuis les relations entre les sexes et comment ils sont définis comme les hommes. L'univers de la recherche des familles a été inclus dans le programme visant à éliminer le travail des enfants (PETI), dans la ville de Sao Jose do Rio Preto (SP), jusqu'en 2007. Le thème de cette thèse a été développé dans le cadre de deux axes. La première était de savoir et de comprendre les familles des sujets de recherche que des familles qui appartiennent à la vie de la classe ouvrière et non comme des familles et conçu par un modèle idéalisé prétendument normale.

Un autre point était de comprendre les relations que les hommes figurant à l'espace domestique et le groupe familial, la compréhension que ces relations sont essentiellement les relations entre les sexes historiquement construit. Le travail se divise en deux à trois reprises. Dans le premier savoir qui ils sont à la recherche EVE hommes, les sujets de notre enquête et qui sont leurs familles. La deuxième fois, à partir des réponses de sujets, d'analyser et de savoir ce qu'ils pensent d'être un homme et l'homme rôles historiquement construit pour eux, en essayant de comprendre comment est la construction de l'identité masculine. Dans la troisième phase, également à partir des réponses de sujets, de savoir ce qu'ils pensent de la famille et le mariage et comment ils se rapportent à l'espace domestique, dans ce qu'il a dit concernant les relations avec les femmes et les enfants, et dans la répartition des tâches ménagères. Les réponses des sujets a révélé que ces hommes, les travailleurs, les maris et les pères, qui établissent les relations avec l'espace domestique, vivant les contradictions inhérentes dans les relations entre les sexes.

**Mot-clé:** la masculinité. l'identité de genre. des rôles sociaux. les relations entre les sexes. famille.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 - Estado civil dos homens.....</b>	<b>30</b>
<b>Gráfico 2 - Faixa Etária dos Cônjuges Homens.....</b>	<b>31</b>
<b>Gráfico 3 - Grau de Escolaridade.....</b>	<b>32</b>
<b>Gráfico 4 - Religiões dos Cônjuges Homens.....</b>	<b>33</b>
<b>Gráfico 5 - Trabalho.....</b>	<b>34</b>
<b>Gráfico 6 – Rendimento mensal dos sujeitos.....</b>	<b>35</b>
<b>Gráfico 7 - Registro em Carteira.....</b>	<b>35</b>
<b>Gráfico 8 - Registro Anterior em Carteira.....</b>	<b>36</b>
<b>Gráfico 9 - Composição Familiar.....</b>	<b>37</b>
<b>Gráfico 10 - Tipo de União.....</b>	<b>38</b>
<b>Gráfico 11 - Número de Membros por Família.....</b>	<b>39</b>
<b>Gráfico 12 – Renda familiar mensal em salários mínimos.....</b>	<b>40</b>
<b>Gráfico 13 - Tipo de Organização Familiar.....</b>	<b>41</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Casa com 1 cômodo.....	88
Quadro 2 – Casa com 2 cômodos.....	88
Quadro 3 – Casa com 3 cômodos.....	89
Quadro 4 – Casa com mais de quatro ou mais cômodos.....	89
Quadro 5 – Tarefas que os dois – homem e mulher podem realizar .....	93
Quadro 6 – Outras tarefas .....	94
Quadro 7 – Tarefas que se relacionam aos cuidados dos filhos .....	95



## SUMÁRIO

<b>INICIANDO A “CONVERSA”...</b> .....	<b>16</b>
<b>METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS</b> .....	<b>23</b>
<b>1º MOMENTO</b> .....	<b>29</b>
<b>1 CONHECENDO OS SUJEITOS: O OLHAR DA PESQUISA</b> .....	<b>29</b>
<b>1.1 Perfil dos sujeitos da pesquisa</b> .....	<b>29</b>
1.1.1. Estado civil .....	30
1.1.2 Faixa etária.....	31
1.1.3 Grau de escolaridade .....	31
1.1.4 Religião .....	33
1.1.5 Trabalho – Ocupação .....	34
1.1.6 Rendimentos salariais .....	35
1.1.7 Registro em carteira .....	35
<b>1.2 A família dos sujeitos da pesquisa</b> .....	<b>37</b>
1.2.1 Composição familiar .....	37
1.2.2 União conjugal.....	38
1.2.3 Número de membros da família .....	38
1.2.4 Renda familiar .....	40
1.2.5 Organização familiar .....	41
<b>2º MOMENTO</b> .....	<b>43</b>
<b>2 OS HOMENS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO</b> .....	<b>43</b>
<b>2.1 A difícil construção da identidade masculina</b> .....	<b>52</b>
<b>2.2 O trabalho como elemento fundante na construção da identidade masculina</b> .....	<b>54</b>
<b>2.3 Sexualidade outro componente importante na construção das identidades</b> .....	<b>61</b>
<b>2.4. Reprodução das relações de gênero</b> .....	<b>66</b>
2.4.1 A reprodução das relações de gênero no aprendizado com o pai .....	66
2.4.2 Na relação com a mulher .....	66

2.4.3 Nos ensinamentos que dão aos filhos .....	69
2.4.4 No ensinamento que dão às filhas .....	71

<b>3º MOMENTO .....</b>	<b>73</b>
-------------------------	-----------

<b>3 A FAMÍLIA, O CASAMENTO E O ESPAÇO DOMÉSTICO - A VISÃO DOS SUJEITOS.....</b>	<b>73</b>
--	-----------

<b>3.1 As famílias dos sujeitos da pesquisa.....</b>	<b>80</b>
--	-----------

<b>3.2 A família para os sujeitos da pesquisa.....</b>	<b>80</b>
--	-----------

<b>3.3 A casa como espaço das relações: o exercício e a reprodução dos papéis sociais .....</b>	<b>88</b>
---	-----------

<b>3.4 A relação com o espaço da casa – a questão das tarefas domésticas .....</b>	<b>91</b>
--	-----------

<b>3.5 Tarefas domésticas.....</b>	<b>92</b>
------------------------------------	-----------

<b>3.6 Os sujeitos e as tarefas domésticas do cotidiano de suas famílias.....</b>	<b>96</b>
---	-----------

3.6.1 Por que não faz tarefas domésticas? .....	96
---	----

3.6.2 Por que realiza tarefas domésticas? .....	98
---	----

<b>3.7 Sobre a autoridade na família .....</b>	<b>100</b>
--	------------

3.7.1 Como exerce essa autoridade?.....	103
---	-----

<b>3.8 Reprodução das identidades .....</b>	<b>104</b>
---	------------

<b>3.9 Relações entre homem e mulher – a explicitação do machismo.....</b>	<b>105</b>
--	------------

<b>3.10 Mudanças na família – a percepção dos sujeitos da pesquisa.....</b>	<b>107</b>
---	------------

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS - DANDO UMA PAUSA NA CONVERSA PARA RETOMÁ-LA EM OUTRO MOMENTO... ..</b>	<b>111</b>
---	------------

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>120</b>
-------------------------	------------

## **APÊNDICES**

<b>APÊNDICE A - CADASTRO DAS FAMÍLIAS DO PETI – PARA PESQUISA DOUTORADO .....</b>	<b>132</b>
---	------------

<b>APÊNDICE B – INSTRUMENTAL PARA CONHECER AS FAMÍLIAS DO PETI.....</b>	<b>134</b>
---	------------

<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS HOMENS.....</b>	<b>137</b>
--	------------

<b>APÊNDICE D - TERMO DE CONSCIENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>145</b>
--	------------

## **INICIANDO A CONVERSA...**

A escolha do tema desta pesquisa não foi definida apenas pelo prazer intelectual do conhecimento; representou também uma decisão política, nascida de anos de militância em movimentos sociais. Temos por intuito contribuir para o debate sobre os processos de construção das novas relações sociais de gênero, que tanto possibilitem às mulheres avançar na conquista de seus direitos de cidadania quanto aos homens compreender e incorporar as novas formas de masculinidade no universo das relações familiares.

A partir da experiência de trabalho com famílias empobrecidas no Instituto Comboniano de Serviço Social, em São José do Rio Preto/SP, onde desenvolvemos um projeto sócio-educativo com crianças e adolescentes até o final de 2003, tivemos a oportunidade de realizar reflexões com grupos de adultos sobre relações sociais de gênero. Um dado interessante é que apenas as mulheres compareciam aos encontros, o que suscitou uma pergunta: onde estavam os homens?

Ao mesmo tempo, embora as mulheres fossem a referência nesse universo, pois eram elas que respondiam pelas crianças e adolescentes, o poder dos homens sobre o grupo familiar era visível. Esse poder se revelava, por exemplo, na postura de alguns maridos de proibir a mulher de usar batom vermelho ou determinado tipo de roupa.

No ano de 2004, entramos para o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e decidimos aprofundar essa reflexão e fazer um estudo das relações de gênero nas famílias. Nosso universo de pesquisa foi ampliado, passando a abranger as famílias incluídas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e não só as que estavam no projeto sócio-educativo do São Judas, mas as do Município de São José do Rio Preto, até 2004. O PETI é um programa de transferência de renda que tem como objetivo erradicar o trabalho infantil. Foi criado em 1996, a partir das lutas da sociedade civil contra a exploração no trabalho de crianças e adolescentes. A partir de 2005, pela Portaria GM/MDS nº 666, houve a integração do PETI com o Programa Bolsa Família (PBF), a fim de evitar a fragmentação, a superposição de funções e o desperdício de recursos públicos. O Programa Bolsa Família, por sua vez, foi criado em janeiro de 2004 e integra o Fome Zero, uma estratégia do

Governo Federal que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006).<sup>2</sup>

As famílias incluídas no PETI são formadas por homens e mulheres que vivem do trabalho, mas que, em sua maioria, nunca tiveram acesso ao emprego formal, com carteira assinada.

Ao realizarmos a pesquisa bibliográfica pudemos constatar que não há muitas publicações sobre relações de gênero que trazem os homens como sujeitos. A maioria aborda o tema a partir da perspectiva da mulher, o que se justifica, em parte, pelo processo de discriminação e subalternização vivido por elas ao longo da história. Os poucos trabalhos publicados que trazem os homens como sujeitos da pesquisa não abordam as relações deles com o espaço doméstico (conf. BILAC, 1978; OLIVEIRA e PRADO, 1981; DRUMONT, 1982; AZEVEDO, 1985; NOLASCO, 1995; MEDRADO e LYRA, 2000, 2003, entre outros). Apesar de uma grande quantidade de trabalhos enfocando a inserção da mulher no mercado de trabalho, esfera que historicamente é de domínio do homem, há muito poucos estudos que tratam: “do outro lado da equação - de como o homem lida com a esfera da casa. Este tema tem suscitado muito menos investigações e pouca articulação entre autores que abordam a questão de enfoques diferentes.” (SCOTT, R.P., 1995, p. 40).

Fazer um estudo trazendo presente os homens e o que pensam da família, dos papéis sociais e, principalmente como se definem enquanto homens nas relações que estabelecem a partir desses papéis, constituiu-se num desafio que decidimos enfrentar.

No processo de construção do projeto de pesquisa foram surgindo algumas indagações que posteriormente se constituíram em categorias que possibilitaram o processo de análise dos dados obtidos na pesquisa de campo.

Uma primeira indagação era de entender qual a visão dos sujeitos da pesquisa sobre como se constituiria a família, se do casamento formalizado ou outra forma e o que isso representava para eles.

---

<sup>2</sup> MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS)

Outra indagação foi no sentido de conhecer o que esses sujeitos pensavam a respeito das tarefas domésticas, estabelecendo um paralelo entre essa visão e a categoria gênero.

Levantamos a seguir pressupostos, com base na teoria e na nossa prática.

Um primeiro pressuposto levantado foi o de que, apesar de ser as responsáveis pela família diante do PETI, os homens participantes da pesquisa exerceriam o papel de chefes da família.

Outro pressuposto foi o de que essa situação seria mantida mesmo levando-se em consideração que um número significativo das mulheres dessas famílias tinha um trabalho remunerado, cuidavam da casa e dos filhos, enquanto os maridos e/ou companheiros estavam desempregados por longos períodos.

Ao construir o Projeto de Pesquisa, utilizamos as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que aponta que 1/3, ou 18,5 milhões, das famílias brasileiras são “chefiadas” por mulheres. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2007, on-line). Diante desses dados e conhecendo a realidade das famílias de algumas crianças e adolescentes do Instituto Comboniano São Judas Tadeu, levantamos um terceiro pressuposto: os sujeitos da pesquisa, em sua maioria, pertenciam às famílias constituídas a partir de união consensual ou formadas a partir do re-casamento. Alguns estudos denominam essas famílias de “novos desenhos familiares” ou de “novos arranjos familiares” (GREGORI, 2000; WAGNER, 2002), entre outros.<sup>3</sup>

A remuneração neste tipo de ocupação é muito menor do que as necessidades de sobrevivência das famílias. Ela é muitas vezes menor que o valor do salário mínimo estabelecido no país que, a partir de 1º de março do corrente ano, passa a vigorar foi definido em R\$ 415,00. Historicamente o salário mínimo foi criado para pagar o valor da mercadoria trabalho e ele deve ser suficiente para atender às necessidades do trabalhador e de sua família. Há alguns teóricos que discutem que a fixação de um valor mínimo para a mão-de-obra atende, em maior grau a necessidade do próprio capital, na medida em que ele necessita da reposição e reprodução dessa mão-de-obra. Contudo, hoje, a maioria da mão-de-obra ativa não

---

<sup>3</sup> A esse respeito há um artigo de Eduardo G. Noronha, publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 3 no qual ele faz uma discussão sobre o conceito de trabalho formal e informal. Segundo ele, no Brasil, esse conceito atende a uma definição jurídica. (NORONHA, 2003).

tem acesso nem mesmo a esse mínimo, pois estão ou desempregado ou realizando “bicos”.

Para desenvolver o tema desta tese decidimos tomá-lo sob dois eixos.

O primeiro foi o estudar e compreender as famílias pesquisadas como famílias vividas, ou seja, famílias reais com sua dinâmica própria, inseridas numa realidade socioeconômica e cultural própria de uma classe que vive-do-trabalho e não como famílias pensadas e idealizadas por um modelo pretensamente normatizante. (ZILIOOTTO; CARVALHO, 1992)

Outro eixo foi compreender as relações que os homens estabelecem com o espaço doméstico e com o grupo familiar, entendendo que essas relações são essencialmente relações de gênero construídas historicamente, que definem papéis sociais para homens e para mulheres. Para tanto utilizamos a categoria gênero que, embora criticada por muitos acadêmicos (BARBIERI, 1997), contribui, ao lado da categoria classe social, para a compreensão dos processos sociais que determinam as relações entre homens e mulheres, que, em geral, são relações nas quais predomina o poder dos homens, portanto relações de dominação masculina sobre as mulheres. Estamos tomando gênero na definição dada por R. Parry Scott (1995, p. 44), “um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos.” Para essa autora, essas relações são relações “significantes de poder”. Há quem pense que a categoria só serve para os estudos sobre as mulheres. No entanto, o gênero como categoria social é uma construção teórica que ajuda a compreender não só os processos de constituição do ser mulher, mas também do ser homem. (SCOTT, J., 1995).

No aprofundamento dos estudos sobre gênero encontramos os temas relacionados às mulheres tratados de forma majoritária, ao passo que poucos eram os textos que tratavam de temas na perspectiva dos homens. Mas, em termos gerais, ainda que o conceito de gênero tenha sido entendido e apropriado pela maioria das feministas como uma categoria que permite compreender o processo de subalternização da mulher, ele também dá lugar à compreensão dos processos de constituição do ser masculino, pois ambos se relacionam numa perspectiva dialética.

O conceito implica uma perspectiva de relação, ou seja, os gêneros não podem ser pensados separadamente e sim um relacionado ao outro. Medrado e Lyra (2000, p. 147), citando Barbieri (1991) afirmam que:

[...] um estudo de gênero não pode pesquisar apenas as mulheres, pois o objeto dos estudos de gênero é mais amplo. Sendo assim, faz-se necessária uma análise em todos os níveis, âmbitos e tempos das relações mulher--homem, mulher--mulher, homem--homem para se alcançarem melhores e maiores resultados.

A pergunta que norteou a presente pesquisa foi: quem são os homens? E, de modo particular, quem são os homens das famílias que vivem-do-trabalho incluídas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em São José do Rio Preto?

No estabelecimento dos fundamentos da presente pesquisa, foram levados em conta diferentes questões. Partimos de uma visão sobre o que significa fazer ciência, tomando em consideração as palavras de Saffioti (1992, p. 11).

A construção do gênero pode ser compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama das relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens. O resgate de uma ontologia relacional deve ser, portanto, parte integrante de uma maneira feminista de fazer ciência.

A pesquisa em Ciências Sociais também considera o momento histórico; daí a idéia de que o seu objeto é necessariamente histórico. Para Minayo (2004, p. 21),

[...] as ciências sociais, enquanto consciência do possível, estão submetidas às grandes questões de nossa época e têm seus limites dados pela realidade do desenvolvimento social. Portanto, tanto os indivíduos como os grupos e também os pesquisadores são dialeticamente autores e frutos de seu tempo histórico.

Além disso, não acreditamos na possibilidade de uma neutralidade científica, porque, como seres sociais, somos um todo. Então, é como um ser integrado, completo, embora mulher, mãe, esposa, profissional, assistente social e feminista que percorremos o caminho da pesquisa. Embasamo-nos em Minayo (2004, p. 21), que afirma que “a visão de mundo do pesquisador e dos atores sociais estão implicadas em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho”.

Diante da idéia de pluralidade, iniciamos a construção e a apresentação desta tese, entendendo-a como uma conversa, pois o diálogo é parte importante do processo de pesquisa (DEMO, 1999). O diálogo é comunicação e, portanto, traz riscos e desafios. Em ciências sociais, o relacionamento se dá entre sujeitos – sejam el@s pesquisad@s ou entrevistados -- e não entre objeto e pesquisador.

De certa maneira, se em ciência sociais não cabe propriamente a noção e a posição de objeto, o relacionamento será de dois sujeitos [...] No fundo, a pesquisa passa a ser a maneira primeira de o ator político se colocar, se lançar, seja no tatear cuidadoso em ambiente desconhecido ou hostil, seja no medir as próprias forças diante de forças contrárias, seja na instrumentalização estratégica da ocupação de espaço. (DEMO, 1999, p. 40)

E há também o diálogo com outr@s pesquisador@s, que, com certeza, terão o que ampliar com seus próprios trabalhos o conhecimento aqui apresentado, o que é próprio do que-fazer científico.

Nosso trabalho se desdobra em três momentos. No primeiro buscamos conhecer quem são esses homens, sujeitos de nossa pesquisa e quem são as suas famílias. No segundo, procuramos conhecer, a partir das falas dos sujeitos, o que pensam o ser homem desse grupo social a respeito dos papéis masculinos construídos historicamente para eles, tentando compreender como se dá o processo de construção da identidade masculina. “O trabalho e o desempenho sexual funcionam como as principais referências para a construção do modelo de comportamento dos homens” (NOLASCO, 1995, p. 50). Para tanto utilizaremos neste estudo a categoria trabalho e a categoria de gênero. Gênero para nós é uma categoria analítica que nos ajuda a entender as relações que homens e mulheres, mulheres e mulheres e, homens e homens, estabelecem na sociedade, a partir dos papéis sociais construídos historicamente para mulheres e homens.

Para discutir com a categoria trabalho contamos com a contribuição de teóricos marxistas, entre eles Marx (1985), Engels (2002), Antunes (1999 e 2005). No que diz respeito à construção da masculinidade, principalmente Badinter (1993) e Nolasco (1995). Para discutir as relações de gênero nos reportamos às teorias, principalmente de Saffioti (1987, 1988, 1992), J. Scott (1995), Badinter (1993) e Nolasco (1995).

No terceiro momento, também, a partir de suas falas, conhecer o que pensam da família e do casamento e como esses homens se relacionam com o espaço doméstico no que diz respeito às relações com a mulher e os filhos e na divisão das tarefas da casa. Para discutir esse terceiro momento fizemos uso das teorias de gênero acima, bem como de teorias a respeito de família, entre elas as de Therborn (2006), Szymanski (1997), J. Scott (1995), Romanelli (1997), Pinnelli (2004), Kaloustian (2005), José Filho (2002), Jelin (1995), Fausto Neto (1982), R. P. Scott (1990), Engels (2002), Mata (1985), Calderón e Guimarães (1994), Carvalho (1997).



Por fim, é preciso afirmar que temos consciência de que as questões levantadas e as reflexões aqui apresentadas são uma aproximação com a realidade vivida pelos sujeitos da pesquisa, pois a realidade social é muito mais ampla, dinâmica e complexa. “A realidade social, que só se apreende por aproximação e, conforme Lênin (1955) mais rica do que qualquer teoria, qualquer pensamento que possamos ter sobre ela”. (LÊNIN, p. 215 apud MINAYO, 2004, p. 21)

## **METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS**

A divisão entre teoria e prática é enganosa, embora muitas vezes necessária para facilidade de exposição. É nesse espírito que explicitamos o caminho metodológico seguido, tanto em termos de pesquisa bibliográfica quanto em termos da pesquisa propriamente dita.

Para compreender quem são os homens sujeitos de nossa pesquisa, seria preciso compreender algo sobre a identidade masculina e como ela se construiu e se reproduz no cotidiano da vida familiar.

De modo geral, os homens têm no trabalho um dos constituintes da construção da masculinidade, por isso se faz importante abordá-lo, entendendo-o não só como ação do ser humano para atender às suas necessidades, mas também como uma mercadoria. Essa questão será abordada no segundo momento desta tese, quando discorreremos sobre a masculinidade.

Aqui então apresentou-se um dilema. Para discutir o trabalho como uma categoria, teríamos de utilizar o referencial histórico materialista, que nos possibilita compreender o processo histórico de acumulação capitalista e a transformação do trabalho em mercadoria e o conseqüente processo de alienação do trabalho e do trabalhador como um processo universal. Para tal, as leituras sobre as contribuições de Karl Marx a esse respeito tornam-se imprescindíveis. Para compreender o processo de construção da identidade de gênero na qual se insere a identidade masculina, a contribuição teórica de maior peso vem dos estudos de Elisabeth Badinter da antropologia e Socrates Nolasco da psicologia além do que, boa parte dos estudos sobre a identidade de gênero vem da contribuição da psicologia, particularmente da psicanálise.

Na busca de sair do impasse, baseamo-nos nos textos de teóricas, como Saffioti, que buscaram discutir a questão de gênero a partir do referencial marxista. Para essa autora, é necessário compreender que “as relações de gênero travam-se também no terreno do poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados, dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno”. (SAFFIOTI, 1988, p. 32). Esta relação pressupõe uma relação de poder, mas, como discutir esse poder que não é, tão somente, o de uma classe sobre outra, mas o um gênero sobre outro? Para isso haveria que buscar outras teorias que pudessem contribuir para essa análise.

A própria Saffioti (1992), de formação marxista, esclarece que optou pela teoria de poder formulada por Foucault (1979) porque, em Marx, a teoria de poder que contempla essa dimensão do gênero não foi suficientemente desenvolvida. A discussão do poder nas relações de gênero foi retomada por Engels no livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Para a autora, embora Marx e Engels tenham dado ao conceito de

[...] opressão do sexo feminino pelo sexo masculino ou em linguagem moderna, relações sociais de sexo ou de gênero, o mesmo estatuto teórico dado ao conceito de classe social, não permite entender as relações de poder em toda a sua dimensão [...] Não se pode pretender que há quase século e meio se tivesse a compreensão que hoje se alcançou da problemática de gênero. (SAFFIOTI, 1992, p. 185).

Por outro lado, a partir da teoria da transversalidade é possível utilizar várias perspectivas, vários olhares que possam contribuir para a compreensão de um determinado fenômeno no qual estão inseridos sujeitos coletivos. Trata-se, então, de construir uma idéia plural sobre os fenômenos.

Entendemos o pluralismo como sinônimo de abertura

Abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência. (COUTINHO, 1991, 14)

Esse pluralismo deve respeitar os processos históricos e, no entender de Coutinho (1991, p. 13), de um novo pluralismo que pressupõe debate de idéias, de discussão com o diferente. Nesse processo, nas palavras do autor, podemos “afirmar nossas verdades, fazer com que a teoria se aproxime do real; não há ciência que esgote o real, pois a ciência é sempre aproximativa”.

O nosso universo de pesquisa foi o grupo de famílias incluídas no PETI em São José do Rio Preto/SP, até o ano de 2004<sup>4</sup>. Segundo informações da própria Secretaria Municipal de Assistência Social que coordena o Programa, até o ano de 2004, havia um número de 80 famílias e com uma meta pactuada de 300 crianças e adolescentes. A partir de 2005 o município implementou Políticas Sociais na área da Assistência Social, Saúde, Educação e Habitação com o objetivo de reduzir essa meta. Daí que em 2007, a meta foi reduzida para 95 crianças e adolescentes,

---

<sup>4</sup> Definimos o ano de 2004 porque foi o ano em que ingressamos no Doutorado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP – Campus Franca.

pertencentes a um universo de 35 famílias. (Apêndice A). Esse foi então o universo considerado para a pesquisa dessa tese. Como esse não era um universo muito extenso, decidimos contatar todas elas.

Em março de 2007 iniciamos o processo de obtenção dos dados da pesquisa de campo. No período de 2005 a 2006, cursamos as disciplinas obrigatórias e optativas do programa, cumprimos um semestre de estágio docência na disciplina Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social no primeiro ano com a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Ângela Rodrigues Alves de Andrade participamos de eventos na área do Serviço Social, entre eles semanas do Serviço Social, seminários e um congresso internacional. Tivemos também a oportunidade de assumir, como professora bolsista as disciplinas de Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social para o segundo ano, por dois semestres, bem como a disciplina de Sociologia para o primeiro ano de Serviço Social no por um semestre.

Para ter acesso ao universo total da pesquisa solicitamos da Secretaria de Assistência Social do Município o endereço e o nome da pessoa, responsável pela família, o que nos foi concedido.

De posse desses endereços, visitamos essas famílias para fazer um primeiro levantamento de informações. Como nosso recorte era as famílias com a presença do cônjuge masculino, preparamos uma ficha (Apêndice B) na qual constava, entre outros, nome do responsável pela criança ou adolescente, o endereço e o nome do cônjuge. Esse instrumental teve como objetivo identificar as famílias que fariam parte do universo de nossa pesquisa. Em janeiro de 2007 iniciamos esse levantamento.

Nesse primeiro contato com as famílias constatamos que das 35 famílias dez (28,57%)<sup>5</sup> são constituídas de famílias monoparentais, sendo 8 femininas<sup>6</sup> e 2 masculinas. A monoparentalidade é dada pela presença de um dos cônjuges com os filhos. Algumas vezes se confunde famílias “chefiadas” por mulheres com famílias monoparentais femininas. Assumir a “chefia” significa assumir o sustento da família. Para IBGE houve um crescimento no número de famílias “chefiadas” por mulheres.

---

<sup>5</sup> Se tomarmos o universo total de 35 famílias, pode-se afirmar que, nesse universo a tendência apontada pela PNAD/2001 de que 1/3 das famílias brasileiras é constituída por famílias monoparentais femininas, se confirmou.

<sup>6</sup> Em sete famílias o casal havia se separados, portanto se constituíam em famílias monoparentais femininas e em uma o cônjuge estava preso.

De 1996 a 2006 houve um aumento de 8,2 milhões no número dessas famílias. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2007)<sup>7</sup>. Em algumas famílias, mesmo com a presença do marido, são as mulheres que garantem a maior carga do sustento da família, na família monoparental feminina a mulher assume sozinha e na masculina é o homem.

A expressão famílias monoparentais foi utilizada, nos anos 1960, na França, para designar as unidades domésticas em que as pessoas vivem sem cônjuge com um ou vários filhos com menos de 25 anos e solteiros. (VITALE, 2002) A autora chama a atenção para a diferença entre família monoparental feminina e família “chefiado por mulheres”. Esta última pode ter a presença do cônjuge, contudo, cabe a ela a carga maior na responsabilidade do sustento do grupo familiar.

Dessa forma, excetuando-se aquelas famílias monoparentais, nosso universo constituiu-se, então, de 27 famílias. Portanto, vinte e sete, seria o número de sujeitos a serem entrevistados. Como esse universo não era muito grande decidimos tomá-lo no total. A partir daí fomos visitar as famílias e estabelecer o primeiro contato.

Este primeiro contato realizado *in loco*, foi bastante importante porque pudemos conhecer a realidade das famílias, as condições de moradia e, podemos afirmar que todas as famílias vivem em bairros da periferia da cidade em condições precárias. Nesta oportunidade pudemos também conhecer os sujeitos da pesquisa e estabelecer um diálogo convidando-os para participar da pesquisa. O segundo passo foi, então, preparar um instrumental (Apêndice C) que nos permitisse colher dados com o objetivo de traçar o perfil dessas 27 famílias, bem como obter a assinatura do Termo de Consentimento dos sujeitos da pesquisa (Apêndice D).

Os homens de três famílias não foram entrevistados. Dois alegaram falta de tempo e um apresentava problemas mentais e estava medicado. Portanto, das 27 famílias só foram utilizados os dados de 24 delas. Dessa forma 24 homens formaram o conjunto dos sujeitos da pesquisa.

O Projeto de Pesquisa, bem como roteiro para a entrevista e os Termos de Consentimentos assinados pelos sujeitos da pesquisa, foram encaminhados à Comitê de Ética da Faculdade de Serviço Social da UNESP, Campus de Franca e foi aprovado.

---

<sup>7</sup> Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) publicada pelo MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007.

Após a aprovação do Comitê de Ética, procedemos ao treinamento de alunos do 4º ano do Curso de Serviço Social da União das Faculdades dos Grandes Lagos, para colaborarem na realização das entrevistas.

Para conhecer quem são esses homens e a visão que eles tinham sobre a família e sobre os papéis sociais, tínhamos que utilizar uma metodologia que nos permitisse por um lado traçar o perfil desses sujeitos e de outro, compreender o significado de suas falas. A proposta metodológica teria que contemplar a obtenção de dados quantitativos e qualitativos. Daí a definição pela técnica de entrevista semi-estruturada que possibilita ouvir dos sujeitos o que pensam sobre os mesmos temas, de forma mais flexível. Para Alves (2001, p. 63) “a interação que se estabelece entre o entrevistado e o entrevistador permite colher uma gama de informações, aprofundar os dados fornecidos e realizar correções sobre os dados levantados”.

Para isso construímos um instrumento com questões abertas que nos permitiram conhecer a visão dos homens sobre a família e o casamento, sobre os papéis do espaço doméstico no qual estão inseridas as tarefas da “casa” (Apêndice B) e, a partir daí analisar a relação de gênero que esses homens estabelecem no interior da família. Para traçar o perfil dos sujeitos e para identificar quem realiza as tarefas domésticas foram utilizadas questões fechadas.

A utilização destes dois métodos – quantitativos e qualitativos – em pesquisa social possibilita uma compreensão maior do todo. Minayo (2004, p. 11) afirma que:

Frente à problemática da quantidade e da qualidade a dialética assume que a qualidade dos fatos e das relações sociais são suas propriedades inerentes e que quantidade e qualidade são inseparáveis e interdependentes, ensejando assim a dissolução das dicotomias quantitativo/qualitativo, macro/micro, interioridade/ exterioridade com que se debate as diversas correntes sociológicas.

Na pesquisa foram elaboradas questões fechadas, organizadas com alternativas para saber quem realiza as tarefas domésticas, se era o homem, a mulher, o filho ou a filha.

Utilizar numa mesma pesquisa perguntas abertas, utilizadas na pesquisa qualitativa e também perguntas fechadas, utilizadas quase sempre em pesquisa quantitativa pode parecer paradoxal, contudo, para Silva (1998) não há uma dicotomia entre as duas, o que precisa ficar claro são os paradigmas que vão ser utilizados.

A pesquisa objeto de análise desta tese procurou utilizar as informações trazidas pelas duas modalidades. Por ser uma pesquisa social, o peso recairá nos dados qualitativos, contudo, em alguns momentos, faremos uso de dados quantitativos no sentido de mostrar não uma informação estática, mas para mostrar a tendência daquela questão ou informação analisada, entendendo que, por trazerem a fala dos sujeitos da pesquisa, trazem junto as contradições próprias do contexto social, econômico, político, cultural no qual se inserem.

Os sujeitos dessa pesquisa serão referenciados por nomes fictícios não coincidentes com o nome de nenhum deles. Isso atende à necessidade de preservação do sigilo e do anonimato das pessoas que se dispuseram a participar da pesquisa e também segue a orientação do Comitê de Ética da Faculdade de Serviço Social, segundo a qual, em pesquisa social, a partir da Resolução 197, não se deve identificar com números ou códigos as pessoas que participam das pesquisas. Ao contrário, elas devem ser tratadas com a dignidade e o respeito que merece todo ser humano.

Vamos então prosseguir com a conversa...

## **1º MOMENTO**

### **1 CONHECENDO OS SUJEITOS: O OLHAR DA PESQUISA**

O ato da pesquisa social pressupõe uma relação entre pesquisador/a e os/as sujeitos da pesquisa. Esta relação deve ser baseada, antes de tudo, no respeito à dignidade da pessoa enquanto ser social. Nesta pesquisa procuramos analisar as relações que os homens, das famílias incluídas no PETI, estabelecem com o espaço doméstico a partir das relações, para isso, acreditamos ser necessário apresentar quem são esses homens e qual o seu perfil socioeconômico.

#### **1.1 Perfil dos sujeitos da pesquisa.**

A pesquisa social como fonte de conhecimento da realidade nos permite conhecer os sujeitos e a partir dos quais conhecer e analisar o objeto a que se propôs estudar. Isto significa que, numa relação dialética, o sujeito (pesquisador e/ou entrevistado) e o objeto de estudos estão identificados dentro do mesmo processo histórico. Minayo (2004, p. 21) aponta que uma das características das Ciências Sociais, é

[...] identidade entre o sujeito e o objeto de investigação. Elas investigam seres humanos que, embora sejam muito diferentes por razões culturais, de classe, de faixa etária ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum que os tornam solidariamente imbricados e comprometidos.

Nesse sentido é importante explicitar quem são esses sujeitos, identificando o seu perfil social mais geral, mas também conhecer a que grupos eles pertencem, pois o ser humano é um ser em relação, seja ela dentro do espaço familiar da “casa”, seja ela no espaço da “rua”.



### 1.1.1 Estado civil



**Gráfico 1 – Estado civil dos homens**

Fonte: CARMO, O. A. Dados obtidos na pesquisa realizada em março de 2007.

O perfil dos sujeitos dessa pesquisa aponta para um grupo de homens comprometidos “oficialmente” com suas esposas, isto é, a maioria deles é casada. Portanto deu início à sua família a partir de uma união formal

- de papel passado (Cosmo)

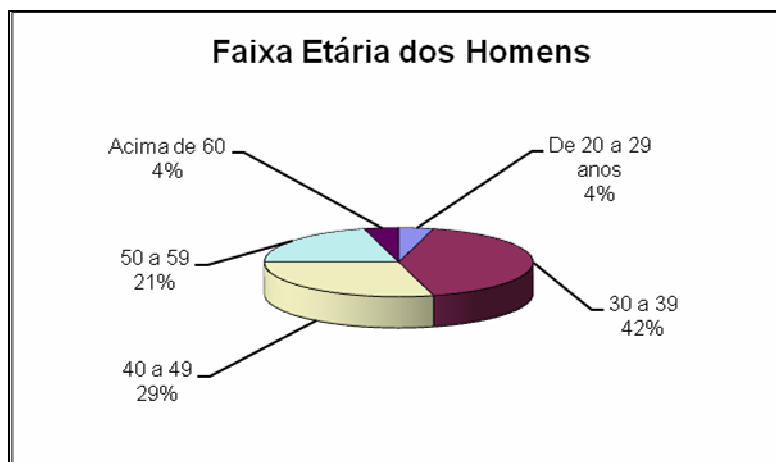
Vale notar que, entre os casados, quatro (16,6%) tiveram uma ou mais uniões anteriores, alguns tiveram filhos e outros não. Ainda destes quatro, dois casaram-se com mulheres que também tiveram outra (s) união (s) e outros dois só o homem teve outra (s) união (s).

Entre os solteiros, quatro tiveram outras uniões e entre os divorciados dois estão em união consensual e dois compõem família monoparental.

Como se pode constatar, entre os sujeitos da pesquisa, 59% deles compõe o grupo majoritário de homens casados. Os divorciados são apenas 8% deles. Os solteiros e os divorciados somam juntos 41%, com um desvio de 1% para mais, das famílias organizadas a partir da união consensual. Portanto, o número de casados, também com um desvio de 1% a menos, o número de famílias organizadas a partir do casamento formal.

### 1.1.2 Faixa etária

A pesquisa apontou que a maioria (70%) dos sujeitos é composta por homens com idade até 43 anos. Os outros 30% tem entre 44 e 55 anos. Portanto é uma população jovem. Isso pode ser confirmado pelo gráfico 2.



**Gráfico 2 – Faixa Etária dos Cônjuges Homens**

Fonte: CARMO, O. A. Dados obtidos na pesquisa realizada em março de 2007

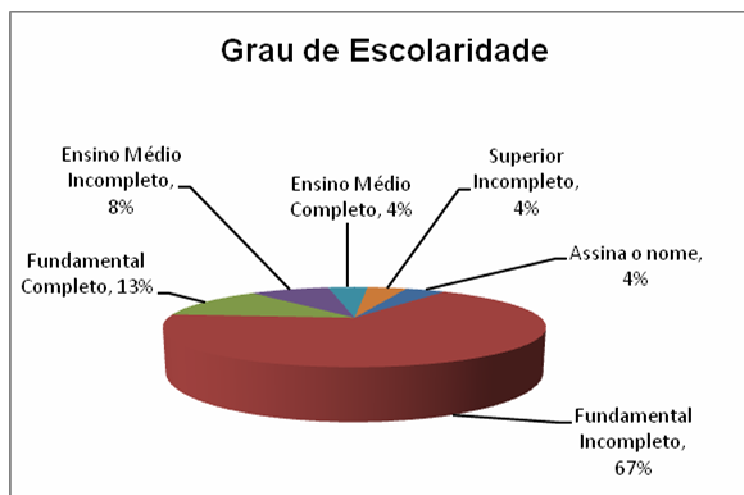
Como se pode verificar 42% dos sujeitos tem entre 30 e 39 anos, 29% têm entre 40 e 49 anos. Somando-se esses dois intervalos tem-se que 71% dos sujeitos da pesquisa têm entre 30 e 49 anos, ou seja, a maioria é composta por homens considerados jovens, uma vez que a média nacional de expectativa de vida apresentada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2007 está calculada em 70,1<sup>8</sup>. Pela Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) do IBGE, divulgada em setembro de 2007, a expectativa de vida passou de 71,8 anos em 2005, para 72,4 anos em 2006.

### 1.1.3 Grau de escolaridade

Um dos itens pesquisados para definir o Índice de Desenvolvimento Humano medido pela ONU é o grau de escolaridade. A ONU utiliza três indicadores: a saúde

<sup>8</sup> O Relatório do IDH divulgado pela ONU em 2007 coloca o Brasil entre os países com os mais altos Índices de Desenvolvimento. Apesar de se manter um dos países com o maior grau de concentração de renda, o IDH é 0,800, numa escala que vai de 0 a 1. Relatório do IDH de 2007, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - ONU.

(expectativa de vida ao nascer), educação (uma taxa de alfabetização com matrícula nos três níveis de ensino) e renda (índice do PIB per capita e a relação com o custo de vida)<sup>9</sup>.



**Gráfico 3 – Grau de Escolaridade**

Fonte: CARMO, O. A. Dados obtidos na pesquisa realizada em março de 2007.

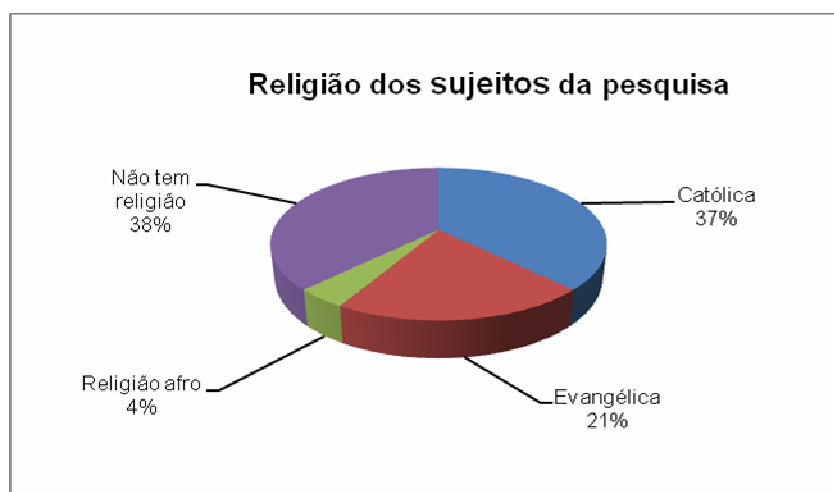
Sobre o grau de escolaridade, podemos verificar que a maioria (67%) dos sujeitos tem o Ensino Fundamental Incompleto. Os que completaram o Ensino Fundamental alcançam 13% do universo total. Quanto ao Ensino Médio, 4% o completaram e 8% não completaram. Há 4% deles ingressou no Ensino Superior, enquanto outros 4% só sabem assinar o nome.

Esses homens como outros e como tantas mulheres não tiveram acesso à educação, pois não concluíram nem mesmo o Ensino Fundamental. Contudo, o fato de que 4% deles tenham ingressado no Ensino Superior, pode apontar uma perspectiva futura, na qual estaria a esperança de que um melhor grau de escolaridade possibilitaria uma melhoria nas condições de vida. A fala de um dos sujeitos confirma isso:

- estudar para ter um futuro melhor (Bento).

<sup>9</sup> A partir de 1997 a ONU passou a medir também o Índice de Pobreza Humana (IPH). O índice utiliza três variáveis: curta duração da vida, falta de educação elementar e falta de acesso aos recursos públicos e privados (serviços de saúde, água potável, nutrição e etc.). Isso levaria à pobreza de escolhas e oportunidades (ONU, 1997)

### 1.1.4 Religião



**Gráfico 4 – Religiões dos Cônjuges Homens**

Fonte: CARMO, O. A. Dados obtidos na pesquisa realizada em março de 2007

Quanto à religião: 37% católicos, 21% evangélicos, 4% religião afro e 38% afirmou não ter religião. Somando-se os católicos, evangélicos e religião afro, 62% dos sujeitos têm uma religião. No entanto, 38% declararam não ter religião alguma.

Alguns pesquisadores consideram a informação sobre a religião como um dado importante que ajuda a compreender a visão de mundo da população pesquisada. Como pretendíamos conhecer o que os homens pensam, decidimos incluir em nossa pesquisa essa informação a fim de obtermos mais dados que nos permitisse conhecer esses homens.

Para o pesquisador norte-americano Mark Taylor (2006, on-line) o estudo crítico da religião nunca foi tão necessário, pois ela tem forte influência sobre a cultura:

O estudo crítico da religião nunca foi tão importante quanto é hoje, e nunca foi tão difícil. A religião não é só o que acontece nas igrejas, nos templos e mesquitas. Há uma dimensão religiosa em toda cultura. A arte, a literatura e a arquitetura modernas, por exemplo, nunca teriam se desenvolvido da mesma forma sem a profunda influência das várias tradições religiosas e espirituais.

O surgimento de formas mais conservadoras da religião é um fenômeno global caracteristicamente pós-moderno.

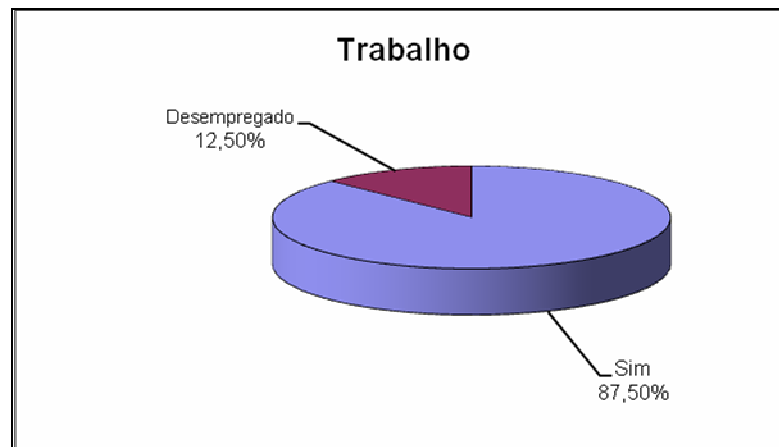
A religião não vai desaparecer e, provavelmente, vai se tornar ainda mais poderosa nas próximas décadas. Portanto, a criação de análises mais sofisticadas e capazes de compreender melhor as nuances do que está acontecendo é de vital importância. E o ponto de partida dessa investigação

deve ser o reconhecimento de que a própria secularização é um fenômeno religioso produto do judaísmo e do cristianismo<sup>10</sup>.

O fator religioso aparece marcadamente em algumas falas dos homens (Ernesto; Rubens), principalmente no que se refere ao conceito de família e de casamento.

#### 1.1.5 Trabalho – Ocupação

Dos 24 sujeitos de nossa pesquisa, 21 (87,50%) afirmaram trabalhar. Enquanto 3 (12,50%) informaram estar desempregados.



**Gráfico 5 - Trabalho**

Fonte: CARMO, O. A. Dados obtidos na pesquisa realizada em março de 2007.

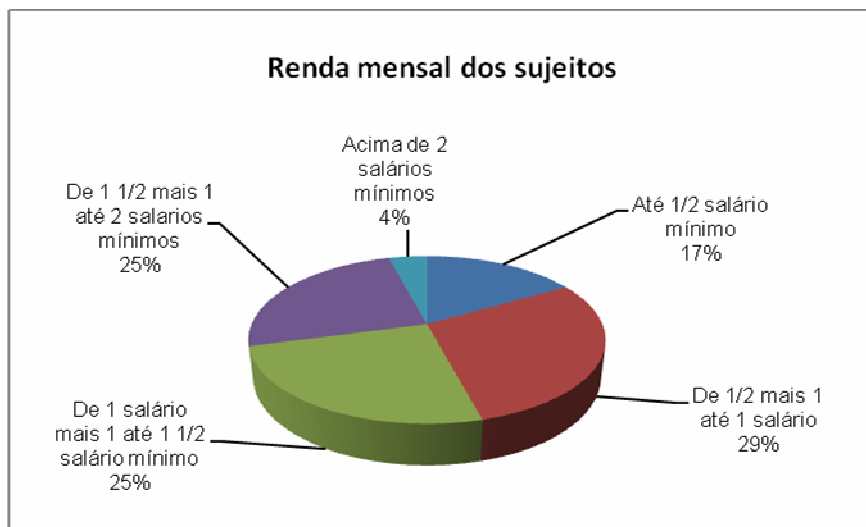
Contudo, devemos observar que, ainda que só três homens tenham declarado estar desempregados, no grupo dos que trabalham estão incluídos os que fazem “bicos”, mas declararam que trabalham.

Quando perguntado em que trabalhavam, as respostas foram: pedreiro com 6 respostas, serviços gerais com 5 respostas; faxineiro/servente de limpeza com 4 respostas; motorista com 2 respostas; moto táxi, borracheiro, escultor de gesso, soldador, funcionário público, lavrador, pequeno comerciante, cada um com 1 resposta. Como se pode constatar são profissões que exigem pouca qualificação e conseqüentemente os trabalhadores dessas categorias têm pouca ou nenhuma força de luta.

É interessante notar que entre as ocupações há 4 homens que trabalham como faxineiros ou serventes de limpeza, ocupações em geral ocupadas por mulheres.

<sup>10</sup> Entrevista concedida ao teólogo Cláudio Carvalhaes em dezembro de 2007.

### 1.1.6 Rendimentos salariais

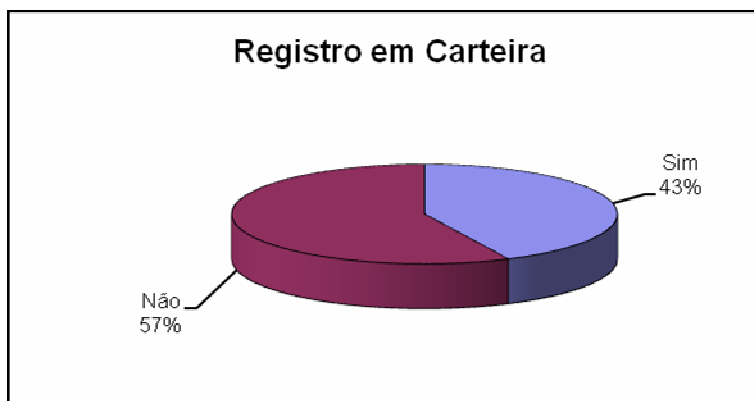


**Gráfico 6 – Rendimento mensal dos sujeitos**

Fonte: CARMO, O. A. Dados obtidos na pesquisa realizada em março de 2007.

A renda mensal dos sujeitos da pesquisa é de até dois salários mínimos. No entanto é preciso olhar os intervalos, pois, a maioria (71%) dos sujeitos da pesquisa recebe até 1 ½ salário mínimo e 29% ganham de 1 ½ (+1) salário mínimo. Se tomarmos os extremos da tabela constata-se que, 4% ganha 2 salários mínimos, enquanto 17% ganha até 1 salário mínimo.

### 1.1.7 Registro em carteira



**Gráfico 7 – Registro em Carteira**

Fonte: CARMO, O. A. Dados obtidos na pesquisa realizada em março de 2007.

Como podemos verificar no gráfico 6, entre os que afirmam trabalhar, há 57% deles que não têm qualquer vínculo empregatício. Sua situação de trabalho é inteiramente precária. Estes homens fazem parte de um contingente de mão de obra inserida no chamado mercado de informal de trabalho.

A questão que se coloca é que estes homens, pelo relato que fazem, em sua maioria, nunca estiveram inseridos na formalidade das relações de trabalho.



**Gráfico 8 – Registro Anterior em Carteira**

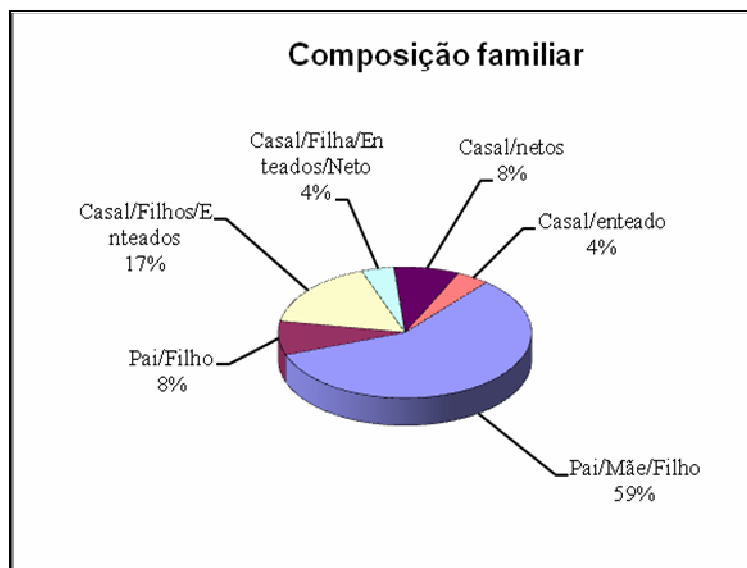
Fonte: CARMO, O. A. Dados obtidos na pesquisa realizada em março de 2007.

Pelo gráfico 8 constata-se que mais da metade dos sujeitos nunca tiveram carteira assinada. Isto significa que esses trabalhadores nunca estiveram incluídos no sistema de proteção social trabalhista, conquistas obtidas nas lutas dos trabalhadores. Em um texto onde estava discutindo o conceito de exclusão social, Sposati afirma que para discutir exclusão é preciso discutir o seu contraponto que é a questão da inclusão e deste ponto de vista a maioria da população brasileira nunca esteve incluída porque, de fato, o Brasil nunca conseguiu construir solidamente a “universalização da condição de inclusão para todos os brasileiros” (SPOSATI, 1999, p. 66).

O perfil dos sujeitos de nossa pesquisa: são homens que, na sua maioria são: casados “oficialmente”, estão na faixa etária entre 28 e 43 anos, possui grau de escolaridade até o Ensino Fundamental Incompleto, trabalham em alguma atividade produtiva, têm uma religião, portanto, fazem parte da classe trabalhadora, por isso experimentam no cotidiano de suas vidas, as conseqüências do padrão atual de produção e acumulação do capital.

## 1.2 A família dos sujeitos da pesquisa

### 1.2.1 Composição familiar



**Gráfico 9 – Composição Familiar**

Fonte: CARMO, O. A. Dados obtidos na pesquisa realizada em março de 2007.

Como se viu no perfil dos sujeitos, a maioria é composta de homens casados e, tomando-se em conta o gráfico acima, essa maioria também se insere no conceito de pertencentes às famílias nucleares<sup>11</sup> pois como se pode verificar das 24 famílias, 14 (59%) delas se constituem em família chamada nuclear<sup>12</sup> com forte apelo da ideologia burguesa. Essas famílias são compostas por pai, mãe e filhos.

Quando falamos em família nuclear estamos, em princípios nos referindo a um modelo de família burguesa e, como SZYMANSKI (1997, p. 24), aceitamos utilizar o termo mais como uma norma e não “como modelo construído historicamente.”

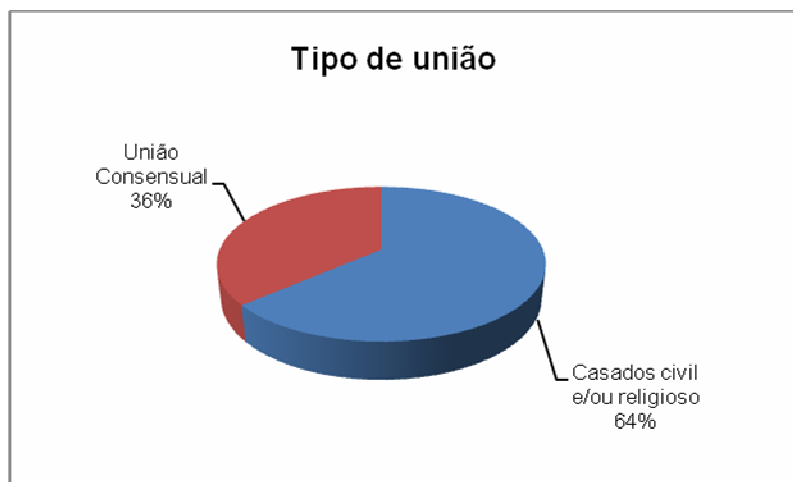
<sup>11</sup> No país, o tipo predominante de família ainda é casal com seus filhos (53,3% em 2001), mas a participação desse arranjo no total caiu desde 1992 (59,4%), seguindo uma trajetória de queda já verificada nas décadas de 1980 e 1990. (IBGE – PNAD/2001)

<sup>12</sup> A família nuclear derivou do padrão europeu de família patriarcal



### 1.2.2 União conjugal

Como vimos o estado civil da maioria dos sujeitos é formada por homens casados, por isso não poderia ser diferente a informação sobre o Tipo de União verificado no gráfico 10.



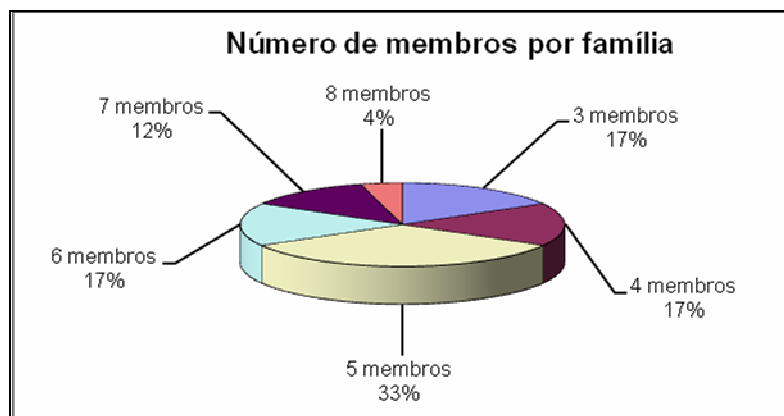
**Gráfico 10 – Tipo de União**

Fonte: CARMO, O. A. Dados obtidos na pesquisa realizada em março de 2007.

O universo das famílias chamadas nucleares, qual seja, as famílias que contam com a presença dos dois cônjuges com filhos e/ou netos, compõe-se de 22 famílias. Neste universo encontramos pela pesquisa que 64% dessas famílias foram formadas a partir do casamento – civil e religioso ou só civil. As famílias formadas a partir de união consensual somam 36% deste universo. Vale lembrar que há duas famílias monoparentais, ou seja, 8%, no universo total da pesquisa.

### 1.2.3 Número de membros da família

No que diz respeito ao número de pessoas que compõe o núcleo familiar, se tomado separadamente, a maioria – 32% - se constitui de famílias formadas com 5 membros, ou seja o casal e três filhos.



**Gráfico 11 – Número de Membros por Família**

Fonte: CARMO, O. A. Dados obtidos na pesquisa realizada em março de 2007.

No entanto se forem agrupadas, as famílias compostas por 3, 4 e 5 membros, ou seja, o casal com 1, 2 e no máximo 3 filhos, alcançam um total de 67%. Isso confirma o dado da PNAD 2006 de que está diminuindo o tamanho das famílias no Brasil<sup>13</sup>.

Famílias numerosas, com muitos filhos não constituem mais a tendência dos núcleos familiares. Entre as razões apontadas para esse fenômeno está a queda da fecundidade, contudo essa questão não se constitui objeto desse estudo.

Tomando-se a composição da família, as informações sobre o tipo de união e os dados sobre o estado civil dos homens, podemos afirmar que as famílias dos homens, sujeitos dessa pesquisa, na sua maioria, constituem-se de famílias nucleares formadas a partir de uniões formalizadas pelo casamento. Estas informações contestam, em parte, os pressupostos que levantamos no projeto de pesquisa.

Ao iniciarmos a pesquisa acreditávamos que as famílias atendidas por esses programas fizessem parte de um novo conceito de família, que se cunhou como “novos arranjos” familiares (CALDERÓN, GUIMARÃES, 1994), tendo a mulher como responsável e, portanto, autorizada a receber os dividendos que o programa repassa para a família. Fazem parte desses novos arranjos:

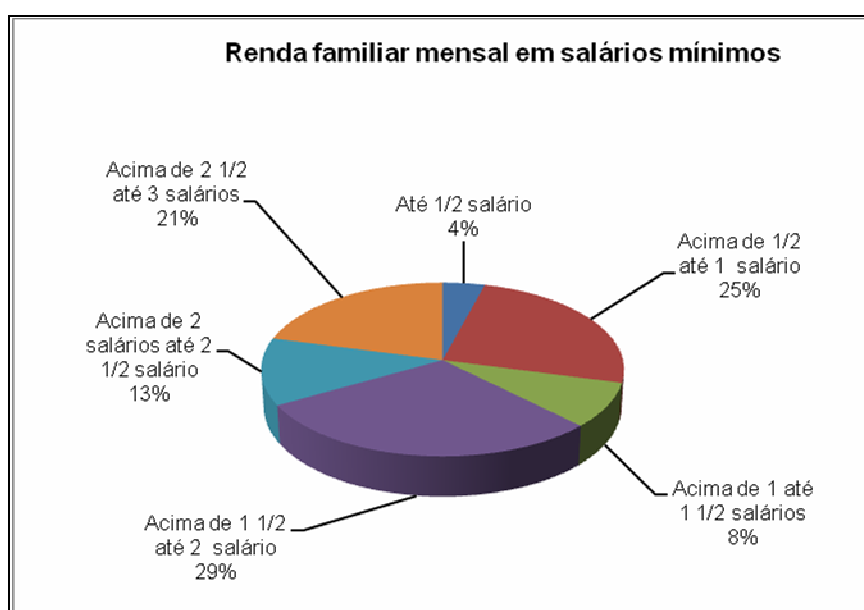
Famílias com base em uniões livres, sem casamento civil e religioso; famílias monoparentais com chefia feminina, decorrentes de diversas situações; divórcio, separação e/ou abandono do componente masculino; mães/adolescentes solteiras que assumem seus filhos; Mulheres que

<sup>13</sup> Nas últimas décadas, o tamanho das famílias vem sofrendo reduções sistemáticas, como reflexo da queda da fecundidade. Em 1980, as famílias brasileiras tinham, em média, 4,5 componentes. Em 1992, o tamanho médio passou para 3,7 pessoas e, em 2001, chegou a apenas 3,3 pessoas em média. (IBGE – PNAD/2001)

decidem ter filhos, dentro do que é conhecido como a `produção independente`, ou seja, sem o casamento e o convívio com o pai da criança; famílias formadas por casais homossexuais, entre os quais há os que, além de morarem juntos, assumem os cuidados e/ou a guarda de um filho de relacionamento anterior, sobrinho/parente ou uma criança em estado de abandono; famílias formadas por pessoas convivendo no mesmo espaço, sem vínculos de aliança ou consangüinidade, mas com ligações afetivas de mútua dependência e responsabilidade. (CALDERÓN; GUIMARÃES, 1994, destaque do autor)

No projeto dessa pesquisa este era um dos pressupostos levantados, no entanto, como vimos o resultado da pesquisa não os confirmou, pois a maioria dos homens pertence a famílias organizadas a partir do casamento religioso e/ou civil. Por outro lado, depois a partir da pesquisa e do contato com as famílias, foi possível repensar o conceito de “arranjo”. Em geral, os estudos sobre família ao pretender pontuar que não existe a família ideal, utiliza a expressão “novos arranjos” em contraposição ao “padrão de família nuclear” (CALDERÓN; GUIMARÃES, 1994). A oposição entre as duas expressões intui a idéia de que o “arranjo” é o “alternativo” já que não se pode contar com o “padrão”. Nesse sentido a nova composição familiar não passaria de um “arranjo” em relação ao padrão “normal” de família. Essa idéia ainda careceria de um aprofundamento maior que nessa tese não haveria tempo e nem é o seu propósito.

#### 1.2.4.Renda familiar

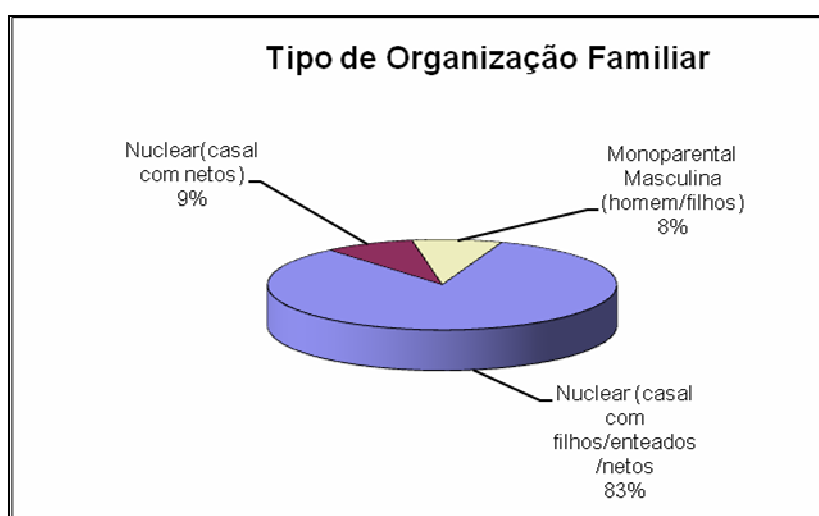


**Gráfico 12 – Renda Familiar em salários mínimos**

Fonte: Carmo, O. A. Dados obtidos na pesquisa realizada em março de 2007

As famílias encontradas na pesquisa, na maioria (66%) possui uma renda mensal de até 2 salários mínimos. Embora 24% tem uma renda familiar de 2 até 3 salários mínimos, devemos destacar contudo que 29% do universo das famílias vivem com uma renda familiar mensal de no máximo 1 salário mínimo. Isto significa que as famílias dos sujeitos da pesquisa são famílias empobrecidas.

### 1.2 5 Organização familiar



**Gráfico 13 – Tipo de Organização Familiar**

Fonte: Carmo, O. A. Dados obtidos na pesquisa realizada em março de 2007.

Como foi verificado anteriormente no que diz respeito à composição das famílias da nossa pesquisa, podemos afirmar que dos 24 sujeitos entrevistados, 14 deles pertencem a famílias formadas a partir do casamento, seja no civil e no religioso, seja só no civil. Outros 8 pertencem a família constituídas a partir de uma união consensual estável<sup>14</sup> e 2 pertencem a família monoparental masculina.

Quando falamos em famílias monoparentais é comum nos remetermos às famílias monoparentais femininas e raramente pensamos nas masculinas. No Brasil esse conceito foi introduzido por Barroso e Bruschini (1981), no artigo “Sofridas e mal pagas”, elas discutem a realidade de vida de mulheres que assumem sozinhas o sustento e cuidado de suas famílias. Em geral quando nos remetemos às monoparentais femininas tomamos em conta a informação da PNAD-2001 de que

<sup>14</sup> Considerou-se estável as famílias formadas há mais 3 anos.

estão entre as mais pobres. Ora as famílias monoparentais masculinas encontradas na pesquisa, assim como as femininas, estão sujeitas ao mesmo processo exclusão e de empobrecimento de todas as famílias da classe que vive do trabalho.

Na pesquisa constatamos que as famílias formadas a partir de vínculos considerados permanentes, devido ao processo histórico do país, de acumulação da riqueza nas mãos de uma minoria, também se encontram em situação de pobreza absoluta, portanto em situação de vulnerabilidade e os laços que une os seus membros são tênues, no que diz respeito às relações intra-familiares.

Pode-se afirmar que por longo período essas famílias foram “abandonadas” pela sociedade e pelos governos levando-as a um processo de empobrecimento e de exclusão, que as impediu de ter acesso aos bens e serviços, produzidos socialmente pelo conjunto dos trabalhadores. No momento atual está em processo de implantação e consolidação de um conjunto de estratégias<sup>15</sup> e Políticas Sociais<sup>16</sup> que, tomando a família como centro a partir do qual as ações serão desenvolvidas objetivando consolidar o acesso aos direitos socioassistenciais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2005). Este processo está mudando, em grande parte, o quadro de miséria das famílias empobrecidas, na medida em que toma a família como o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social, buscando compreender não só suas singularidades, suas dinâmicas, suas redes, conflitos, tensões, mas também suas possibilidades e potencialidades.

---

<sup>15</sup> Par citar alguns, entre essas ações está o Fome Zero “uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome”. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)

<sup>16</sup> Entre essas Políticas está o Bolsa Família (PBF) que é um programa de transferência direta de renda, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006.

## 2º MOMENTO

### 2 OS HOMENS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO

A identidade (social ou psicológica) é um processo complexo, que comporta uma relação positiva de inclusão e uma relação negativa de exclusão (Badinter, p. 33). Neste estudo vamos abordar a construção da identidade social masculina que Badinter (1993) aponta como um processo difícil para os homens, porque, ao mesmo tempo eles têm que aprender o que não devem ser, para depois construir o que devem ser: “Por três vezes, para afirmar uma identidade masculina, deve convencer-se e convencer os outros de que não é uma mulher, não um bebê e não é um homossexual” (BADINTER, 1993, p. 34)

O macho, diz a autora, “se constrói contra a feminilidade original do embrião... ao longo do desenvolvimento, tornar-se macho é uma luta de cada instante” (BADINTER, 1993, p. 39), porque a cada momento ele tem que “provar que é macho”.

Atualmente fala-se em crise da masculinidade, contudo isso não é uma questão do início deste século XXI, nem mesmo das últimas décadas do século passado. Badinter (1993) afirma que a crise masculina atual tem precedentes que remontam ao Século XVIII no seio da classe dominante – aristocracia e burguesia e no século XIX ela se torna mais aguda. As guerras, segundo a autora, que se pensava iria amenizar essa crise, na medida em que permitiria aos homens recompor sua virilidade, apenas mascararam os problemas e no pós-guerra, agravado pelas lutas feministas, se recoloca a questão da crise da masculinidade. (BADINTER, 1993, p.22).

As mudanças econômicas trazidas pela implantação da sociedade moderna,

[...] fez-se acompanhar de uma perturbação na vida familiar [...] e a nova virilidade foi identificada com o sucesso simbolizado pelo dinheiro. A crise da masculinidade eclodiu abertamente quando as mulheres norte-americanas, assim como as da Europa, pretenderam preencher outros papéis além da função de mãe e dona-de-casa. (BADINTER, 1993, p. 20).

Para a autora, no entanto, o que distingue a crise atual das demais é o seu caráter socialmente limitado, pois ela atinge não somente os homens das classes dominantes, ela se amplia e atinge, de maneira distinta, o homem na redefinição de

seus papéis sociais, seja ele pertencente à burguesia, seja ele pertencente à classe trabalhadora. Portanto devemos falar em “masculinidades” e esclarecermos a qual homem estamos nos referindo.

Os sujeitos ouvidos nessa pesquisa são os homens, cônjuges das famílias incluídas no PETI, portanto, famílias empobrecidas pelos processos de transformação societária que privilegiam a especulação financeira em detrimento da produção e do trabalho, embora não identifiquem que sua masculinidade esteja em crise, apontam mudanças que, no limite afetariam o seu papel de “macho”:

- não há mais respeito, as mulheres não falam quando vão trabalhar, algumas vão vadiar (Vitor)
- a desunião, as mulheres largaram suas responsabilidades, largam a casa e vão trabalhar. As mulheres não estão cumprindo bem o papel delas de mãe, cuidar da família (Clemildo)

Alguns autores afirmam que incluir a questão das diferenças de papéis sexuais na discussão da construção de gênero, seria “remeter a análise para os indivíduos e para as relações interpessoais” (LOURO, 1997) porque deixaria de fora as relações de poder. Consideramos, no entanto, que a definição dos papéis em si, como afirma Saffioti (1987), já traz a idéia de supremacia masculina. Essa primazia também é resultado de construções históricas que vem desde a filosofia grega, em especial a de Aristóteles que fala da mulher como um homem inacabado, portanto haveria um modelo e esse modelo é o homem, bem como da afirmação da masculinidade no final do Século XVIII dentro do ideário burguês do homem: “jovem, casado, pai de família, branco, urbano, do sul, heterossexual, católico, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e com sucesso recente nos esportes”. (GOFFMAN apud NOLASCO, 1995). Algumas dessas características traduzem ou são traduzidas nos e pelos diferentes papéis sociais.

Neste trabalho, estamos incluindo a discussão dos papéis sociais, porque acreditamos que a sua crítica contribui para desconstruir os estereótipos<sup>17</sup> de modelos ideais de homens e mulheres. Os papéis são aprendidos ao longo de formação da pessoa. Simone de Beauvoir (1980), afirma em sua obra *O Segundo Sexo*, que “ninguém nasce mulher (**ou homem**), torna-se mulher (**ou homem**)”

---

<sup>17</sup> O estereótipo funcional como uma máscara. Os homens devem vestir a máscara do macho, da mesma forma que a mulher deve vestir a máscara da submissão. O uso das máscaras significa a repressão de todos os desejos que caminharão em outra direção. (SAFFIOTI, 1987, p. 40)

(acréscimo nosso). Portanto ser mulher ou ser homem é um aprendizado que começa desde o nascimento. Ao nascermos somos meninas ou meninos, depois a partir do processo de socialização, primeiro na família, depois na escola e por último nos espaços chamados sociais, passamos por várias experiências que nos levam a assumirmos papéis diferenciados para homens e para mulheres.

Assim vemos. Quando crianças – meninas usam a cor rosa, brincam com bonecas, panelinhas, fogõezinhos, vassourinhas; meninos usam a cor azul, brincam com bolas, carrinhos, armas. Isso significa que as meninas devem aprender as atividades da maternagem e dos cuidados domésticos, privado e sem nenhum brilho; os meninos ao contrário devem aprender as atividades do prover, da luta, por isso devem ser mais fortes e mais poderosos, por isso ganham armas e aos poucos se vai consolidando a sua supremacia em relação às meninas. “Quanto mais a criança cresce, mais o universo se amplia e mais a superioridade masculina se afirma” (BEAUVOIR, 1980)

Para Saffioti (1987), o problema não está na diferenciação dos papéis, mas sim na valoração dos mesmos. Historicamente, mas em especial nos Séculos XVII, XVIII e início do Século XIX, prevaleceu a idéia da superioridade masculina, superioridade essa baseada na condição macho que tem a força, é capaz, é racional e é branco. Contudo, para que essas idéias ganhassem força apareceu o “machismo” como uma ideologia que serve também como uma matriz que muitas vezes é utilizada para justificar ações de violência praticada por homens. No entanto, como afirma Nolasco (1995) é perigoso pensarmos que o machismo é só uma ideologia machista, pois as relações sociais estão perpassadas pela ideologia da classe dominante que a incute através da educação, dos meios de comunicação, da religião. Essa ideologia machista cria a idéia de que os papéis sociais, construídos para os homens são mais importantes do que os construídos para as mulheres.

Essa ideologia vai ganhar terreno no desenvolvimento do sistema capitalista, na medida em que coloca uma valorização do espaço público – lócus no qual se desenvolvem os papéis masculinos -, em detrimento do espaço privado – lócus privilegiado da realização dos papéis femininos. Como veremos mais adiante, no nosso entendimento, a construção desses papéis contribui na construção da identidade de gênero, portanto na identidade masculina e na identidade feminina. Mas quando falamos em masculinidade devemos ter em conta que não há



masculinidade no singular, pois ela difere segundo a época, mas também segundo a classe social, a raça e a idade do homem. Aqui se faz necessário discutirmos um pouco o que é a masculinidade, ou melhor, como se constrói essa masculinidade.

Para alguns autores e autoras Nolasco (1995); Badinter (1993); Saffioti (1987); Louro (1997) para citar alguns, as diversas culturas, ao longo da história foram construindo masculinidades diversas, o mesmo poderia afirmar sobre a feminilidade. Portanto se a masculinidade se ensina e se constrói ela pode mudar. (BADINTER, 1993, p. 29).

Em nossa pesquisa nos propomos a compreender o que pensam os homens sobre a família, o casamento e sobre as relações que ele estabelece a partir daí com o espaço familiar, com o espaço da casa. Para tal devemos investigar como eles lidam com esses papéis no espaço doméstico, lócus no qual se realizam as tarefas domésticas – indicadoras e até tradutoras das idéias dos papéis sociais. A opção por esse caminho deve-se à constatação de que as relações de gênero no interior das famílias são o resultado da aceitação dos papéis sociais e do assumir tarefas definidas para um ou outro gênero. O grupo de homens - dez (41,66%) dentre os 24 - que respondeu não fazer nenhuma das tarefas domésticas justificou com argumentações do tipo:

- porque trabalho o dia todo e a mulher não trabalha (Ulisses)
- não tenho tempo e isso é da mulher (Bertoldo)
- o meu trabalho é mais pesado do que o dela e também porque isso é obrigação dela (Décio)

Ainda que não seja a maioria dos homens que afirma não realizar tarefas domésticas, a contundência dos seus argumentos confirma a tese de que, para os homens, as tarefas domésticas fazem parte das atribuições ou das obrigações da mulher.

Badinter (1993) ao discutir a crise da masculinidade na virada do século XIX e XX identifica que os homens sentem-se ameaçados em sua identidade por essa nova criatura (mulher emancipada) que quer agir como eles, ser como eles, a ponto de se perguntarem se não serão obrigados a “desempenhar tarefas femininas, ou até mesmo – horror supremo – a ser mulheres” (BADINTER, 1993, p. 16)

Ao utilizar a discussão sobre relações de gênero tomando em conta a questão dos papéis sociais privilegiamos a relação baseada no poder que reveste os papéis masculinos.

As relações de gênero refletem uma relação de poder - do homem sobre a mulher. Esse poder advém do período patriarcal onde o homem tinha não só poder sobre a mulher, mas também sobre todos os membros da família. Esta relação de dominação era, muitas vezes, uma relação de exploração do trabalho da mulher, dos filhos e dos empregados que eram considerados pertencentes à grande família patriarcal.

Essa relação de poder presente nesse tipo de sociedade tinha uma raiz cultural e religiosa, advinda principalmente do cristianismo que sempre apresentou o homem com mais poder que a mulher, portanto seu papel era mais importante que o dela. Essa matriz religiosa nascida na filosofia aristotélica que considerava a mulher um ser impuro e inacabado, apresentava a mulher impura. A descrição do ritual da criação do homem - à imagem e semelhança de Deus é muito diferente da criação da Eva a partir da costela de Adão e a partir de uma porção de barro, no qual também sopraria a vida. Em uma das traduções da Edição Pastoral da Bíblia, publicada em 1990 pela Edições Paulinas, no livro do Gênesis, capítulo 3, depois de descrever o pecado incitado pela serpente, no versículo 16 lê-se uma ordem de Javé Deus para Eva “Vou fazê-la sofrer muito em sua gravidez [...] a paixão arrastará você para seu marido, e ele a dominará”. Na seqüência da leitura, depois de chamar a atenção de Adão por ter dado ouvido à mulher, amaldiçoar e condená-lo ao trabalho, lê-se que Javé disse: “O homem se tornou como um de nós, conhecedor do bem e do mal”. Essa leitura nos remete a uma contradição por um lado, Eva, a mulher, pecou e levou o Adão, o homem, a pecar também, contudo, o pecado deles deu a ele, homem a condição ser “como Deus”.

A partir de então, o homem – o ser parecido com Deus deveria dominar e comandar a vida e as ações da mulher. Por isso na maioria das religiões de origem cristã as mulheres não aparecem ou se aparecem têm um papel secundário, como se fosse possível o ser submisso desaparecer na relação. Nessa perspectiva se supõe que, na medida em que a mulher, sendo submissa, desapareceria no binômio exploração/dominação, contudo isso não se confirma.

Para Saffioti, nessa relação não desaparece a figura dominada / explorada, ao contrário, ela é incorporada e integrada à relação. Pois a realidade e as relações não são estanques, são dinâmicas e dialéticas e, as mulheres ainda que submissas continuaram a existir e a lutar ao longo da história da humanidade para alcançar um espaço no existir e na luta por parcelas de poder.

Para a autora, tanto o homem que domina, quanto a mulher que é dominada, têm poder, contudo esse poder é muito desigual. Essa desigualdade não se dá numa relação de hierarquia, mas sim numa relação de seres complementares. Segundo Saffioti esta desigualdade não pode ser confundida com hierarquia, por isso cabe às mulheres lutar para conquistar seu espaço e assim ampliar seu poder, numa relação dialética onde um luta para preservar sua supremacia e o outro para tornar menos incompleta sua cidadania. (SAFFIOTI, 1992).

Privilegiar a questão das relações de gênero estabelecidas a partir dos papéis sociais, não como um determinismo naturalizado, mas como uma construção histórica permite uma abordagem relacional na qual estão presentes outras dimensões como a classe, a raça/etnia e a idade.

Nessa perspectiva, tomo como referência o estudo de Jorge Lyra e Benedito Medrado (2000) sobre gênero e paternidade onde os autores ao abordarem o conceito de gênero como referente ao sexo socialmente construído, desnaturalizando as prescrições e práticas atribuídas e incorporadas por homens e mulheres através da aceitação dos papéis sociais.

Os papéis definidos para os homens, via de regra, impõem para eles uma carga de responsabilidade que não lhes permite fraquejar. Esse papel de macho e viril que a sociedade sexista constrói para os homens é tão nocivo e mutilador para eles quanto o é a imagem de feminilidade construída para as mulheres (Saffioti, 1987). Muitas vezes esses homens, em nome desse poder que exercem, abafam sua própria subjetividade por que a sociedade considera uma fraqueza. Assim sendo eles reproduzem nas suas relações os valores de um modelo social que também os tutela e controla os seus desejos. Segundo Nolasco (1995, p. 54) “tal controle é mantido pela simplificação a que fica remetida a subjetividade, bem como por meio de uma possível compreensão biológica de sua existência.”

A nosso ver, ainda que a definição dos papéis tenha sua origem na diferença sexual, a crítica a eles contribui para revelar que a construção das identidades masculina e feminina, passa também pela aceitação e/ou crítica a eles. Discutir as relações de gênero inclui a discussão dos papéis sociais, pois implicam numa teia de relações sociais baseadas no poder e na supremacia masculina.

Os papéis sociais são uma construção histórica por isso podem ser mudados, contudo eles delimitam as atribuições dos homens e das mulheres. “A socialização

dos filhos, por exemplo, constitui tarefa tradicionalmente atribuída às mulheres” (SAFFIOTI, 1987).

A construção da masculinidade, assim como a da feminilidade, passa pela construção da identidade de gênero, a qual se transforma e transcende a idéia e inclui também a idéia de sexualidade. A sexualidade tem um sentido muito mais amplo que sexo, havendo possibilidade de diferenciar um e outro. Com o avanço das tecnologias, a reprodução pode acontecer até mesmo na ausência da atividade sexual.

A sexualidade inclui tudo o que se relaciona com o nosso desenvolvimento psicológico e também sexual. A sexualidade segundo Foucault (1984) é uma “invenção social”. Louro (1997) afirma que as identidades sexuais se constituíram através das formas como vivem sua sexualidade, mas por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero.

A sexualidade também é uma construção. Deborah Britzman (1996, p. 74 apud LOURO, 1997, p. 27) afirma que:

[...] não existe uma identidade heterossexual pronta e acabada lá fora pronta, esperando ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada.

Essas identidades (sexuais e gênero) estão entrelaçadas, mas não são uma só, pois podemos ser masculinos, femininos, heterossexuais, homossexuais, bissexuais e ao mesmo tempo sermos negros, brancos, índios, ricos, pobres, burgueses, trabalhadores etc. O que importa, é afirmar que tanto a identidade sexual, quanto a de gênero são construções históricas.

Como dissemos a masculinidade difere em tempo, lugar e condições de classe, raça e cultura. “Não existe um modelo masculino universal, valido para todos os tempos e lugares” (BADINTER, 1993, p.27). Para os sujeitos de nossa pesquisa, homens que vivem do trabalho, a masculinidade não estaria em crise:

- não mudou, continua o mesmo bem macho (Alex)
- quem é foi homem continua homem (Bento)
- continuo do mesmo jeito (Percival)
- não- continuo seguindo o que meu pai me ensinou (Ulisses)

Embora para Carvalho (2003, p. 51) as mudanças no comportamento exigem um tempo para serem interiorizadas e um tempo maior para se tornem conscientes e sejam assumidas pelos atores nela envolvidos.

Seria ingenuidade supor que as violentas transformações sofridas pela sociedade brasileira nos últimos trinta anos e, mais ainda, os processos de mudança nas condições de vida de um imenso contingente de pessoas, que se deslocou do campo para as cidades, houvessem causado apenas modificações de caráter socioeconômico, ou político, sem afetar o delicado equilíbrio das relações entre os membros dos grupos familiares.

Para a autora, as mudanças provocam percepções diferentes dos papéis, “ocasionando reavaliações de expectativas e redefinem as situações segundo as regras que têm origem no mundo como os sujeitos percebem a realidade” (CARVALHO, 2003, p. 52)

Para esses homens, que vivem do trabalho, diferentemente de outros homens, pertencentes a outras classes e espaços sociais, ao que parece, algumas questões colocadas em termos de visão sobre as mudanças nos papéis, pela maneira como as percebem, não fazem sentido para eles. O que transparece da fala desses homens é a idéia de que as questões discutidas pela academia não ressoariam no imaginário desses homens, contudo, ao indagarmos o que mudou para eles do tempo em que eram solteiros para agora eles responderam com negativo:

- as convivências, os pais corrigiam os filhos, os pais batiam e hoje não pode (Antonio)
- mudança em relação aos filhos – criação está difícil – drogas, fome (Gabriel)
- muito diferente hoje – tudo modo de viver – educação dos filhos – não foi muito bom – não tem respeito – roubo – morte (Heitor)

Apontaram outras como positivas mudanças na relação dos papéis da mulher:

- hoje é diferente, as mulheres trabalham, saem sozinhas – isso não é ruim porque a mulher ajuda mais o marido (Fernando)
- relacionamento com a mulher melhorou – mais atenção e com os filhos mais diálogo (Dario)

## Trouxe melhora também na relação com os filhos

- hoje os pais tem que dialogar mais com os filhos – tem que convencer que o diálogo é a melhor maneira (Julio)

Os sujeitos da pesquisa que compõem as famílias monoparentais masculinas identificaram a mudança a partir do momento em que ficaram sozinhos com os filhos:

- eu mudei, era pior: era durão, não brincava por isso se separou, mas agora estou bem, criei os filhos e a filha mais velha vai-se casar amanhã com um rapaz bom, trabalhador (Clemildo)

- tinha sentimento de revolta, agora ficou melhor pois estou bem e me dou melhor com os filhos (Tadeu)

Diante disso para discutirmos como o homem define sua identidade e, mais que isso como ele a constrói, decidimos tomar em conta tanto a dimensão das relações de gênero construídas a partir dos papéis sociais, quanto à dimensão do trabalho – dimensão da “rua” enquanto categoria fundante do ser homem.

Na divisão sexual dos papéis como vimos às mulheres cabe os papéis da “casa”, espaço particular, privado e ao homem os papéis da “rua”, espaço do público. (SCOTT, R. P., 1990, p. 40).

A categoria gênero foi construída pelas feministas inglesas e norte-americanas para entender as diferenças de sexo, ou seja, para compreender até que ponto as diferenças biológicas influenciam na definição dos papéis – os quais estariam ligados à questão do gênero, definido a partir das diferenças biológicas. Na língua inglesa há o “sex” (sexo - condição biológica - corporal) e o “gender” (gênero – ordenamentos socioculturais – construídos coletivamente a partir das diferenças corporais) (BARBIERI, 1997) Portanto, estas feministas traziam essa discussão baseadas na distinção que a própria língua inglesa faz entre o sexo e o gênero. Quando essa discussão chega à América Latina ela encontra uma dificuldade primeira: como distinguir o sexo do gênero (DURÁN HERAS, 1997).

No Brasil, para além da dificuldade semântica, colocava-se outra questão muito mais profunda: o acúmulo da luta das mulheres chegou à academia e havia contribuído para a construção de teorias que colocavam as mulheres, em especial aquelas vindas das classes trabalhadoras, como o centro das pesquisas. Ou seja,

pela primeira vez, as mulheres no Brasil, saíam da condição de “*usuaria, receptora o transmisora de los contenidos de la ciencia*” (DURÁN HERAS, 1997, p. 2)

O conceito de gênero, ao chegar ao Brasil, passou a disputar

[...] espaço com os estudos ‘da mulher’ e provocou algumas turbulências no cenário. Se por um lado sugeria, de modo mais imediato, uma ancoragem teórica, por outro parecia implicar uma abrangência que poderia representar um novo ocultamento do sujeito feminino (LOURO, 2001, p. 8, destaque do autor)

Ao ser apropriado por outras feministas, em particular as latino-americanas, o conceito passou a ser utilizado para dar conta “*de las diferenciais corporales y de la corporeidad de las relaciones sociales*” (HIRATA y KERGOAT, apud BARBIERI, 1997). O gênero, contudo, é também informação sobre o homem, porque o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. “O gênero torna-se antes, uma maneira de indicar construções sociais – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (SCOTT, J. 1995, p. 7)

Portanto, neste estudo, utilizamos o gênero para estudar a visão dos homens sobre o ser homem, pois como afirma Duran “Não se trata mais de focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas, sim, os processos de formação da feminilidade e da masculinidade, ou os sujeitos femininos e masculinos (DURAN HERAS, 1997, p. 9)

## **2.1 A difícil construção da identidade masculinidade**

A masculinidade assim como a feminidade é uma construção social na qual estão imbricados não só os processos sociais, mas também os processos psicológicos, subjetivos. J. Money, citado por Badinter, afirma que é mais fácil “fazer” do que um homem. “Da concepção de um XY até a masculinidade adulta, o caminho é cheio de emboscadas” (MONEY, 1972, p. 19 apud BADINTER, 1993, p. 34)

Elisabeth Badinter inicia o Prólogo do livro “XY - sobre a identidade masculina”, se perguntando “o que é um homem?”, qual seria “a essência do macho humano?” e ao discutir a questão ela afirma que “ser homem implica um trabalho, um esforço que não parece ser exigido das mulheres” (BADINTER, 1993, p. 3)

Nessa perspectiva a masculinidade não é algo que se adquire para sempre, ela tem que ser conquistada e re-conquistada, através da provação da virilidade do ser masculino: “prova que você é homem”. Portanto, a virilidade não é dada de saída, ela deve ser construída. Segundo Badinter (1993), o maior elogio a um homem é dizer que ele é um verdadeiro homem. Para fazer jus a isso o homem deve, desde a adolescência, cumprir com determinados papéis que lhe são impostos e assumir características que o qualificam como homem. Até décadas atrás, algumas famílias tinham o costume de levar os garotos para serem iniciados na relação sexual com mulheres prostitutas. Pois prevalecia a idéia de que o menino, no processo de aprendizagem para ser homem, teria que “treinar” a sua sexualidade de modo a “não falhar” e, assim cumprir o seu papel de macho. Estava implícita a idéia do medo da feminização do homem, apontada como um dos elementos da crise da masculinidade no final do século XVIII, citada por Badinter (1993). Ela aponta que os primeiros estudos sobre a masculinidade dos anos 1970, traziam um tom de denúncia, contudo a chegada da década de 1980, trazendo os desafios de uma globalização de mercados e a conseqüente transformação no modo de produção societária levando o desemprego e as incertezas que aquele momento colocava para a humanidade, culminou com algumas conquistas dos movimentos feministas recolocou novamente a questão da crise da masculinidade. (BADINTER, 1993, p. 5). No entanto, concordamos com a autora quando ela afirma que o feminismo não é o único desencadeador da chamada crise da masculinidade “o feminismo ocidental é menos culpado de ter misturado os pontos de referência do que ter mostrado a nudez do rei” (BADINTER, 1993, p. 6) Para nós, essa crise dos anos 1980 é dada por uma dupla motivação: de um lado, como também para a autora, as mulheres ao questionarem os papéis sociais e a relação de dominação dos homens sobre elas fizeram “evaporar-se a característica universal masculina da superioridade do homem” (BADINTER, 1993, p. 6); por outro, a reflexão que fazemos é a de que, se o trabalho se constitui em um dos elementos fundantes na construção da identidade masculina, como ficaria essa construção para os novos homens, na medida em que se discute a perda da centralidade do trabalho na conjuntura atual? Ou mesmo para os homens que já constituíram sua identidade (a ser reconstruída sempre) ficar sem o trabalho seria ficar sem uma das bases de poder sobre a família e, conseqüentemente sobre a mulher, como definiria sua masculinidade? Portanto, ao lado dos questionamentos postos pelas conquistas das



mulheres, coloca-se a questão do acesso ao trabalho formal, regulamentado que, na conjuntura atual, em muitas áreas, foi substituído pelo trabalho precarizado.

Alguns estudiosos sobre o tema apontam que a construção da masculinidade constitui-se em um processo sofrido para os homens, pois a virilidade, marca profunda, na identidade masculina, exige, muitas vezes que o homem renuncie a experimentar momentos de plena alegria e prazer. Saffioti afirma que para agir como *macho* o homem deve aceitar, ainda que inconscientemente, sua própria castração. “O homem será considerado macho na medida em que for capaz de disfarçar, inibir, sufocar seus sentimentos. A educação de um verdadeiro macho inclui necessariamente a famosa ordem: “Homem (com H maiúsculo) não chora”. Quantos homens não tiveram que engolir as 987, lágrimas diante da tristeza, da angústia, do luto, em nome dessa norma de conduta” (SAFFIOTI, 1987, p. 26)

Tolson, afirma:

O papel masculino que uma sociedade sexista impõe ao homem é uma imagem de machismo e de virilidade muitas vezes tão mutiladora para o homem como a imagem da feminilidade para a mulher. Por isso, a possibilidade de um movimento de libertação dos homens liga-se a uma tomada de consciência, por parte destes, das limitações que lhes são impostas pela sua própria sociedade sexista (Andrew Tolson, professor de Mídia e Comunicação da Escola de Comunicação Social e Produção Cultural – EUA apud Nolasco, 1995, p. 19)

## **2.2 O trabalho como elemento fundante na construção da identidade masculina**

As várias transformações ocorridas, principalmente nos últimos anos, no modelo de produção societária, provocando mudanças também no mundo do trabalho, desencadeando um processo acelerado de precarização do trabalho, provocam também um processo de mudanças não só para as instituições, o sindicato e a família entre elas, mas também para as pessoas.

O peso da lógica da acumulação capitalista privilegiando o trabalho morto, em lugar do trabalho vivo, não se funda mais tanto na expropriação da mais valia relativa, intensifica-se a expropriação da mais-valia relativa e, como afirma Ricardo Antunes, expropria-se a capacidade intelectual dos trabalhadores que agora se responsabilizam, em grande medida pela produção, organizada por equipe e pela manutenção do próprio emprego, transformar-se em mão-de-obra multifuncional capaz de assumir múltiplas funções, ou seja, realizar a tarefas de várias pessoas.

(ANTUNES, 2005), caso não consiga poderá perder o emprego. A culpa pelo desemprego é do próprio trabalhador ou trabalhadora que não procurou se qualificar para esse novo momento.

Os sindicatos passaram e ainda estão passando por um processo de desmonte de sua capacidade de luta; as conquistas provenientes de séculos de luta do movimento operário não têm o peso que tinham nos anos de 1970-1980. A luta hoje é muito mais para manter o emprego do que para sua melhoria (ANTUNES, 2005).

Ora todas essas mudanças colocam questões para aqueles que vivem do trabalho, mas, para o trabalhador se trata de um questionamento que coloca em questão a sua identidade de homem, pois um dos eixos – o outro é a sexualidade - de sua identidade masculina é o trabalho. Daí então, para alguns estudiosos da questão da masculinidade, há uma crise da masculinidade provocada muito mais por essas transformações do que, pelas conquistas das mulheres nos diversos campos da vida social, em especial no que se trata da liberação sexual e da luta pela divisão sexual do trabalho doméstico.

Para discutir a construção da identidade é preciso também tomar em conta a categoria gênero como uma das ferramentas importantes que nos ajuda a compreender as relações que homens e mulheres estabelecem no dia-a-dia, em especial, no cotidiano do espaço familiar, espaço este de construção e re-construção das identidades.

Portanto, tanto a dimensão do trabalho quanto a dimensão do gênero são importantes no processo da construção da (s) masculinidade<sup>18</sup> (s). Estas duas questões se entrelaçam, pois as mulheres, por viverem nesse momento histórico e, mesmo que continuem responsáveis pelas tarefas domésticas, estão também inseridas no mundo do trabalho e, elas também são atingidas por essas transformações. “Portanto, restringir a transição hoje vivida pelos homens a particularidades e à história do movimento de mulheres é negar que o próprio movimento de mulheres também decorre das transformações sociais iniciadas no século XVII” (NOLASCO, 1995, p. 23).

---

<sup>18</sup> Utilizamos no plural por acreditarmos que não existe uma única e correta masculinidade, por ser fruto do processo histórico ela pode mudar nas diferentes sociedades e nos diferentes momentos históricos.

Na pesquisa realizada, pela fala dos sujeitos, se confirma essa premissa de que o trabalho é um dos elementos fundamentais na construção da identidade masculina.

Ao indagarmos o que é “ser homem”, os sujeitos responderam é ser:

- pessoa trabalhadora, responsável e honesto (Antonio)
- responsável, trabalhador e honesto (Clemildo)
- ser honesto e trabalhador (Gabriel)
- ser honesto, trabalhador e ter respeito (Percival)
- honesto, trabalhador, ter uma palavra só (Ulisses)
- ser responsável, trabalhador, não levar desaforo (Bertoldo)
- ser responsável, ser honrado, honesto, trabalhador (Cosmo)
- honesto, trabalhador, ter vergonha, saber conviver, respeitar (Orlando)
- trabalhar e manter uma família, digna e honradamente (Júlio)

Se a construção social da identidade da mulher está ligada ao seu espaço doméstico nas atribuições de cuidadora do lar e dos filhos, a construção social da identidade do homem está ligada ao espaço público do trabalho considerado produtivo.

Segundo Nolasco (1995, p. 50), para o homem o trabalho tem uma dimensão cartográfica, pois

[...] define a linha divisória entre as vidas pública e privada e, ao mesmo tempo tem uma dupla função para a sua vida. A primeira é ser o eixo por meio de que se estruturará seu modo de agir e pensar. A segunda função é inscrever sua subjetividade no campo da disciplina, do método e da violência, remetendo-os a um cotidiano repetitivo.

O processo histórico de transformação do trabalho em mercadoria constituiu-se de um processo que incluiu a desvinculação do trabalhador dos meios de produção e a sua transformação em trabalhador coletivo e sua força de trabalho em trabalho alienado (ANTUNES, 2005).

Para Marx, o trabalho tem como finalidade última garantir a reprodução da força de trabalho: “Dada existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução e manutenção” (MARX, 1985, p.141). Em um estudo sobre família operária Macedo (1979, p. 142) discute a idéia de que as

famílias da classe trabalhadora na sua dinâmica trabalham para manter e reproduzir a força de trabalho na geração de filhos. “A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores.”

Isso não quer dizer que por ser trabalhador, explorado e pobre reproduza a pobreza. Como afirma Bilac (1997, p. 32):

[...] a reprodução humana nos grupos sociais não é, a priori, a reprodução do grupo social: a reprodução dos pobres não é a reprodução da pobreza, a reprodução dos operários não é a reprodução da classe trabalhadora. O que reproduz os negros como minorias sociológicas não é a cor de seus filhos, mas o estigma, o preconceito e condições sócio-econômicas adversas [e excludentes].

Voltando aos sujeitos de nossa pesquisa. À indagação do que é ser homem, outras respostas a esse questionamento de um lado, reafirmaram o papel de macho que tem a supremacia na relação que estabelecem com a mulher, com os filhos e com o espaço doméstico:

- ser responsável, impor respeito e limites (Luis)
- é ser um chefe de família com entendimento e compreendendo os problemas (Nestor)
- ter autoridade, sustentar a família (Décio)

Como se constata há a idéia de que o homem deve ser o “chefe” não só da família, mas

- ter autoridade sobre a mulher e os filhos (Alex)

Essa idéia muitas vezes está alicerçada em uma autoridade que é dada por um poder divino:

- ter a autoridade que se resume em seguir os passos do criador Deus (Ernesto)

Essa idéia religiosa da autoridade do homem - encontra sua raiz na leitura dos textos bíblicos, entre eles a I carta de São Paulo aos Coríntios 11, 3-7 que afirma “se Cristo é a cabeça de todo homem, e o homem, a cabeça da mulher... porque na verdade, o homem não deve cobrir a cabeça, por ser ele imagem e glória de Deus, mas a mulher é glória do homem” (CPDD, 2002, p. 10).

As mulheres das tradições religiosas judaico-cristãs estão inseridas nessa ordem e devem obedecer a essa norma. Há muito as teólogas feministas criticam essa ordem. Ivone Gebara, teóloga feminista, em um artigo para o Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular, afirma que é preciso buscar novas chaves de leitura da Bíblia e questionar “as imagens de Deus” para que se possam construir relações de justiça

[...] se o feminismo na sua diversidade histórica estava conseguindo dar alguns passos na modificação de uma cultura centrada na valorização do masculino e das hierarquias entre os seres humanos, isto deveria também valer para nossa teologia e para nossos comportamentos institucionais. (GEBARA, 1999).

Por outro lado, a idéia de chefia nos remete a uma relação não só de dominação, mas também a uma idéia de exploração. Saffioti aponta que as relações de gênero, atendem quase sempre ao binômio dominação/exploração e quem se beneficia desta situação é a classe patronal. (SAFFIOTI, 1992, p. 23). Essa relação por sua vez nos remete a uma relação de poder. Louro (p. 38), citando Foucault propõe que “observemos o poder sendo exercido em muitas e variadas direções, como se fosse uma rede.”

As relações de poder, que permeiam as relações de gênero se reproduzem em vários campos: na família, no trabalho, na produção intelectual, enfim nas diversas relações sociais. Para Foucault (1979) o poder se distribui em constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sociais de força. Isso permite entender o fenômeno do poder tanto no nível macro, pressupostamente destinado ao homem, quanto no nível micro, historicamente destinado às mulheres.

A idéia de que é da natureza do homem ser o “chefe” e ter o poder, impõe para eles a necessidade de “controlar” a família, a mulher, os filhos. Essa forma de compreender a masculinidade vem do patriarcado que embora, tenha vigorado em outro momento histórico, se reproduz nos dias atuais de uma outra maneira. Therborn (2006) fala em um patriarcado do século XXI. Para ele o patriarcado não desapareceu totalmente, “há um último terço da humanidade” ainda prevalece essa cultura. O aspecto mais importante das mudanças no patriarcado no século XX, segundo o autor não está “sua tendência universal. É a variação nos resultados assim como nas cronologias” (THERBORN, 2006, p. 192). Entretanto, é a partir do

patriarcado, enquanto uma organização que tem o pai proprietário que tem o poder sobre o filho e para o qual deixa sua herança é que o homem foi definido como um ser humano privilegiado, dotado de alguma coisa a mais, ignorada pelas mulheres. “Ele se julga mais forte, mais inteligente, mais corajoso, mais responsável, mais criativo ou mais racional. Esse mais justifica sua relação hierárquica com as mulheres, ou pelo menos com a sua” (BADINTER, 1993, p. 6). Pierre de Bourdieu observa que “ser homem é estar instalado, de saída, numa posição que implica poderes” (BOURDIEU, 2002, p. 21) Em contrapartida, afirma Kaufman, que “para alguns homens a experiência do poder suscita sofrimento” (Kaufman, 1995, p. 125) e J. Scott (1995, p. 88) analisando as relações de poder nas relações de gênero e pondera que “o poder coletivo dos homens é construído tanto nas instituições como nas formas como estes se apropriam e reproduzem este poder.”

A idéia de que o homem deve ser o “chefe” e ter a “autoridade” vai aparecer também nas falas dos sujeitos a respeito de família.

A honestidade, para os sujeitos dessa pesquisa, também se constitui como elemento importante na constituição da identidade masculina. Na fala de um grupo aparece a questão de que ser homem é ser honesto. A honestidade aqui é tomada como normas de conduta social, pautada por uma ideologia machista:

- andar direito e responsabilidade (Bento)
- ter responsabilidade (Fernando)
- é tudo – honesto direito (Heitor)
- ser bom, ter respeito e sem encrenca (Marcos)
- não ser bicha, ser macho, honesto e íntegro (Tadeu)
- ter brio, vergonha na cara, ter uma só palavra (Vitor)

A honestidade está sendo tomada como um atributo do ser homem, como se, as mulheres ou não são honestas por “natureza” e por serem frágeis não têm a obrigação de sê-lo.

Estaria subjacente a idéia de que o homem deve ser forte para não sucumbir às tentações, porque é um ser completo, enquanto a mulher já é dado que é frágil, inferior, “receptáculo da semente de onde nascerá o homem” (CPDD, 2002, p. 8)

Se a construção social da identidade da mulher está ligada ao lugar que ocupa no espaço doméstico nas atribuições de cuidadora do lar e dos filhos, a

construção social da identidade do homem está ligada ao espaço público do trabalho considerado produtivo. Para Nolasco (1995, p. 50), o trabalho para o homem tem uma dimensão cartográfica, pois

[...] define a linha divisória entre as vidas pública e privada e, ao mesmo tempo tem uma dupla função para a sua vida. A primeira é ser o eixo por meio de que se estruturará seu modo de agir e pensar. A segunda função é inscrever sua subjetividade no campo da disciplina, do método e da violência, remetendo-os a um cotidiano repetitivo.

Como podemos notar a questão do trabalho aparece em seis das oito falas, isso confirma a idéia de que o trabalho produtivo, realizado fora do espaço da casa, ou seja, o trabalho enquanto mercadoria é tarefa do homem, macho, forte e destemido, por isso ele é “direito”, “honesto” e “responsável”. Dessa maneira, pode-se afirmar que para estes homens, sujeitos dessa pesquisa, embora alguns estejam desempregados, o trabalho é a característica mais importante na constituição de suas identidades masculinas.

Ao responderem qual a coisa mais importante que receberam de seu pai, os sujeitos da pesquisa responderam:

- a lição do mundo, respeito aos outros, não mexer nas coisas dos outros e - sempre trabalhar honestamente (Antonio)
- com padrasto – caráter – uma pessoa boa, andar direito e não envolver com coisa errada (Bento)
- não mexer nas coisas dos outros (Clemildo)
- educação – não mexer no que é dos outros – trabalhar (Fernando)
- honrar a barba, ser honesto (Alex)

Os sujeitos da pesquisa aprenderam com seus pais que a honestidade é parte integrante na construção da identidade masculina. A honestidade, por sua vez é também uma construção social que varia no tempo e de sociedade para sociedade, porque ela está dada pela moral. Ela é tão importante que o homem que é homem deve

- honrar as calças, ser honesto, trabalhador (Ulisses)

Quase sempre “honrar as calças” significa mostrar-se macho e se preciso, agir com a força e até com a violência. Essa idéia de que a honra é um atributo do

ser masculino e quando essa honra é “manchada” pela “traição da mulher” o homem se sente no direito/dever de “lavar a honra”. Para Bourdieu (2007, p. 64) a necessidade provar a honra e a virilidade se constituem uma necessidade coletiva, de mostrar para outros homens.

Mas também, a honra, significa cumprir o compromisso assumido: “dar conta de sustentar uma família”. Portanto não se trata de uma masculinidade homogênea, na qual só órgão sexual é objeto de valorização excessiva. A palavra, o compromisso, a coragem, entre tantos atributos, também são valorizados na constituição da masculinidade. Segundo Badinter (1993, p. 141), a crítica que se faz à teoria de Lacan é que para ele é pelo “sexo e pela atividade sexual que o homem melhor toma consciência de sua identidade e virilidade.”

### **2.3 Sexualidade outro componente na construção das identidades**

A sexualidade é um componente importante na construção da personalidade, e não se restringe ao sexo. Ela é um conjunto de múltiplas experiências que nos coloca na plenitude do SER HUMANO. Sexo refere-se aos aspectos físicos e biológicos, mas hoje podem ser modificados.

A sexualidade é construída, portanto não é dada pela natureza. A sexualidade não se restringe ao sexo. Ela é um conjunto de múltiplas experiências que nos coloca na plenitude do SER HUMANO. Por outro lado a sexualidade não é somente um conjunto de estímulos biológicos; ela compõe-se de comportamentos, desejos e sentimentos construídos nas nossas relações de gênero.

A sexualidade, portanto, é uma elaboração social que age dentro dos campos do poder e se torna norma através da influência do contexto sócio-político no qual está inserida. Como construção social – contribui na construção da identidade de mulheres, homens e homossexuais. Os papéis sociais influenciam na forma como cada um@ vive a sua sexualidade.

A partir da década de 1990 foi dado destaque especial ao aspecto relacional entre sexualidade e gênero. Além do aspecto relacional, a utilização do conceito de gênero pressupõe também o caráter essencialmente social e cultural das diferentes orientações sexuais. Gênero e sexualidade são construções históricas, portanto podem mudar.



A sexualidade para as mulheres quando ela é reduzida à genitália, torna-se vergonhoso, proibido. Para os homens, ao contrário, são preparados para viver o prazer da sexualidade através do corpo, já que socialmente o exercício da sexualidade no homem é sinal de masculinidade. Quando o homem não consegue a ereção ele é chamado de “brocha”, “bicha”, “qualquer dificuldade com seu pênis é uma fonte de profunda humilhação e desespero, um indício da perda da masculinidade” (BADINTER, 1993, p. 142)

Portanto, a masculinidade e a virilidade devem ser reafirmadas sempre, como afirma Badinter (1993). Por outro lado, embora a violência de gênero afete muito mais a mulher e elas são as maiores vítimas, os homens também estão expostos à violência. Os meios de comunicação de vez em quando noticiam o aumento no número de denúncias de homens que sofrem violência de gênero. Ainda que se suponha que seja em menor grau, essa notícia chama a atenção, pois seria contraditório tendo em conta os atributos da masculinidade. As estatísticas mostram que, no Brasil, o maior as maiores vítimas da violência urbana são os homens jovens e, além disso, segundo Badinter (1993, p. 146):

[...] a vida de um homem vale menos que a vida de uma mulher (as mulheres e as crianças primeiro), que ele serve de bucha de canhão em tempo de guerra e que a representação da sua morte (no cinema e na televisão) tornou-se simples rotina, um clichê da virilidade, boas razões para olhar a masculinidade tradicional como uma ameaça à vida; a masculinidade só se tornará menos arriscada quando deixar de ser definida por oposição à feminidade.

Não se trata, porém, de colocar o homem como vítima na outra ponta da relação da relação, mas, de rediscutir o gênero como uma relação entre d@s sujeit@s, seus corpos, seus desejos e anseios que se relacionam.

Para Bourdieu (2007, p.64) “A virilidade, entendida como capacidade produtiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em casos de vingança) é, acima de tudo, uma carga.”

O homem, no imaginário dos pais dos sujeitos de nossa pesquisa, deve conquistar esta honra, em nome dela, se preciso for, pode até tirar a vida de outro homem:

- trabalhar para sobreviver – respeitar os outros – não ofender um homem - porque se fizer isso é melhor matar, porque o homem que levou o tapa vai se preparar para te matar (Irineu)

No processo de constituição da masculinidade destes homens, sujeitos da pesquisa, o trabalho significaria a garantia de que são homens e, então seriam capazes de cumprir o seu papel de provedores:

- ser honesto, trabalhador e saber sustentar a família (Cosmo)
- respeitar os mais velhos e ter a responsabilidade de sustentar a família é do homem (Gabriel)
- aprendi com o avô – trabalhar e manter a casa – se deu conta e estava fazendo o mesmo que o avô (Julio)

Atualmente no Brasil, embora no nível macro, a economia goze de certa estabilidade e o nível de desemprego venha tendo uma pequena queda, o número de trabalhadores e trabalhadoras inseridas no trabalho “informal”, sem nenhuma garantia, ainda é muito grande. Como dissemos os sujeitos de nossa pesquisa vivem uma realidade de sub-emprego, com salários aviltantes que não lhes permite ter e nem “dar” um vida digna à sua família.

A partir do processo de globalização dos mercados e do processo de reestruturação econômica, ocorreram grandes transformações no modo de produção e nas relações de trabalho. A flexibilização implantada no modo de produção, foi imposta também para as relações de trabalho, conformando então o chamado trabalho precarizado: (PEREIRA, 1999, p. 47)

Os homens entrevistados fazem parte de um grande contingente de mão-de-obra que não ousa reclamar os direitos por medo do desemprego que hoje não é mais conjuntural. Fala-se hoje em desemprego estrutural, numa clara constatação de que o desemprego faz parte desse novo padrão de produção societária e, portanto de acumulação. (ANTUNES, 2005)

O Brasil, como a maioria dos países capitalistas, está inserido na lógica da produção societária mundial – a intensificação da produção de bens de troca, em detrimento dos bens com valor de uso.

Diante disso, os homens entrevistados apontam, ainda que possam não ter plena consciência disso, o cerne do que se poderia chamar de crise das suas identidades masculinas. Hoje, por mais que o Estado, referimo-nos ao governo federal, procure implementar políticas de transferência de renda, como é o caso do PBF e mesmo do PETI, dificilmente conseguirá inverter a ordem da produção que carece, cada vez menos, de mão-de-obra e, com isso homens como os que

entrevistamos estarão inseridos no mercado formal do trabalho. Haveria então que repensar essa masculinidade construída a partir do trabalho produtivo, calcada na identidade de gênero. “Urge ensinar aos meninos um outro modelo viril, que deixe espaço para o reconhecimento da vulnerabilidade” (BADINTER, 1993, p. 146)

Aqui estaria, a nosso ver, para uma parcela dos homens que vivem do trabalho, a questão central para a re-discussão de sua identidade masculina. A partir deste centro se desdobrariam os questionamentos sobre seu papel de provedor do sustento da família e a sua “autoridade” baseada na idéia de poder. Para os sujeitos da pesquisa, ainda que não de modo consciente, está colocada esta questão na medida em que eles ao responderem à indagação o que pensava sobre o fato de suas mulheres trabalharem fora de casa:

- não gosto, tenho ciúmes – ela tem que cuidar da casa e dos filhos, mas estou desempregado (Clementino)
- só deixo porque está trabalhando perto de casa (Dário)
- não gosto, ela chega muito cansada para fazer o serviço de casa (Ernesto)
- não acho bom – tinha que ficar cuidando dos filhos, mas não dou conta só estou fazendo alguns bicos e o ganho é pouco (Júlio)
- não gosto, aceito só porque ajuda nas despesas (Luis)
- acho péssimo, mulher foi feita para ficar em casa cuidando do lar (Rubens)
- não gosto, mas ela precisa ajudar, ela faz bicos (Alex)

As falas refletem senão a percepção de um questionamento à sua identidade masculina, ao menos mostram certo incômodo pelo fato de necessitar da “ajuda” da mulher para cumprir um dos seus principais papéis: o de provedor da família:

- ser honesto, trabalhador e saber sustentar a família (Cosmo)

Como se pode perceber, para estes homens o fato de a mulher trabalhar fora de casa é um fator de descontentamento. Na opinião deles o lugar histórico da mulher é casa e sua obrigação é realizar todas as tarefas situadas na esfera doméstica, da sobrevivência.

Há outros homens que desaprovam o trabalho da mulher fora de casa não só porque a afasta de seu lugar histórico, mas também porque isso pode se constituir numa ameaça ao seu poder supremo de macho.

- não gosto, ela pode desviar para outro caminho (traição) ela deveria ficar aqui cuidando da casa e dos filhos (Fernando)

- não gosto, aceito só porque ajuda nas despesas, mulher tinha que ficar em casa para ficar longe dos perigos (Nestor)

Uma das críticas à utilização do conceito de patriarcado para entender as relações de gênero é a de que hoje, com o avanço da conquista das mulheres, haveria um enfraquecimento do poder dos homens. Contudo, por essa pesquisa, nas relações que os sujeitos estabelecem com suas mulheres, ainda prevalece a idéia de que eles têm (ou gostariam de ter) o poder de decidir se a mulher pode ou não ter um trabalho produtivo. Estariam aí, talvez, indícios do “novo patriarcado”.

Para o homem, o trabalho da mulher é secundário.

- as mulheres trabalham para manter as coisas delas e homem para sustentar a casa (Irineu)

Por isso os homens têm a obrigação do trabalho e para os entrevistados, o trabalho não se constitui em uma atividade escolhida, mas uma obrigação, uma fatalidade. (NOLASCO, 1995, p. 54) Para todos eles o que está difícil é o valor do salário porque

- não é suficiente – quase nunca sobra (Irineu)

- é pouco e na dá para nada (Décio)

No entanto o trabalho, por pior que seja e por mais insatisfatório, insere o rapaz no universo dos homens o “primeiro dia de trabalho é uma iniciação ao reino da solidariedade secreta e conspirativa dos homens que trabalham. É por meio do trabalho que o rapaz passa a ser considerado homem” (NOLASCO, 1995, p. 51)

Portanto, o trabalho e o desempenho sexual funcionam como as principais referências para a construção do modelo de comportamento dos homens. Desde cedo dos meninos crescem assimilando a idéia de que, com o trabalho, serão reconhecidos como homens, porque através do trabalho vão adquirir liberdade e autonomia.

O trabalho define a primeira marca de masculinidade, na medida em que, no plano social, viabiliza a saída da própria família.

## 2.4 Reprodução das relações de gênero

As relações de gênero são construções históricas, portanto elas podem ser mudadas, rejeitadas e/ou reproduzidas historicamente, dependendo do grau de desenvolvimento de cada sociedade no que diz respeito à possibilidade de garantia universal de todos os direitos de todos os humanos<sup>19</sup>. As relações podem ter sempre existido e sempre vão existir, mas, contudo, elas não precisam ser as mesmas, elas podem mudar e se transformar em relações de igualdade, respeito às diferenças. Contudo, como essa é uma luta que a sociedade ainda está empreendendo e, por muito que se avançou a partir da contribuição dos movimentos feministas e outros movimentos da sociedade, ainda há muito por fazer, isto porque, estas relações continuam sendo reproduzidas em muitas famílias.

### 2.4.1 A reprodução das relações de gênero no aprendizado com o pai

A construção das identidades de gênero e as relações daí decorrentes iniciam-se no processo de socialização dentro da família e não só os brinquedos, a educação, mas também, a imitação constitui em um dos fatores importantes nessa construção. Quando indagamos o que foi mais importante que ouviram de seus pais a maioria respondeu que deveriam “ser homens com H maiúsculo”, “trabalhar”, “ser honestos” e “sustentar a família”.

Depreende das falas dos sujeitos que, em geral, o aprendizado que recebem do pai é a moral da honestidade, conquistada em grande parte pelo trabalho. Essa é uma herança que trazem desde muito cedo – a educação para o trabalho. “A criança, desde muito cedo, era educada no trabalho, para o trabalho... incorporava o trabalho como atividade e valor primordiais”. (GOMES, 1997, p. 66)

### 2.4.2 Na relação com a mulher

Na relação que alguns homens estabelecem com suas mulheres muitas vezes reproduzem as relações que tiveram com a mãe e, em especial aqueles que compõem as famílias nucleares a relação com a mulher é de superioridade e dominação e elas por sua vez, ficam na posição de subalternidade – reproduzindo

---

<sup>19</sup> As mulheres e as crianças nem sempre estiveram incluídas nos direitos humanos.

por um lado a “autoridade” do pai e construindo para sua esposa a subalternidade “apreendida” de suas mães.

Isso ficou confirmado pela fala desses homens a respeito do trabalho da mulher fora de casa, mas também na definição que dão à identidade da mulher:

- ela deve ser companheira do homem, seguir os passos do homem (Marcos)
- ser boa dona de casa, fiel, trabalhadora, zelosa da casa, obediente ao esposo (Alex)
- é ser adjuntora<sup>20</sup>, amiga, complemento do homem (Ernesto)

Deduz-se daí que a mulher deve ser subalterna ao homem, por isso ela deve ter sua identidade construída na relação com o homem.

Mas se para os homens a honestidade no trabalho e nas relações econômicas é um atributo, para as mulheres a honestidade significa fidelidade ao homem:

- ser honesta, não se “aparecida” para os homens (Rubens)
- honesta e responsável, dona de casa, ela cuida da educação dos filhos e auxiliar nos negócios (Heitor)
- cuidar da casa, dos filhos, do marido e ser honesta - não ser assanhada (Alex)
- deve andar direito (não trair o marido) e ter responsabilidade (Tadeu)

Para os sujeitos da pesquisa a identidade da mulher também está ligada ao papel de atender ao homem e à família:

- cuidar do marido e dos filhos, olhar a casa (Cosmo)
- sei lá, é cuidar bem da família e do marido (Irineu)
- cuidar da casa, dos filhos e do marido (Percival)
- a mulher não é responsável pela família, mas ajuda a administrar a família (Sérgio)
- deve ser feminina, ter muito carinho, ser caseira e vaidosa (Vitor)

Estas falas, ao atribuir às mulheres tarefas da casa e do cuidado das pessoas, na verdade, reforçam os atributos que os sujeitos apontaram para sua

---

<sup>20</sup> Expressão encontrada no Livro de Gênesis de algumas bíblias de tradição pentecostal.

própria masculinidade: a responsabilidade trabalho produtivo para o sustento da família, em contrapartida, a responsabilidades das tarefas de reprodução definidas para a mulher.

Haveria que ouvir essas mulheres para tentar compreender o que elas pensam dessa relação, porque, muitas vezes as mulheres acabam aceitando a subalternidade como algo natural. Esta questão será tratada, de forma indireta, no 2º momento desta tese, quando discutiremos as relações que os homens estabelecem com o espaço doméstico da “casa”.

No entanto esses homens, sujeitos da pesquisa reconhecem as exigências colocadas para as mulheres, não pela questão biológica, mas pelos papéis sociais construídos para elas. Ao responderem o que é mais fácil ser homem ou ser mulher, alguns responderam que é mais fácil ser homem e justificaram:

- ser homem, a mulher tem mais atividades e responsabilidades (Antonio)
- ser homem, porque a mulher tem mais dificuldades e mais trabalho, cuidar da casa e dos filhos (Clemildo)
- hoje é mais fácil ser homem, antigamente era ser mulher porque a mulher só dependia do trabalho do homem – hoje a mulher tem que arcar com mais responsabilidade (Heitor)

As justificativas apelam para a divisão desigual sexual dos papéis, pois colocam a questão do acúmulo de trabalho da mulher, contudo permanece adjacente a idéia de que a responsabilidade da mulher é prioritariamente o cuidado com a família e com o espaço doméstico

- ser homem – é mais cômodo – para a mulher é mais difícil – ela é frágil – e se ela trabalho fora chega e trabalha dentro, agora se ela tiver grana aí é diferente (Julio)

Há, outros homens que apontam as diferenças biológicas como justificativa para a idéia que é mais difícil ser mulher:

- ser homem porque não tem que ter filhos e o parto dói bastante, a nossa responsabilidade é menor (Percival)
- porque é mais fácil viver, não precisa parir (Sergio)
- ser homem é mais fácil porque não tem que carregar filho na barriga e depois pari – o homem só faz o filho (risos) (Irineu)

No entanto, quatro homens afirmaram que é mais fácil ser mulher. Um deles justificou:

- a mulher tem mais aceitação, consegue com jeitinho coisas que homens não conseguem (Tadeu)

Denota daí a idéia de que haveria um protótipo de mulher que seduz e conhece e usa de artimanhas para conquistar o que quer.

Três outros homens justificam que é mais fácil ser mulher porque os seus papéis são menos penosos do que o deles. Na divisão sexual do trabalho, às mulheres caberiam as tarefas mais fáceis e aos homens as mais pesadas.

- não tem obrigação de sustentar a família ela deve servir ao marido e cuidar do serviço de casa (Decio )

- não tem muita obrigação, pode ser sustentada pelo marido (Luis)

- não tem muita obrigação – só a de cuidar do marido, dos filhos e da casa (Bento)

#### 2.4.3 Nos ensinamentos que dão aos filhos

A idéia de que a masculinidade se constrói a partir do trabalho, leva estes homens, sujeitos da pesquisa a reproduzir, na educação que dão aos filhos homens, o mesmo “mapa” apontado por Nolasco (1995). O ensinamento que dão se refere ao trabalho produtivo, pois ele dará ao futuro homem, a condição de ser independente, honrado e responsável:

- trabalhar para não depender dos outros (Heitor)

- ser homem responsável, honrado, trabalhador (Ulisses)

- ser trabalhador e não deixar que ninguém pise nele (Alex)

- ser trabalhador e não levar desaforos (Bertoldo)

Para tornar-se “homem de verdade” o jovem deverá trabalhar, para isso deverá preparar-se profissionalmente, por isso um dos sujeitos aponta que “ensina” para seu filho a profissão de

- mecânico porque é uma profissão masculina (Vitor)



Há um equívoco por parte desse entrevistado, pois hoje, já existem mulheres que ingressaram na profissão de mecânico<sup>21</sup>.

Para Nolasco (1995), se entre maternidade e mulher o que vigorou foi uma fusão – de modo que o destino de ser mãe seria a única possibilidade de realização, esta mesma articulação acontece entre homem e trabalho: sem ele, um homem não pode se considerar como tal.

Desta maneira, parte do sucesso e da prosperidade da estratégia capitalista reside no fato de que, ao transformar os princípios dos sistemas em padrão de desempenho para o comportamento dos homens, ela deixa de ser uma questão ideológica para se transforma em questão cotidiana. A prosperidade do sistema capitalista depende da manutenção dos valores e do modelo de comportamento dos homens. Para isso foi preciso que a relação estabelecida entre os homens e o trabalho seguisse padrões semelhantes aos de uma doutrina religiosa, com dogmas, verdades e formas semelhantes de controle e repressão. (NOLASCO, 1995, p. 54)

A sexualidade é um fator importante na construção da identidades.

Alguns deles explicitaram uma preocupação com o desenvolvimento sexual dos filhos:

- quanto ao sexo, intimidade, como ser homem (Orlando)
- ser homem (Sergio)
- não ter vida sexual tão cedo, mas não ficar com frescura – tem que aprender a ser macho (Tadeu)

Há também aqueles que apontam uma preocupação com os perigos e a violência a que estão expostos os jovens de hoje:

- ensino o que serve para todos – cuidado com o namoro, doenças e drogas (Clemildo)
- não mexer nas coisas dos outros, não usar drogas, não matar e roubar (Ernesto)

---

<sup>21</sup> Na Oficina Profissionalizante de Mecânica Leve do Serviço Social São Judas Tadeu, no ano de 2006, cinco meninas estavam incluídas como alunas.

#### 2.4.4 No ensinamento que dão às filhas

Uma das características da educação sexista é que constrói normas diferentes para cada sexo. Na fala dos sujeitos da pesquisa, isso ficou claro na medida em que apontam um tipo de educação para meninos e outro para meninas. Enquanto para os meninos a formação dar-se-á pela educação para o trabalho e a construção de uma moral de honestidade, para as meninas a formação dar-se-á pelo estudo e pela “educação” de sua sexualidade:

- ter que se certinha, cuidado com o namorado – sexo só depois do casamento (Bento)
- tomar cuidados com os homens e não ser assanhada (Ulisses)
- estudar, não ser assanhada, respeitar o marido (Vitor)
- ser honesta e não ser uma mulher fácil(assanhada) (Décio)

Para os meninos a sexualidade é algo a ser aprendido “aprender a ser macho”, enquanto a menina deve aprender a esconder o sexo para entregar-se ao futuro marido.

Ainda que prevaleça a idéia de que o lugar da mulher é a casa, há um dos sujeitos que afirmou que ensina para sua filha que ela deve assumir uma profissão, para não

- depender do marido ela deve ser enfermeira que é uma profissão que 90% é para mulheres (Antonio)

Souza-Lobo, discutindo o pressuposto de que as mulheres são objeto de uma forma de apropriação particular, enquanto corpo, e não apenas enquanto força de trabalho, afirma:

[...] o que marca as relações contratuais no feminino, introduzindo uma relação de subordinação de natureza distinta, pode ser pertinente para a análise de algumas modalidades de relações de trabalho. Iluminam em particular a compreensão das relações de trabalho dominantes em certas profissões “femininas”: trabalho doméstico assalariado, enfermeiras, secretárias, onde efetivamente ocorre uma extensão das funções e da representação das mulheres na reprodução, que assume a forma de uma relação de apropriação não-mercantil (SOUZA-LOBO, 1991, p. 148)

Os homens entrevistados para essa pesquisa percebem que houve mudanças nos papéis sociais, contudo, para eles ainda prevalecem o que apreenderam de suas experiências masculinas e apontam o que esperam do futuro:

- espero melhorar a nossa relação (refere-se à mulher) e que possa estar junto (Bento)
- com a minha nega, sossegado, tranqüilo e feliz (Nestor)
- eu espero um melhor entendimento familiar (Bertoldo)
- voltar com a esposa, eu já melhorei em tudo, hoje sou mais solto, não sou tão cricri freqüente uma igreja evangélica (Tadeu)

Se o que está acontecendo com os homens, segundo Badinter (1993, p. 46), bem como o que aconteceu com as mulheres são aspectos de um processo mais amplo de transformações, deverá haver mudanças nos valores que predominam a formação e construção da identidade masculina.

A transformação da identidade masculina não se limita somente à revisão do funcionamento da sexualidade dos homens, nem somente a revisão da divisão sexual do trabalho, ela deve ser pensada na sua relação consigo mesmo, com a mulher, com os filhos e com o mundo real, contraditório e desafiador do momento atual. Esta revisão deve reconstruir a relação com o novo feminismo. A transformação tanto da masculinidade quanto da feminidade passa, também, pela construção de um projeto no qual estará sendo repensado o próprio modelo de funcionamento político e social em que estão inseridos homens e mulheres. (NOLASCO, 1995, p. 181)

### 3º MOMENTO

#### 3 A FAMÍLIA, O CASAMENTO E O ESPAÇO DOMÉSTICO - A VISÃO DOS SUJEITOS

É difícil falar em família. Em primeiro lugar, devido aos pré-conceitos já construídos. Além disso, corremos o risco de deixar que o “nosso” modelo de família -- para não dizer o modelo de “nossa família” -- se apresente ainda que de forma subliminar, como modelo ideal, perpassando nosso entendimento dos processos familiares de outros, neste caso específico, da população pobre em estudo.

Os processos sociais de construção de uma família variam de grupo para grupo, de sociedade para sociedade, e as mudanças operadas na família devem ser entendidas no seio das transformações ocorridas no nível macro da sociedade.

Refletir e escrever sobre família, portanto, é sempre um desafio. Em primeiro lugar porque é preciso sair do nosso lugar – de família – para ir ao encontro da família do outro, ou melhor, da outra família, e aí buscar desconstruir os possíveis conceitos e pré-conceitos que nos impedem de nos aproximar dela. Nesse sentido, trata-se de dizer de qual família estamos falando, pois não existem famílias iguais, portanto, não há um modelo universal de família. Neder (2005, p. 26), ao tratar da história das famílias no Brasil, afirma que se deve “falar de famílias, no plural, tendo em vista a multiplicidade étnico-cultural que embasa a composição demográfica brasileira.” Deduz-se daí a dificuldade de encontrar um arcabouço teórico que dê conta de uma infinidade de formas de organização familiar.

A família é considerada uma das instituições mais antigas e, segundo Engels (2002) desde 1861 quando Johann Jakob Bachofen publicou o *Direito Materno*, estuda-se sua história. Em 1871, Lewis Henry Morgan publicou sua obra *Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family*, na qual apresentou sua teoria evolucionista de família. Engels, que baseou sua obra nos estudos de Morgan sobre as ligações de parentesco, ampliou esses estudos,

[...] complementando com seus conhecimentos mais profundos de economia [...] Se, para Morgan, as ligações de parentesco (casamento e família) desenvolviam-se em proporção inversa às proibições conjugais, Engels concretizou e acentuou a relação delas com o desenvolvimento das forças produtivas. (CANEVACCI, 1981, p. 71, destaque do autor)

Para Engels, a ordem social está condicionada pelo grau de desenvolvimento do trabalho e da família. Quanto menor o grau de desenvolvimento do trabalho, menor a riqueza e, segundo o autor, maior a influência dos laços de parentesco sobre o regime social. Contudo, ele afirma:

No marco dessa estrutura da sociedade baseada nos laços de parentesco, a produtividade do trabalho aumenta sem cessar, e, com ela, desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza, a possibilidade de empregar força de trabalho alheia, e como isso a base dos antagonismos de classe: os novos elementos sociais, que, no transcurso de gerações, procuram adaptar a velha estrutura da sociedade às novas condições, até que, por fim, a incompatibilidade entre estas e aquela leva a uma revolução completa. (ENGELS, 2005, p. 3)

Ao longo do desenvolvimento das diversas sociedades e de seus processos históricos, a família passou por várias mudanças, constituindo-se sempre em novas configurações.

A família tem se constituído em objeto de estudo das várias ciências: “os etnólogos descrevem as estruturas de parentesco; os juristas analisam as leis referentes à família, à luz de novas realidades sociais; os antropólogos estudam os sistemas familiares em diversas culturas; os sociólogos analisam a sua repercussão sobre os indivíduos em suas relações dentro da família e com outras famílias, etc.” (ZILLES, 2002).

Quando se estuda a família, um dos riscos é o de utilizar modelos definidos, um dos quais, no dizer de Neder (2005, p. 26, destaque do autor) é o das “**famílias-padrão** (quer se tome por base a família tradicional, patriarcal, extensa, de origem ibérica, quer então o modelo higiênico e moralista da família burguesa de inspiração vitoriana)”.

A família nuclear pressupõe a presença e convivência harmoniosa de um casal – homem e mulher<sup>22</sup>, portanto pai e mãe, e os filhos, baseada no amor e constituída a partir do casamento formalizado, seja ele no civil e religioso, ou só no civil. Para Brant Carvalho (1992), no imaginário de muitas mulheres haveria uma família pensada, idealizada, que pedia um homem provedor de recursos materiais. Pudemos constatar que, para os homens, sujeitos de nossa pesquisa e, possivelmente para muitos outros homens, havia também uma família pensada, das

---

<sup>22</sup> Embora hoje esteja em discussão o casamento entre pessoas do mesmo sexo e já seja possível a adoção de crianças por casais homossexuais.

quais eles gostariam de ter condições de prover as necessidades econômicas e assim ter a mulher só para cuidar da casa e dos filhos, sem ter de trabalhar fora de casa:

- não acho bom ela sair para trabalhar – tinha que ficar cuidando dos filhos e da casa, mas não dou conta de pagar as contas (Julio)

- não gosto que ela trabalhe, aceito só porque ajuda nas despesas (Luis)

Por um lado, numa cultura que “valoriza o homem como o poderoso provedor da família, é desconcertante a situação em que a mulher, ou mesmo filhos adolescentes, consigam trabalho e remuneração mais facilmente do que o ‘chefe’ da família” (SZYMANSKI, 2002, p. 18, destaque do autor). Por outro lado, essas falas apontam para o fato de que haveria uma família ideal pensada e/ou sonhada, diferente da família real. Um dos entrevistados, de uma das famílias monoparentais, chegou a afirmar que família é:

- uma ilusão (Clemildo)

A família real vive o cotidiano das relações sociais, mas sofre as influências das mudanças e transformações operadas na esfera macro da sociedade. (JOSÉ FILHO, 2007) Essa influência não opera da mesma maneira em todas as famílias, formando uma série de variações, pelo que, segundo Mello (2003), é necessário qualificar, ou seja, explicitar a que família(s) nos estamos referindo, de que país, de que classe social, de que momento histórico.

No caso desta pesquisa, trata-se de famílias pobres, formadas por homens, mulheres, crianças, jovens e idosos, cuja renda familiar está em torno de 1 e 1½ salários mínimos, incluindo aí o valor de R\$ 40,00 mensais para cada criança ou adolescente incluído no PETI. Portanto, pertencem à classe trabalhadora e, no parecer de Bruschini (1988, p. 21), constata-se o apego dessa classe “à família, a uma tradicional divisão do trabalho e às virtudes tradicionais de respeito e obediência dos filhos para com os pais”. Isso se confirma, em parte, pela visão apresentada pelos participantes da pesquisa sobre a família e os papéis sociais. A classe social, para Szymanski (2002, p. 17)

[...] é um dos elementos definidores dos modos de relacionamento interpessoal, por seus membros carregarem culturas próprias, por compartilharem uma história, pelas experiências vividas, pelas oportunidades educacionais que receberam e pelas condições de vida que experimentaram.

Os participantes da pesquisa aqui relatada são homens que vivem do trabalho e, em sua maioria, constituíram família a partir do casamento formalizado e, por suas falas, reproduzem os valores da família tradicional.

A realidade socioeconômica desses homens nos permite compreender, em parte, a inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho, não no mercado formal, minimamente regulamentado, mas sim nas atividades que exigem pouca força física e não oferecem qualquer proteção. Estudos (ANTUNES, 2005; MARTINS, 1995) mostram que mulheres, crianças e adolescentes assumem, em sua maioria, o trabalho precarizado e desregulamentado, sem nenhum direito garantido.

O Brasil, como os demais países capitalistas, inserido que está no processo de globalização, ainda que de forma dependente e subordinada, passou por muitas mudanças, que incluem a acumulação e internacionalização do capital, o avanço tecnológico e a disseminação dos meios de informação (JOSÉ FILHO, 2007, p. 140). Essas mudanças também exercem influência nas relações familiares, levando a família, em especial aquelas que vivem do trabalho, a rever não só padrões de consumo, mas também os de comportamento societal, pois as mudanças na família, em grande parte, foram desencadeadas pela mudança no comportamento das mulheres que, a partir da década de 1980, passaram a questionar o seu lugar na sociedade e a reivindicar a igualdade nas relações e o respeito à diferença, vislumbrando novos horizontes para suas vidas, muito além dos limites do espaço doméstico.

Vale lembrar que as mudanças na lógica de produção societal, portanto no campo econômico, base da estrutura da sociedade, atinge o todo das relações sociais e conseqüentemente, atinge também as mulheres, seja porque como, seres sociais, vivenciam os processos e a dinâmica da sociedade capitalista, seja porque, a partir de determinado momento, ela passa a fazer parte do conjunto da classe trabalhadora assumindo também papéis, próprios do mundo da “rua”, entrando então na dinâmica das relações antagônicas entre capital X trabalho. A entrada da mulher no mundo do trabalho, não significa que ela tenha conquistado a igualdade

nas relações de gênero, seja pela falta no redimensionamento e divisão das obrigações com a “casa”, seja pelo não reconhecimento de seu trabalho como força de trabalho no mercado. As mulheres compõem a maioria da mão-de-obra no setor dos serviços, nos empregos de tempo parcial ou temporários, recebendo até 40% menos que os homens pela mesma função. Souza Martins (1995); Antunes (1999 e 2005),

Essas mudanças atingem a sociedade como um todo; contudo não podemos entendê-las de forma linear, pois elas produzem e reproduzem as contradições próprias do seu acontecer no contexto social, pois ao mesmo tempo em que as lutas feministas possibilitaram às mulheres alcançar o universo da rua, elas também trouxeram desafios para a família. A preocupação com o número de filhos passou a ser um componente nas decisões do casal, seja pela maior liberdade conquistada pela mulher, seja pelas mudanças nos padrões da sexualidade. Contudo, vale lembrar que, no Brasil, o planejamento familiar e também, em grande parte, a popularização dos anticoncepcionais, em alguns momentos históricos, em especial em meados da década de 1980, geraram muitas polêmicas. Referimo-nos, de modo particular à implantação, em 1981, do Programa de Educação para o Planejamento Familiar da Secretaria de Estado da Promoção Humana (SEPS), Estado de São Paulo, em parceria com a Sociedade Civil Bem-Estar Familiar (BEMFAM) no Brasil, através de um acordo assinado no final de 1979<sup>23</sup>.

[...] a atuação em nosso país da BEMFAM – uma instituição de caráter internacional -, bastante polêmica e alvo de várias denúncias por implantar programas de controle de natalidade em várias regiões do país, principalmente no Nordeste, e acusada de distribuir a brasileira pílulas anticoncepcionais condenadas em outros países por provocarem câncer ou atrofia dos ovários. (HERMÁCULA, 1982, p. 138).

A partir da divulgação do acordo e da polêmica gerada na sociedade, a SEPS tentou desvincular o seu Programa de Planejamento Familiar dos Programas implantados pela BEMFAM. Contudo, segundo as mesmas autoras, chama a atenção

A semelhança do Programa da SEPS com o da BEMFAM, na medida em que ambos objetivam resolver os problemas sociais, através da diminuição do número de nascimentos. A SEPS se propõe a “melhorar a qualidade de

---

<sup>23</sup> Segundo as autoras após a divulgação do acordo e as polêmicas geradas por ele, a SEPS tentou desmentir que o Programa era da BEMFAM.



vida da população através da paternidade responsável” e o fato de o programa estar sendo implantado por uma instituição como a SEPS, onde o Serviço Social é uma das profissões básicas e o assistente social um dos técnicos viabilizadores deste programa. (HERMÁCULA, 1982, p. 138, destaque do autor)

A questão da pílula e dos anticoncepcionais em geral, ainda hoje, gera polêmicas, seja porque a Igreja Católica, apesar das mudanças sociais, continua “proibindo” o seu uso, seja porque, no limite é preciso compreender se a sua ampla divulgação não tenha significada uma estratégia das classes dominantes para “conter o aumento da pobreza”.

Embora o acesso aos métodos anticoncepcionais tenha sido uma das bandeiras de luta dos movimentos de mulheres que lutavam e ainda lutam pelo direito de poder decidir sobre o próprio corpo, para a burguesia e também para setores das classes médias e, até mesmo, para setores da classe trabalhadora, há uma vinculação entre anticoncepção e a questão da pobreza. Não se coloca na discussão que a pobreza é resultado de um processo de processo econômico de alta concentração de renda nas mãos de uma parcela da população, o que gera desigualdade e processos de exclusão econômica e social. É comum ouvir, mesmo de trabalhador@s da área social, “o problema dos pobres é ter muitos filhos”<sup>24</sup>. Esse tipo de depoimento, corroborado por pesquisas censitárias que fazem um paralelo entre aumento da população favelada e o aumento no índice de natalidade, levaria a debates tendo como questão desencadeadora para este “o alto número de filhos seria a razão da pobreza ou a sua conseqüência?” como a questão levantada por Monica Weinberg, em um artigo publicado na Revista Veja On-line, de 2004, escreveu:

O alto número de filhos seria a razão da pobreza ou sua conseqüência? As duas coisas, respondem especialistas. Com muitos filhos, uma família com renda já escassa fica com o orçamento ainda mais espremido. As crianças são forçadas a largar os estudos para trabalhar e, assim, diminuem suas chances de superar a condição de pobreza. Sabe-se também que mulheres que não tiveram acesso ao estudo têm até três vezes mais filhos do que as que cursaram a universidade. "As altas taxas de fecundidade funcionam como uma espécie de combustível que faz girar um ciclo perverso de miséria", observa o economista Marcelo Neri, da FGV. (WEINBERG, 2004, on-line)

---

<sup>24</sup> Afirmação de uma Assistente Social, aluna no Curso de Pós-graduação *Latus Sensus* em Política Social da UNILAGO, em junho de 2007.

A partir deste entendimento, poder-se-ia concluir que, para “acabar” com a pobreza é preciso que as famílias pobres não gerem tantos filhos.

Na continuação do artigo a jornalista apresenta dados do IBGE do Censo de 2000, que mostra que na década de 1990, haveria um aumento na população favelada, mas ela questiona “há muito se sabe que é um equívoco creditar ao simples aumento da fecundidade o crescimento da pobreza e da desigualdade”, contudo afirma a jornalista

[...] os números comprovam, porém, que existe um vínculo estreito entre o crescimento populacional e o desenvolvimento de uma economia. As mais pobres regiões brasileiras são as que têm as mais altas taxas de fecundidade. Nas mais ricas, é o oposto. (WEINBERG, 2004, on-line).

As mudanças econômicas e sociais ocorridas na sociedade brasileira, bem como as mudanças no padrão de comportamento sexual das mulheres brasileiras e dos homens, atingiram a família e o casal teve que enfrentar as questões colocadas para o grupo familiar, advindas dessas mudanças, sejam as que dizem respeito aos direitos reprodutivos, sejam as que dizem respeito às estratégias de sobrevivência da família.

Nas questões da sobrevivência econômica, uma das estratégias foi a entrada da mulher no mundo do trabalho e todas as conseqüências que isso trouxe para a dinâmica familiar. Na questão dos direitos reprodutivos<sup>25</sup>, nem sempre foi uma decisão do casal. Muitas vezes essa foi uma decisão solitária da mulher, pois, em geral, os maridos, não estavam de acordo.

Os direitos reprodutivos fazem parte da luta das mulheres pela emancipação, portanto estão ligados à história dos movimentos feministas. Daí a afirmação de Perea (2000, p. 134) de que pelo fato de o

*[...] concepto de derechos reproductivos está asociado a los movimientos feministas [...] La fecundidad de la mujer suele ser vista como como la variable dependiente de los modelos de intervencion y la referencia a los varones es meramente secundaria, en tanto facilitadores o bien obstáculos del ejercicio de los derechos reproductivos de las mujeres.*

---

<sup>25</sup> O termo “direitos reprodutivos” surgiu de maneira explícita com a criação da Rede Mundial pela Defesa dos Direitos Reprodutivos das Mulheres, em 1979. (Perea, 2000, p. 132) (tradução livre feita pela pesquisadora)

### 3.1 As famílias dos sujeitos da pesquisa

Como foi dito no início deste terceiro momento, para falar de família é preciso desconstruir os preconceitos e olhar a família real que se quer conhecer. Mello (2003, p. 51) afirma que não se pode ignorar os preconceitos e nem dar-lhes voz, ao contrário,

Devem-se buscar ferramentas conceituais que possam oferecer um arcabouço teórico para a compreensão da família [...] Para isso, é preciso abandonar, pelo menos num primeiro momento, as pretensões de universalidade". Segundo a autora, "embora para o senso comum, a representação da família seja sempre compreensível, ela não é idêntica" (MELLO, 2003, p. 51, destaque do autor).

Para ela, os instrumentos de análise devem ser criados a partir da pesquisa. Daí, então, a nossa opção de buscar compreender as famílias do nosso universo a partir do olhar dos sujeitos da pesquisa.

### 3.2 A família para os sujeitos da pesquisa

A análise da fala dos sujeitos indica a importância dada por eles à família, atribuindo a ela valores como união, respeito, cuidado e, em alguns casos, um valor sagrado que vem de Deus. HELLER (1997, p. 4-5) define valor como sendo

[...] tudo aquilo que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta ou indiretamente, para explicitação desse ser genérico [...] tudo aquilo que, em qualquer das esferas (produção, relações de propriedade, estrutura política, vida cotidiana, moral, ciência, arte...) e em relação com a situação de cada momento, contribua para o enriquecimento daqueles componentes essenciais; e pode-se considerar desvalor tudo o que direta ou indiretamente rebaixe ou inverta o nível alcançado no desenvolvimento de um determinando componente essencial.

Os sujeitos da pesquisa ao definir a família como:

- união, um cuidar e respeitar o outro (Alex)
- união, tudo de bom (Bento)
- os filhos, união e convivência (Luis)
- união, respeito (Cosmo)
- união, compartilhar idéias, respeito (Rubens)

estão atribuindo à **união** um valor que, ainda que não possa ser identificado no cotidiano de suas famílias, aparece como um ideal de família ou ao menos como uma possibilidade **de** HELLER aponta que o valor deve ser entendido na relação entre possibilidade e realidade. Afirma a autora que o critério de desenvolvimento dos valores não é apenas o da sua realidade, mas também o da sua possibilidade de se impor. (HELLER, 1997, p. 9–10)

Continuando na sua reflexão, HELLER (1997, p. 11) pondera que, mesmo que o valor em qualquer das esferas do cotidiano das relações não seja alcançado em sua totalidade, se ele é compartilhado pelos atores sociais envolvidos na relação, continua existindo como possibilidade.

Outro conceito que aparece nas falas dos sujeitos é o da família como o espaço em que as pessoas se associam para viver juntas:

- a família é um conjunto de pessoas; é a união entre pessoas e não tem desavenças (Gabriel)

Esta idéia de família está de acordo com o conceito trazido por Szymanski (2002, p. 9):

Compreende-se família, uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças, adolescentes e adultos. Essa consideração abrange um grande número de possibilidades que, há séculos, já vêm sendo vividas pela humanidade, a despeito das definições oficiais de grupo familiar.

Um dos entrevistados afirmou que

- família é a “instituição que o casamento forma (Percival)

Nessa perspectiva o casamento passa a ser o definidor da família. Embora haja mudanças nos padrões de comportamento, para a maior parte dos homens entrevistados nesta pesquisa, o casamento continua sendo o princípio da constituição da família:

- união de Deus, algo sagrado (Ernesto)

- algo bom que Deus criou para o homem não ficar só (Vitor)

O casamento ainda é um valor para muitas famílias, embora, no Brasil, sua instituição como ato obrigatório para a constituição de uma família, com direito à

procriação, só foi definida no final do século XIX. Therborn (2006) afirma que o casamento civil obrigatório no Brasil só foi instituído a partir de 1890. Segundo o autor, na América Latina, no período colonial, por conta do pouco recurso financeiro o “casamento, mais do que o batismo, foi então posto de lado ou adiado – e os batismos passaram a ser a fonte para se distinguir nascimentos maritais e extramaritais.” (THERBORN, 2006, p. 235)

No Brasil, a instituição casamento já esteve em alta e em baixa. Desde o início de nossa história até meados do século XX o casamento era “o bem mais desejado por qualquer moça, fosse de origem rica ou pobre, fosse de família ou mesmo de vida fácil” (THERBORN, 2006, p. 238). Esse desejo era influenciado pela cultura religiosa tradicional que via no casamento o ideal de realização da mulher, diga-se das mulheres virgens de família.

Theborn afirma que “o casamento formal e virgem era o ideal maior e, as mulheres virgens eram sempre estritamente vigiadas” (THERBORN, 2006, p. 238). Contudo, é preciso lembrar que esse poderia ser considerado o bem de todas as famílias, porém, somente as classes mais abastadas tinham acesso a ele, pois para casar necessitava reunir três condições: “igualdade social dos cônjuges, um status econômico seguro para o casal e o acesso relativamente fácil a um padre ou/a um magistrado civil” (THERBORN, 2006, p. 238). Daí, segundo o autor, no Brasil e em grande parte da América Latina, no início do século XX, 50% dos nascimentos eram extramaritais. (THERBORN, 2006, p. 238)

No Brasil, a partir do final do século XIX, com a introdução do capitalismo e a conseqüente procura por mão-de-obra, as mulheres foram pouco a pouco buscando novos horizontes e o casamento já não era mais encarado como a única alternativa digna. “A mudança dessa perspectiva do casamento como filosofia salvacionista das mulheres, se deu mais fortemente após os anos 1950 e 1960, com a difusão do movimento feminista no Brasil” (MORAES, 2006, p. 2).

As mudanças no casamento foram acompanhadas por mudanças nas legislações. A primeira delas foi a criação do Estatuto da Mulher Casada, aprovado pela Lei 4.121 de 1962, que dispõe sobre a situação jurídica da mulher e define, entre outras, que a mulher ao casar-se assume o sobrenome do marido. Depois, da promulgação da Constituição de 1988, o número de divórcios aumentou, quase dobrando.

Segundo o IBGE, em 2005, houve uma queda de 1,5% nos casamentos entre pessoas solteiras; em contrapartida, houve um aumento dos casamentos entre pessoas divorciadas.

Mas, para os sujeitos da pesquisa a família é também:

- uma preocupação, estou desempregado e não tenho como sustentar (Fernando)

Portanto, além de lugar da união entre homens e mulheres, pais e filhos, com a “bênção de Deus” a família é também “vivida” no seu cotidiano e nas contradições das relações sociais.

Ainda, pelo olhar dos sujeitos, a família é também o lugar da procriação e construção da felicidade:

- é filhos – se não tiver filhos não tem família – lar – lugar de ser feliz (Bertoldo)

- a família para mim é tudo, sem ela não seria feliz (Cosmo)

Para esses homens, sujeitos da pesquisa, a família é sinal de alegria e realização; o ambiente familiar é de tranqüilidade e bem-estar. É importante destacar a fala desses homens que compõem o universo das famílias pesquisadas. Eles dois compõem as famílias com maior renda familiar, em torno de 1.300,00 mensais.

No entanto, para Nestor, um mecânico, desempregado e que faz bicos, a família:

- é a coisa mais rica para mim (Nestor)

Analisando, comparativamente, a fala de Fernando e Nestor, com a de Bertoldo e Cosmo, poderíamos inferir que, nas famílias com melhores condições econômicas, as relações são intra-familiares seriam melhores. Contudo, os processos pessoais e sociais são dinâmicos e contraditórios, o que leva a crer que isso vale, talvez, para as famílias dos dois últimos sujeitos da pesquisa.

A família é vista também como um espaço democrático,

- conjunto de pessoas que vivem democraticamente - um respeitando o outro (Nestor)

Embora a família seja entendida como um espaço no interior do qual impera o respeito e a harmonia, em outro momento da entrevista este mesmo entrevistado afirmou que a relação com a esposa

- é boa, mas às vezes há brigas porque um discorda do outro (Nestor)

Dá para pensar aqui que para o sujeito da pesquisa ter harmonia não significa ausência de brigas, significa que a harmonia contém a possibilidade de discordância entre as pessoas.

A família pode, não raro, transformar-se em espaço de muito sofrimento. Na pesquisa realizada pela Secretaria dos Direitos da Mulher do Município de São José do Rio Preto, em 79% dos 242 casos de violência contra a mulher registrados na DDM da cidade o agressor era o marido e/ou companheiro.

Segundo o Informe Mundial sobre Violência e Saúde publicado pela OMS, 2002, quase metade das mulheres assassinadas são mortas pelo marido ou namorado, atual ou ex. “A violência responde por aproximadamente 7% de todas as mortes de mulheres entre 15 a 44 anos no mundo todo. Em alguns países, até 69% das mulheres relatam terem sido agredidas fisicamente e até 47% declaram que sua primeira relação sexual foi forçada” (WHO, 2008, on-line). Contudo, na pesquisa não apareceram casos de violência doméstica, seja porque não acontecem nas famílias tratadas, seja porque os entrevistados foram homens e o homem, em geral, é o principal agressor.

Como vimos no perfil das famílias, a maioria delas é formada a partir do casamento formalizado no civil ou nos dois (civil e religioso); um dos sujeitos definiu família como uma instituição formada a partir do casamento:

- a instituição que o casamento faz (Irineu)

Poderíamos afirmar que para esse homem, sujeito da pesquisa, a família é formada a partir da legalidade, ou seja, ela existe a partir do casamento formal.

Contudo, outros homens definiram a família como um grupo, ou melhor, como um coletivo formado por pessoas que se responsabilizam umas pelas outras:

- esposa e filho em primeiro lugar (Julio)

- quem vive junto e se respeita, não brigar, não trair (Marcos)

Para esse grupo de homens a família é concreta, formada por pessoas reais – mulher, filhos, mas também significa um espaço de harmonia e bem-estar de todos, ou seja, a família é definida pela sua composição.

Desta maneira, a família, no olhar dos sujeitos, no que diz respeito a sua configuração, é definida a partir das experiências vividas na relação do casal.

No entanto, essa mesma realidade faz com que esses sujeitos experimentem as contradições entre o ideal e o real de sua família

- muito diferente do que pensava – uma ilusão (Tadeu),

- começo tudo bem, depois vem as brigas e aí a separação (Clemildo)

Para estes dois homens a família real é muito diferente da família sonhada, idealizada. A família dos sonhos era perfeita, sem brigas e desavenças. Estes homens pertencem às famílias monoparentais masculinas encontradas nesse universo. Esse modelo não dá espaço para o conflito, quer interno, quer externo.

As famílias da pesquisa estão inseridas numa realidade urbana marcada por profundas contradições que perpassam as relações entre seus membros. A cidade apresenta desafios de toda ordem, em especial para as famílias das classes populares. Estes desafios vão desde o emprego como forma de obter o sustento, passando pela moradia, saúde, educação e também o lazer, que, ainda que não seja considerado, é um direito.

A família, nesta perspectiva, seria também o espaço do conflito ou, nas palavras de Ivete Ribeiro e Ana Ribeiro(1993, p. 65), a família é instância da diversidade. Para a autora, afirmar a família como instância de diversidade “tem o propósito de absorver a presença constante de pressões advindas, de condições materiais, do peso das instituições, do limiar de liberdade proveniente das ações de grupos e das ações individuais”. Isso significa olhar a socialização e a sociabilidade como dimensões da diversidade, como manifestações da sociabilidade possível colocada pela realidade de uma sociedade desigual.

Alguns conceitos, em geral, tomam a família como o “*locus* da inculcação de normas e regras, principalizando sua tarefa de mediadora entre instituições e sociedade” (RIBEIRO; RIBEIRO, 1993, p. 65) e exigem que ela, independentemente do contexto social, de desigualdade, de exclusões e privações, eduquem os filhos como cidadãos, como se eles tivessem acesso a todos os



direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Se a família não proceda assim ela é culpabilizada pelos insucessos de seus membros, a exemplo da idéia de professores, diretores, assistentes sociais e outros de que o “fracasso escolar” advém, única e exclusivamente, da situação familiar. Mas a causa desse “fracasso” deveria ser buscada para além da família, no contexto e nas relações que esta estabelece no todo social, pois o ser humano só pode levar sua vida como ser humano, na sua relação com os demais seres humanos e só se torna ser humano na medida em que se “aproprie das capacidades, das formas de conduta, das idéias, originadas e produzidas pelos indivíduos que o precederam ou que coexistem com ele e as assimila à sua vida e à sua atividade”. (MÁRKUS apud RIBEIRO; RIBEIRO, 1993, p. 67).

A sociedade, a partir das lutas sociais, os direitos civis e políticos e, embora até o início do século XX as mulheres e as crianças não eram cidadãos de direitos políticos, foram instituídos. No entanto os direitos sociais têm uma história mais recente, no Brasil, eles foram garantidos amplamente na Constituição de 1988.

Para Pereira (2002, p. 37),

Diferentemente dos direitos civis e políticos, que se apóia, preponderantemente, em conceitos como liberdade ou autonomia individual, os direitos sociais, por sua própria natureza coletiva, guardam estreita vinculação com o conceito de necessidade, que tem relação com os princípios de igualdade, equidade e justiça social.

Alguns conceitos de família, no entanto, privilegiam não somente as relações, mas também a sua configuração enquanto um grupo formado a partir da consangüinidade e da dependência doméstica, como, por exemplo, o conceito utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: “Família é o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que more sozinha em uma unidade domiciliar”. (IBGE, PNAD/2001).

Os censos brasileiros adotam o conceito de *Família Censitária*, aquela que compartilha um domicílio e pode ser classificada da seguinte forma: **Pessoa só**: pessoas vivendo sozinhas em um domicílio; **Família única**: nos domicílios particulares ocupados por uma só família e nos boletins das famílias residentes em domicílios coletivos; **Família principal**: referente às famílias cujos chefes são os donos, locatários ou responsáveis pelos domicílios particulares onde vive mais de

uma família; **Família secundária – parente**: referente às famílias secundárias, quando entre estas e as principais existirem laços de parentesco; **Família secundária – não parente**: referente às famílias secundárias, quando entre estas e as principais não existirem laços de parentesco (ALVES; CAVENAGHI, 2004, p. 3).

Apesar deste tipo de definição não entender a família como uma rede de relações entre parentes e não limitar o seu âmbito aos moradores de um domicílio, os censos do IBGE permitem que os pesquisadores possam, a partir dos dados dos moradores de cada domicílio, realizar diferentes agregações. Sendo assim, todo domicílio particular possui uma família, mesmo que seja uma pessoa morando sozinha ou grupo de pessoas não-parentes (até no máximo de 5 pessoas) (ALVES; CAVENAGHI, 2004).

Esses conceitos de família passaram a formar o universo dos tipos de composição familiar: família nuclear, família extensa, família adotiva, casais com ou sem filhos, família monoparental feminina ou masculina, casais homossexuais, famílias reconstituídas depois do divórcio e o de várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com compromisso mútuo (SZYMANSKI, 2006, p. 10).

A partir da ampliação do conceito de família, alguns autores e autoras como BARROSO; BRUSCHINI (1981), RIBEIRO (1987,1993), JOSÉ FILHO (2002), WAGNER (2002), passaram a utilizar a terminologia - **novos “arranjos” familiares** para definir as novas configurações de famílias. Ivete Ribeiro e Ana Ribeiro (1993, p. 145) afirmam que esses “arranjos” e indicadores “se constituiriam em sintomas de tendências mais profundas e amplas nas formas contemporâneas de organização da sociedade brasileira e nos papéis múltiplos e mutantes exercidos, nesta organização, pela instituição Família”. Na seqüência, a autora conclui que estes “arranjos” seriam determinados e, por sua vez refletiriam a conjugação entre processos responsáveis pelo ritmo e pela intensidade da mudança social observada.

O conceito afirma também a unidade familiar, ou seja, a casa, como um dos elementos definidores do conceito de família. A casa, para nós, se constitui no espaço da organização e da convivência da família. Portanto é nesse espaço que se dão as relações e as inter-relações e no qual é possível construir e/ou reconstruir as identidades de gênero.

### 3.3 A casa como espaço das relações: o exercício e a reprodução dos papéis sociais

Quando falamos na casa, nos reportamos à idéia de lugar de abrigo e em seguida nos vêm à mente a “nossa casa” o lugar em que a gente se sente em paz e faz de tudo para não sair dela. Segundo Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 204) a casa “revela” não somente os seus moradores, mas também a cidade e a vida social.

Na casa vivem as famílias e, estas são formadas por pessoas que se relacionam no espaço da casa. O substantivo **feminino** “casa” traz no dicionário Antonio Houaiss, entre várias significações, as de família, lar e conjunto dos membros de uma família. Nesse estudo, estamos tomando casa como espaço físico de organização da família. Neste sentido, pudemos observar que a maioria das famílias dos sujeitos da pesquisa organiza-se em um espaço físico menor do que o necessário para a acomodação de todos os membros. Das vinte e quatro famílias, quatro vivem em uma casa com dois cômodos e dezessete vivem em três cômodos, contando com cozinha, sala e um dormitório.

No processo de realização da pesquisa constatamos que havia famílias, do ponto de vista da moradia, em péssimas condições.

Número de famílias	Quantidade de membros	Quantidade de filhos
1	3	2

**Quadro 1 - Casa com 1 cômodo**

Número de famílias	Quantidade de membros	Quantidade de filhos / netos
1	7	5
1	6	4

**Quadro 2 - Casa com 2 cômodos**

Número de famílias	Quantidade de membros	Quantidade de filhos / netos
2	3	1
2	4	2
7	5	3
3	6	4
2	7	5
1	8	6

**Quadro 3 - Casa com 3 cômodos**

Número de famílias	Quantidade de membros	Quantidade de filhos / netos
1	3	1
2	4	2
1	6	5

**Quadro 4 - Casa com mais de quatro ou mais cômodos**

Considerando as casas com um, dois e três cômodos, deduz-se que, em muitas famílias o casal divide o dormitório com os filhos. Em uma das famílias não há cômodos para separar. Para uma das famílias monoparentais a residência se resume em um único cômodo.

Para Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 206), é “preciso densificar este lugar pessoal, material e afetivamente, para tornar-se o território onde se enraíza o microcosmo familiar, o lugar mais privado e mais caro.” O que dizer da realidade da “casa” da maioria das famílias. Para estas, devido ao pequeno espaço físico, há poucas chances de se respeitar a individualidade e a intimidade de cada uma das pessoas (adultos, jovens e crianças) que aí convivem. Crianças, jovens e adultos, em cada fase, têm um modo diferente de lidar com o corpo, com a sexualidade, com as relações e com a própria intimidade. Como se dará o processo de construção das identidades (social e psicológica) se ele pressupõe identificação e outro de diferenciação, em um espaço que não dá lugar para a experiência dos processos individuais de construção da identidade do ser que é social e único ao mesmo tempo? A identidade sexual, embora tenha uma dimensão social, no processo de sua construção necessita de espaços privados para a intimidade.

A diversidade dos lugares e das aparências nem se compara à multiplicidade das funções e das práticas de que o espaço privado é ao mesmo tempo o cenário próprio para mobiliar e o teatro de operação. Aqui se repetem em número indefinido em suas minuciosas variações as seqüências de gestos indispensáveis aos ritmos do agir cotidiano. Aqui o corpo dispõe de um abrigo fechado onde poder estirar-se, dormir, fugir do barulho, dos olhares, da presença de outras pessoas, garantir suas funções e seu entretenimento mais íntimo. Morar à parte, fora dos lugares coletivos, é dispor de um lugar protegido, onde a pressão do corpo social sobre o corpo individual é descartado, onde plural dos estímulos é filtrado ou, em todo caso, devia sê-lo, teoricamente”. (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 205).

Neste sentido a casa se constitui no espaço de explicitação e significação das subjetividades de todas as pessoas que aí convivem e realizam suas experiências. Utilizo **experiência** como ação que engloba subjetividade, relação com o outro. Sanchez (1998, p. 1) define experiência com “conjunto de elementos que configuram a atuação e a percepção da pessoa no mundo: subjetividade, relação com os outros, com a natureza e com o sagrado e a forma como autocompreende a sua atuação.”

A casa é, portanto, o espaço no qual a família se constitui e se relaciona. Nela se desenvolvem os processos de socialização dos papéis e a construção das responsabilidades. A casa, enquanto espaço doméstico das relações, pertence à mulher. O homem, em geral, foi excluído da “casa”, pois a esfera de sua atuação é a “rua”.

A mulher tem na casa uma peça fundamental da determinação da identidade feminina. É sobre sua relação com a casa que se ergue a determinação e auto-avaliação de seu status e de sua articulação com o mundo da rua. Geralmente, construir uma casa inicia-se com o estabelecimento de uma relação conjugal mais ou menos estável com um homem. Há uma necessidade premente de a mulher definir-se diante da casa, seja para afirmar sua obediência à ordem culturalmente estabelecida, seja para negá-la. (SCOTT, R. P., 1990, p. 41).

Enquanto para a mulher a casa contribui na construção de sua identidade porque é nela que desempenha parte dos papéis que a definem como mulher, para o homem a casa é um espaço a ser “controlado” – com tudo e com todos que há dentro dele.

Com o estabelecimento do critério predominante de avaliação do sucesso centrado na rua, a casa torna-se um domínio que precisa estar “sob controle” e “inquestionável”. Os piores insultos ao homem é sua incapacidade de controlar a mulher, “corno” ou vir de uma família em que a mãe não foi controlada “filho da puta”. (SCOTT, R. P., 1990, p. 40, destaque do autor).

Para a autora

O discurso masculino sobre a casa constrói-se sobre este conhecimento mais reduzido, mas não é um discurso de importância reduzida. Ao transparecer no discurso que a casa não está “sob controle”, a ameaça à avaliação do desempenho do homem é real, tão real quanto a admissão direta do fracasso no papel masculino de “provedor”. (SCOTT, R. P., 1990, p. 41).

### **3.4 A relação com o espaço da casa – a questão das tarefas domésticas**

Outro eixo abordado por essa pesquisa foi o das relações que os homens estabelecem com o espaço da casa a partir necessidade de execução das tarefas domésticas, entendendo que essas relações explicitam as relações de gênero.

As relações de gênero, por serem construções históricas, passam por mudanças assim como a própria sociedade na qual elas se desenvolvem. Para falar nas relações que homens e mulheres estabelecem na sociedade brasileira é necessário termos em conta que essas relações são diferentes não só nos diferentes períodos históricos, mas também nas diferentes sociedades. Contudo, é possível fazer uma aproximação da discussão de gênero, no que diz respeito aos papéis sociais, com a realidade dos homens – sujeitos dessa pesquisa.

A casa, enquanto espaço doméstico, é o *lócus* da mulher, de forma que todos os afazeres que dizem respeito a esse espaço são de responsabilidade dela.

Sabendo que as tarefas domésticas relacionadas com a preparação e reposição da força de trabalho (criação dos filhos, preparo do alimento, limpeza, etc) recairão sobre ela, a mulher é levada a viver e pensar a casa de uma forma extremamente ativa e crítica. O sucesso ou fracasso da estratégia de vida da mulher será avaliado por ela mesma, por outras mulheres e por homens, de acordo com a maneira como pêra com os elementos constitutivos da casa. (SCOTT, R. P., 1990, p. 41, destaque do autor).

Para o homem, realizar tarefas domésticas – por serem tarefas historicamente destinadas às mulheres – significa colocar em risco a sua masculinidade. Entre os sujeitos dessa pesquisa há os que responderam não realizar tarefas domésticas por serem “coisa de mulher”, como se houvesse uma espécie de magia que fizesse que, ao tocar equipamentos dos afazeres do espaço doméstico, seriam transformados em mulheres.

Badinter (1993, p. 16), analisando a crise da masculinidade nos Estados Unidos no final do século XIX, creditada às conquistas femininas da época, aponta que os homens se sentiam

[...] ameaçados em sua identidade por essa nova criatura que quer agir como eles, ser como eles, a ponto de se perguntarem se não serão obrigados a desempenhar tarefas femininas, ou até mesmo – horror supremo – a ser mulheres [...] fazer os doces, mas também amamentar a filharada.

### **3.5 Tarefas domésticas**

Analisando a relação que os sujeitos da pesquisa estabelecem com o espaço familiar, podemos afirmar que, para eles, assim como para a maioria dos homens, a casa como espaço doméstico pertence à mulher; portanto, a responsabilidade com as tarefas domésticas cabe a ela.

Dos 24 homens entrevistados, 75% (18) deles afirmaram não realizar tarefas domésticas, por considerá-las de obrigação das mulheres. Somente 20% deles assumiram realizar algumas das tarefas domésticas e 5% não informaram.

Como o homem vem do espaço da “rua”, ele traz os discursos e a visão de mundo da “rua”. Essa visão de mundo está perpassada por aquela da classe dominante e, segundo R. P. Scott (1990, p. 40), essa visão é reforçada pelos componentes legais e jurídicos da sociedade. Portanto, “a fala dos subordinados é muito mais o idioma da ‘casa’ e da família e, sendo assim, é sempre vazado de conotações morais de um apelo aos limites morais da exploração social”.

As tarefas domésticas se realizam no espaço da “casa” em relação de confronto com o espaço da “rua”, que é o espaço do homem. No entanto, como essa realidade não é dual, tanto a mulher tem de lidar com a rua quanto o homem tem de lidar com a casa e, ainda que o “discurso dominante é muito mais da rua do que da casa”, fazem falta pesquisas que tratem da relação dos homens com a casa e com a família. Vários trabalhos têm sido apresentados enfocando a relação dos homens com a família, mas, quase sempre, “ênfatizando a violência doméstica e outras manifestações do machismo” (SCOTT, R. P., 1990, p. 40).

Ao serem perguntados a quem compete cozinhar, lavar a louça, lavar e passar roupa, 95% dos sujeitos afirmaram que cabe à mulher; somente 5% afirmaram que são tarefas que os dois – homem e mulher -- podem realizar. No entanto, quando apresentamos uma lista com algumas tarefas domésticas que fazem parte do cotidiano das famílias e pedimos aos sujeitos que indicassem a quem compete realizá-las, as respostas foram as seguintes:

Tarefa	Mulher	Homem	Filha	Filho
Comida	16 67%	5 21%	3 12%	
Lavar/passar roupas	18 75%	2 8%	4 17%	
Limpar quintal	2 8%	18 75%	1 5%	3 12%
Trocar lâmpada	3 12%	18 75%	1 5%	2 8%
Consertar telhado		22 92%		2 8%

**Quadro 5 - Tarefas que os dois – homem e mulher podem realizar**

No rol de tarefas domésticas apresentadas, há algumas que, na visão dos sujeitos da pesquisa, pertencem à mulher e ela não pode delegá-las a outros, a não ser às filhas, também mulheres, sob pena de causar desconforto para os homens, machos, fortes e viris. Entre essas tarefas estão preparar a comida e lavar/passar roupa que, como tarefas realizadas pela mulher, alcançaram respectivamente, 67% e 75%. Essas tarefas estão mais ligadas à esfera da sobrevivência, portanto, fazem parte do rol das atribuições da mulher. Pinnelli (2004) afirma que, em uma pesquisa realizada em países ricos, constatou-se que, embora as mulheres já tenham conquistado espaço na “rua”, continuam responsáveis prioritariamente por algumas tarefas domésticas.

Segundo Pinnelli (2004, p. 25), entre as tarefas que continuam sendo assumidas pelas mulheres estão a:



[...] preparação de alimentos, faxina, lavagem de roupas, vestir os filhos e cuidar deles quando adoecem [...] Outras são compartilhadas mais amiúde: fazer compras, ajudar os filhos com os deveres de casa e cuidar dos idosos, por exemplo e, de maneira mais generalizada: administrar o orçamento familiar, preencher formulários de impostos e brincar com os filhos.

Entretanto, há outras que também pertencem ao espaço doméstico e, indiretamente, à esfera da sobrevivência, mas podem ser compartilhadas com outros membros da família, principalmente com o homem: limpar quintal e trocar lâmpadas. Essas tarefas, por envolverem certo grau de força física, não colocariam em risco o poder do macho. Nesses dois itens, os homens alcançaram 75%.

No rol das diferentes tarefas colocamos a tarefa “conserto do telhado”. O objetivo era saber se os sujeitos faziam distinção entre tarefas “femininas” e “masculinas”. O percentual das respostas mostra que para os sujeitos da pesquisa essa é uma tarefa essencialmente masculina, pois a maioria (92%) respondeu que era homem ou o filho homem (8%). A justificativa foi: isso é da responsabilidade do homem e a mulher às vezes não tem força e não consegue subir no telhado.

O conserto do telhado, embora envolva o cuidado com o lar – espaço prioritário da mulher –, é considerado como uma das tarefas exclusivamente de homens, por envolver força física e alguns conhecimentos mínimos de construção.

No cotidiano das famílias outras tarefas ou necessidades se apresentam e estas, na visão dos entrevistados, são de responsabilidade do casal e não envolvem a participação dos filhos. Estas tarefas podem ser incluídas na esfera na transcendência, esfera à qual pertencem os papéis construídos para os homens.

Tarefa	Homem	Mulher
Aluguel ou prestação da casa	79%	21%
Comprar comida	67%	33%
Comprar roupa e calçado	17%	83%
Transporte	58%	49%

**Quadro 6 - Outras tarefas**

Como podemos constatar, os sujeitos dessa pesquisa entendem que estas tarefas e/ou necessidades são de responsabilidade dos homens; no entanto, segundo eles, dividem-nas com as mulheres ou porque estão “sem trabalho” e fazem “bico”, ou porque “o salário é pouco” e “não dá para tudo”.

Cuidados com os filhos	Homem	Mulher
Acompanhar a educação dos filhos	9%	91%
Cuidados com a saúde dos filhos (levar ao médico, ministrar remédios, etc.)	15%	85%

**Quadro 7 - Tarefas que se relacionam aos cuidados dos filhos**

As tarefas que se relacionam aos cuidados dos filhos continuam sendo responsabilidade da mulher.

Nolasco (1995, p. 156, destaque do autor) afirma que

É comum observarmos uma dissociação entre a paternidade e a relação que o homem tem com a mulher, como se a paternidade fosse um aspecto isolado e na maioria das vezes se opusesse à relação amorosa e à maternidade. No que tange à maternidade, percebe-se que a dimensão “sacralizada” é potencializada diante do esvaziamento da participação do pai.

Muitas mulheres, por não acreditarem na capacidade de maternagem por parte dos maridos, os excluem da tarefa de cuidar dos filhos.

Para o autor

Se a maternidade foi durante muito tempo um destino para a mulher, para o homem a paternidade ainda é uma situação estranha, que o coloca no mínimo frente a duas questões: como foi a relação com o pai e como será sua relação com o mundo. (NOLASCO, 1995, p. 159))

Vale destacar que há um percentual de homens que “cuidam” dos filhos, embora se possa constatar que a maioria deles deixa ou, por alguma razão, está impedido de assumir esses “cuidados”. Perea (2000), em artigo no qual discute os direitos reprodutivos mostra que, muitas vezes os homens são excluídos dessa discussão, como se isso fosse uma questão só da mulher. Saffioti afirma que o processo de castração do homem inclui uma rejeição a atributos femininos, entre eles os sentimentos e a maternagem. (SAFFIOTI, 1987, p. 25) É nessa perspectiva que

destacamos as respostas dos sujeitos da pesquisa que afirmaram ser o homem quem cuida dos filhos. Ainda que nas respostas destacadas a tarefa do cuidado se deu pela ausência da mulher, as falas apontam um diferencial – os homens também podem e (devem) maternar:

- a mulher foi embora e eles eram pequenos, criei eles e ensino o que serve para todos – cuidado com o namoro, doenças e drogas (Clemildo)

- ensino tudo que é preciso, ser honesto, não bulinar nas coisas dos outros isso eu faço desde quando eles eram pequenos e a mulher trabalhava no hospital era eu que cuidava (Décio)

- a ter cuidado com os perigos, não mexer nas coisas dos outros, não usar drogas, não matar e roubar (Ernesto)

O depoimento destes sujeitos da pesquisa aponta no sentido de que pensar que os homens também podem ser cuidadores.

Nolasco (1995, p. 153) aponta que a partir de vários estudos

[...] é perfeitamente possível para um homem envolver-se e vincular-se ao filho a partir de sucessivas experiências cotidianas de intimidade e encontro. Elas auxiliam os homens a compreender a maneira como foram cuidados quando crianças e a evitar a repetição da experiência com seus próprios filhos.

### **3.6 Os sujeitos e as tarefas domésticas do cotidiano de suas famílias**

Ao perguntarmos aos sujeitos se realizam alguma tarefa doméstica, seis (25%) responderam que sim e 18 (75%) responderam que não. Entre estes últimos as justificativas apontam para uma visão machista da relação com casa e com a mulher.

#### **3.6.1 Por que não faz tarefas domésticas?**

Os homens que afirmaram não realizar nenhuma tarefa doméstica justificaram argumentando que isso cabe à mulher:

- não sei fazer – isso é com minha mulher (Heitor)

- não mexo com isso – coisa de mulher (Vitor)

- não tenho tempo e também isso é tarefa da mulher (Nestor)
- isso é obrigação da mulher ou da filha (Sérgio)

As justificativas dos sujeitos sugerem a convicção na divisão sexual do trabalho, convicção esta “aprendida” e “apreendida” no processo de socialização:

- desde pequeno trabalhei na roça e aprendi que é a obrigação da mulher (Rubens)

Souza-Lobo (1991, p.148 – 153) afirma que a divisão sexual do trabalho não é somente uma consequência da distribuição do trabalho por ramos de atividade, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho. Este princípio organizador determina também a divisão do trabalho no interior da casa.

Para Brito e Oliveira (1997, p. 252)

[...] a divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social [...] O mundo da casa, o mundo privado é o seu (mulher) lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por um conjunto de representações do feminino.

Outros entrevistados utilizaram como justificativas para não realizar nenhuma tarefa doméstica argumentos sobre o seu trabalho no espaço da “rua”:

- chego cansado e a esposa não trabalha (Bento)
- não tenho tempo, chego tarde e a mulher fica em casa (Sergio)
- porque trabalho o dia todo e a mulher não trabalha, tem mais tempo à toa (Irineu)
- a patroa não trabalha, faz bico só de vez em quando (Julio)
- chego tarde e a filha fica em casa de tarde, de manhã ela estuda (Cemildo)

Estes argumentos demonstram que a percepção destes sujeitos da pesquisa é a de que o trabalho do homem é importante, enquanto que o trabalho doméstico, de responsabilidade da mulher, tem menor importância. O trabalho doméstico não é considerado trabalho. No Brasil, a maioria das empregadas domésticas não tem acesso aos direitos trabalhistas.

O trabalho doméstico, mesmo enquanto profissão também não é valorizado. A maioria das empregadas domésticas, não tem acesso a todos os direitos trabalhistas.

Para Lobo (1991, p. 163), as “relações no trabalho doméstico são pensadas como formas específicas onde se daria uma apropriação pessoal identificando trabalho doméstico assalariado com o não-assalariado, isto é, com o serviço reprodutivo familiar.”

Isso concorre para produzir uma situação contraditória para as mulheres que têm o trabalho doméstico como profissão ou emprego.

### 3.6.2 Por que realiza tarefas domésticas?

Alguns dos sujeitos da pesquisa que afirmaram realizar tarefas domésticas utilizaram como justificativas o fato da mulher trabalhar, numa referência ao trabalho produtivo.

- minha esposa trabalha fora e não dá conta sozinha (Ernesto)

O fato de estar desempregado coloca em cheque a masculinidade do homem, pois ele deve ser o provedor do lar e assumir que faz as tarefas domésticas porque está desempregado representa grande sofrimento para alguns homens:

- infelizmente estou desempregado e a esposa está trabalhando, então tenho que fazer as coisas da casa (Antonio)

Saffioti (1987, p. 25) alerta para a “castração do homem” que, tendo sua identidade construída no poder do macho, se vê, de um lado, impedido de expressar seus sentimentos e, por outro, frustrado por não “cumprir com seu papel de provedor”. Afirma a autora que muitos homens perderam “o desejo de viver em face da impossibilidade de cumprir o destino que a sociedade lhes reserva”.

A pesquisa mostrou também que, na ausência da mulher, o homem assume as tarefas domésticas, entre elas o cuidado com os filhos:

- tenho obrigação porque não tenho mulher, moro só com os filhos homens e preciso cuidar deles (Tadeu)

A sociedade investe muito no processo de naturalização dos papéis sociais. Embora a mulher possa trabalhar fora da “casa”, seu trabalho é entendido como uma forma de ajudar o homem no seu papel de provedor. Então, é preciso também “ajudar” a mulher no seu papel doméstico:

- os dois trabalha, então tenho que ajudar (Dario)

A mulher é “socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos” (SAFFIOTI, 1987, p. 9)

Nas entrevistas foi possível constatar que alguns homens, sujeitos da pesquisa, entendem as tarefas domésticas como parte das relações com a “casa” e, portanto, dever de todos da família. Por isso, justificam que

- é obrigação de todos (Cosmo)

ou, então, mesmo entendendo que é “dever” de todos da família, ainda assim colocam o seu “dever” como “ajuda”, deixando subentender que isso não faz parte do rol de suas obrigações

- porque somos uma família, eu tenho que fazer para ajudar (Alex)

- quando precisa ajuda a mulher (Ulisses)

Um dos sujeitos expressou que realiza tarefas domésticas

- porque eu gosto, tenho paixão, em especial de cozinhar (Décio)

confirmando assim que o preparo dos alimentos é uma das tarefas que, embora seja uma atividade prioritária da mulher, alguns homens aceitam realizar. Talvez porque se veicule notícias de homens que alcançaram o sucesso como bons cozinheiros

Embora, para alguns homens, realizar essas tarefas seria arriscado porque poderia tirar-lhes a condição de machos, chefes que têm o poder da família, para um grupo dos homens entrevistados, realizar tarefas domésticas se constitui em “ajuda” até mesmo em tempo de desemprego do homem, apesar de não se constituir em perigo de perder a masculinidade.

### 3.7 Sobre a autoridade na família

A família é o lugar onde as relações de gênero ficam explicitadas e onde as relações de poder são desnudadas. Uma das indicações desta relação é a idéia de autoridade e a constatação de quem tem a autoridade, ou melhor, quem tem o poder. Para Romanelli (1997, p. 79),

[...] a categoria autoridade e poder tem sido utilizados como categorias intercambiáveis, como se recobrissem a mesma realidade. No entanto diz ele é necessário estabelecer uma distinção entre ambos a fim de se compreender como se organiza a dominação masculina na família.

Para ele, no modelo hegemônico nuclear a autoridade masculina de marido e de pai concentrava-se na figura do chefe de família, tal como era qualificado no plano das representações e, até recentemente, no plano jurídico. (ROMANELLI, 1997, p. 81).

Ao indagar dos sujeitos quem tinha o poder na família, a maioria (60%) respondeu que era o homem, 33% afirmaram que eram ambos, 3% disseram que todos têm autoridade e só 4% consideraram que quem tem o poder é a mulher.

Para a maioria dos entrevistados a autoridade na família cabe ao homem; alguns justificam:

- porque faz parte das responsabilidades do homem a obrigação de mandar (Orlando)
- porque sou homem e sei impor limites para os filhos (Bertoldo)

Essas justificativas reafirmam a idéia do poder do macho. “O poder do macho, embora apresentando várias nuances, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não brancos” (SAFFIOTI, 1987, p. 16)

Um dos entrevistados assim definiu a razão para que o homem tenha autoridade sobre a família:

- porque foi uma coisa que Deus quis que o homem fosse a cabeça da mulher e também da família (Ernesto)

Podemos constatar por essa fala, que se confirma a idéia de que a supremacia masculina e o poder homem sobre a mulher vêm desde os tempos da criação do homem como ser divinizado.

Prates e Silva (1993, p. 54), citando o livro *Arte Retórica e Arte Poética*, de Aristóteles, do século IV a.C, afirma que para este a mulher é como um macho mutilado. Essa idéia vai se constituir em uma matriz poderosa para a construção da idéia da supremacia masculina.

Há entre os entrevistados aqueles que afirmam que a autoridade na família cabe aos dois – homem e mulher. A justificativa deles baseia-se na idéia de que:

- duas cabeças pensam melhor (Luis)
- de comum acordo, quando um não deixa os filhos fazerem alguma coisa o outro apóia (Antonio)
- em comum acordo e o casal conversando (Ernesto)

Entre os que afirmaram que a autoridade é de todos os membros da família, estão os dois homens que compõem as famílias monoparentais; para eles, ausência da mãe exige que eles conversem mais com os filhos e estabeleçam com eles uma relação mais democrática, ao mesmo tempo cobrando deles mais responsabilidades:

- aqui não tem um que tenha autoridade, procuro conversar com eles porque eles ficam boa parte do dia sozinhos, então precisam saber da vida (Clemido)

Alguns entrevistados afirmaram serem eles que exercem a autoridade sobre os filhos,

- porque eu falo com eles e dou conselho e ela não interfere (Fernando)

Therborn (2006, p. 22) afirma que o poder paterno é o significado central do patriarcado, histórica e etimologicamente e “pais poderosos são também maridos, de modo que parece ao mesmo tempo lógico e prático estender a noção de patriarcado ao poder dos maridos<sup>26</sup>”.

As responsabilidades no espaço da “casa” refletem as relações de gênero construídas a partir dos papéis sociais e, em geral, explicitam uma relação de poder

---

<sup>26</sup> Acréscimo nosso



e de dominação. Para Saffioti, as relações de poder entre homem e mulher refletem uma relação de dominação e até mesmo de exploração, porém essa relação não faz desaparecer a figura dominada/explorada; ao contrário, ela é incorporada e integrada à relação. No entanto, nos dois pólos existe o poder, contudo, são muito desiguais. Segundo Saffioti (1992) esta desigualdade não pode ser confundida com hierarquia. Nesta relação cabe às mulheres lutar para conquistar seu espaço e assim ampliar seu poder, numa relação dialética onde um luta para preservar sua supremacia e o outro para tornar menos incompleta sua cidadania.

R. P. Scott analisando as famílias operárias do Bairro dos Coelhos, em Recife, em 1981, constatou que, a “casa” sendo da das mulheres, dependendo dos padrões familiares e das relações aí estabelecidas, elas (mulheres) podem ampliar o seu poder e autoridade “interna à família e passa a intensificar o controle em relação ao desempenho do esposo ou companheiro”. (SCOTT, R. P., 1995, p. 40).

Para Foucault, o poder se distribui em constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sociais de força. Isso permite entender o fenômeno do poder tanto no nível macro, pressupostamente destinado ao homem, quanto no nível micro, historicamente destinado às mulheres (apud SAFFIOTTI, 1987).

No entanto, é preciso apontar que as relações humanas não são lineares, por isso elas, ao mesmo que comportam relações de poder, comportam também relações de prazer. Na dinâmica das relações familiares, é possível que nem todas sejam de oposição, pode haver e certamente há, relações de companheirismo, cumplicidade e prazer, que se apresentam como um redemoinho levantando a poeira das velhas e presentes relações de gênero.

- ser mulher é mais difícil, ela trabalha fora e dentro da casa, mas aqui em casa a gente divide as tarefas da casa, até o pequeno ajuda, todos os domingos vamos na lanchonete da praça e de vez em quando vamos pra prainha com os filhos (Julio)

A “casa” é o “palco” no qual essas relações acontecem. Para Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 205) neste espaço privado além de:

[...] cuidar da nutrição, do entretenimento e da convivialidade que dá forma humana à sucessão dos dias e à presença do outro. Aqui os corpos se lavam, se embelezam, se perfumam, têm tempo para viver e sonhar. /a qui as pessoas se estreitam, se abraçam e depois se separam.

### 3.7.1 Como exerce essa autoridade?

Ao responder como exercem essa autoridade, alguns deram ênfase à relação construída a partir do diálogo, do respeito, impondo regras, mas, sem agressão:

- dando respeito para os filhos, não sendo agressivo (Ernesto)
- impondo respeito e falando o que é certo (Marcos)

Outros deram ênfase ao aspecto do papel de provedor do sustento material da família:

- não deixo faltar nada para a família (Sergio)
- trabalhando e pondo dinheiro em casa (Dario)

Há os que, por outro lado, afirmam utilizar a força para impor a autoridade sobre os filhos:

- converso, mas se não der certo vai à base do castigo (Clemildo)
- conversando, quando merece bato, mas tem ir tentando (Tadeu)

Há, porém, os que, através do exercício da autoridade reafirmam seu papel de macho que tem a supremacia da relação:

- sendo homem, mostrando autoridade (Percival)
- sendo homem, respeitando a esposa e os filhos, mas colocando regras (Vitor)

A forma como os homens exercem a autoridade na família explicita as relações que eles estabelecem com os membros da família. Em geral, esta relação compreende o processo social de construção do ser mulher e do ser homem enquanto categorias sociais. Em geral os homens por sua formação machista, muitas vezes não reconhecem ou não se dão conta de que as relações que têm com suas mulheres as discriminam e as oprimem. Portanto, no interior dessas famílias, podem-se desenvolver processos que levam a uma relação de autoritarismo por parte dos maridos e pais, reproduzindo assim, formas de uma relação patriarcal.

Segundo Therborn, o patriarcado se reproduz, ainda hoje, na sociedade moderna, não só nas famílias ricas, mas também nas famílias empobrecidas,

particularmente naquelas com vínculos estabelecidos pelos laços do matrimônio. A “regra do pai” se refere aos “poderes familiares masculinos, não importando se de pais, tios, maridos[...]. Seu foco principal são as relações entre pais e filhos adultos e as relações entre maridos e esposas” (THERBORN, 2006, p. 190).

As relações patriarcais reforçam e reproduzem as desigualdades de gênero. Neste sentido, a maioria das famílias, “se não houver intervenção externa tende a transmitir e reforçar padrões de desigualdade existentes; sua ação em um sentido mais eqüitativo requer uma ação afirmativa por parte do estado ou de outras instâncias coletivas” (JELIN, 1995, p. 410)

### **3.8 Reprodução das identidades**

As relações que os homens estabelecem com a família e o espaço da “casa” contribuem para a reprodução da sua masculinidade, mesmo porque, a masculinidade não se adquire para sempre, ela “se ensina e se constrói” (BADINTER, 1993, p. 29)

Um dos papéis principais do homem, construído historicamente pelas diversas sociedades, diz respeito à capacidade de sustentar a família. Para dezenove, dos vinte e quatro entrevistados, essa é obrigação do homem, apenas cinco acham que é dos dois (homem e mulher).

Assim justificam:

- as mulheres trabalham para manter as coisas delas e homem para sustentar a casa (Rubens)
- é o homem da casa deve trazer o dinheiro (Marcos)
- aprendi desde que eu era pequeno que é o homem que sustenta a família porque é - o chefe da casa – pode ter ajuda da mulher (Luis)
- o homem é o esteio – esposa apenas acompanha – auxiliar para cuidar dos bens dele (Ulisses)
- o homem é a cabeça, o chefe - a mulher tem que cuidar de casa (Nestor)
- porque ele é o cabeça desta função - faz parte das responsabilidades dele (Bento)
- ele é quem trabalha e tem obrigação - faz parte das obrigações do homem (Cosmo)
- é obrigação dele – se não consegue não é homem (Percival)

- é dever dele – mesmo que está desempregado tem que achar um bico e tentar cumprir com sua obrigação (Dario)

A idéia de que é do homem a responsabilidade de prover o sustento da família foi assimilada de tal modo que, mesmo os sujeitos da pesquisa que afirmaram estar desempregados, estão entre estes dezenove.

Saffioti (1987, p. 24) afirma que, o macho sendo provedor, mesmo que a mulher trabalhe, contribuindo assim para o orçamento doméstico, “cabe ao homem ganhar o maior salário a fim de se desincumbir de sua função de chefe”.

Cinco dos entrevistados afirmaram que a obrigação de sustentar a família cabe ao casal. As justificativas foram:

- os pais têm obrigação de sustentar os filhos (Antonio)
- se os dois trabalham - os dois tem (Ernesto)
- é obrigação dos dois (Sérgio)
- acho que se precisar ela também pode ajudar nas despesas (Irineu)
- hoje as mulheres também têm que ajudar, não dá para depender só marido (Orlando)

Estes homens parecem compreender melhor as mudanças e os desafios colocados pela realidade de quem vive do trabalho, precarizado, informal, sem nenhuma garantia.

### **3.9 Relações entre homem e mulher – a explicitação do machismo**

O machismo é uma ideologia que afirma a supremacia masculina. Esta ideologia está presente na maioria das relações familiares, em especial nas relações entre marido e mulher.

Nas entrevistas, pudemos constatar que, no relacionamento do dia a dia, as brigas e os desentendimentos são comuns no interior dessas famílias e quando os entrevistados explicitaram os motivos, ficou clara a idéia da supremacia masculina:

- porque ela não fazia a obrigação de mulher, chegava do serviço e as coisas não estavam feitas, às vezes nem comida tinha (Clemildo)
- às vezes as coisas não vão bem, exemplo comida não sai na hora, precisa roupa e não tá passada (Sergio)

- porque ela não fazia as coisas, de vez em quando ela era meio folgada (Tadeu)
- de vez em quando porque ela não gosta que eu fique no bar até tarde (Orlando)
- não cuida muito bem das coisas – comigo alcançou o estudo (Vitor)

Os motivos para as situações de briga do casal explicitam uma postura machista e demonstram uma relação de poder que alguns sujeitos da pesquisa estabelecem com suas mulheres, numa reprodução moderna do patriarcado.

O patriarcado se reproduz, ainda hoje na sociedade moderna, não só nas famílias ricas, mas também nas famílias empobrecidas, particularmente naquelas com vínculos estabelecidos pelos laços do matrimônio, contudo é necessário compreender como ele se apresenta na relações familiares.

Therborn (2006, p. 22) afirma que “o poder paterno é o significado central do patriarcado, histórica e etimologicamente e várias vezes e em vários lugares, teremos de fazer o inventário de como ele opera”.

Ainda, segundo o autor:

O patriarcado tem duas dimensões intrínsecas básicas: a dominação do pai e a dominação do marido, nessa ordem. Em outras palavras, o patriarcado refere-se às relações familiares, de geração ou conjugais – ou seja, de modo mais claro, às relações de geração e de gênero (THERBORN, 2006, p. 29).

O autor identifica o patriarcado moderno nas várias prerrogativas legais ou não do poder dos maridos: “na tomada de decisão na família, como “chefes de família”, no controle das atividades e da mobilidade de suas mulheres, na poliginia e nos duplos padrões sexuais” (THERBORN, 2006, p. 22) Para ele, as mudanças no patriarcado já haviam ocorrido até 1900, pois

Os direitos legais das mulheres e das crianças foram ampliados em todos os países e a expansão da educação e do trabalho pago aumentou a autonomia. Mudanças dramáticas, socioeconômicas, políticas e culturais solaparam a autoridade dos pais e dos mais velhos (THERBORN, 2006, p. 192).

Ainda para o autor,

O que há de diferente no “novo” patriarcado: “o aspecto mais importante das mudanças no patriarcado no século XX (incluimos o início do século XXI) não é sua tendência universal. É a variação nos resultados assim como nas cronologias” (THERBORN, 2006, p. 192, destaque do autor).

No estudo sobre a família, o autor conclui que o patriarcado ainda está presente em grande parte do mundo, inclusive na América Latina.

O patriarcado, no sentido de forte influência parental sobre o casamento dos filhos, clara hierarquia do marido sobre a mulher e desvantagem institucionalizada das filhas, é ainda grande força no mundo [...] a despeito das tremendas e marcantes mudanças, é pesada a carga de dominação paterna e marital trazida para o século XXI. A longa noite patriarcal da humanidade está chegando ao fim. Está alvorecendo, mas o sol é visível apenas para uma minoria. (THERBORN, 2006, p. 193-194).

### **3.10 Mudanças na família – a percepção dos sujeitos da pesquisa**

Ao responderem à indagação se percebem mudanças na família, todos responderam que sim; contudo, a maioria (75%) apontou que essas mudanças se deram na relação entre pais e filhos:

- as convivências, os pais corrigiam os filhos, os pais se precisava batiam e hoje não pode (Antonio)
- mudança em relação aos filhos, hoje a criação está mais difícil, tem as drogas, a fome (Gabriel)
- muito diferente hoje, todo modo de viver mudou, educação dos filhos, não foi bom, não tem respeito, há muito roubo, morte (Heitor)
- não há mais respeito, muitos filhos não obedecem aos pais (Ulisses)

A fala desses sujeitos revela a preocupação com a família real diante da realidade na qual a família está inserida. Os pais ficam preocupados por verem seus filhos expostos a tantos riscos, sem segurança e, muitas vezes sem oportunidade de estudar e/ou trabalhar. Os sujeitos da pesquisa têm consciência de que precisam

- dialogar mais com os filhos, convencer que o diálogo é melhor maneira de fazer os filhos entender o mundo (Julio)
- hoje os filhos tem mais liberdade, tem mais esclarecimento, mas os pais tem mais informação e podem ensinar os filhos (Décio)

Outros sujeitos apontaram mudanças nas relações entre homens e mulheres

- hoje as mulheres trabalham, saem sozinhas, isso não é ruim porque a mulher ajuda mais o marido (Bento)

- a mulher passou a trabalhar fora, melhorou porque ajuda nas despesas, mais piorou porque a mulher ficou autoritária (Orlando)

Para esses homens o fato de a mulher ter entrado no mercado de trabalho contribuiu para melhorar as condições econômicas da família, o que levou a uma melhoria nas relações:

- melhorou o relacionamento com a mulher, mais atenção e com os filhos mais diálogo (Dario)

No entanto, há alguns que apontam mudanças no papel da mulher. Essas mudanças foram:

- desunião, as mulheres largaram suas responsabilidades, largam a casa e vão trabalhar, elas não estão cumprindo bem o papel delas (Alex)

- não há mais respeito, as mulheres falam que vão trabalhar e vão vadiar (Vitor)

As mudanças que atingiram a família nas últimas décadas são o reflexo das mudanças ocorridas na sociedade global e, segundo RIBEIRO (1987), essas mudanças modificam as práticas familiares. Segundo a autora, as mudanças podem ser definidas por três momentos. No primeiro ocorreu “a separação da sexualidade e da reprodução: o número de filhos começa a ser previsto ou planejado [...] num segundo momento a reprodução dissociou-se de casamento - não há mais filhos ilegítimos. No terceiro momento, a sexualidade dissociou-se do casamento, reconhecendo-se diretos à uniões consensuais” (RIBEIRO, 1987, p. 159).

Para Therborn (2006, p. 22-23) as mudanças ocorridas no último século devem ser discutidas a partir de três temas. O primeiro é o patriarcado e os direitos e deveres relativos, de pais e filhos, homens e mulheres. O segundo tema principal refere-se ao papel do casamento e do não-casamento na regulação do comportamento sexual e nas ligações sexuais em particular. O terceiro tema aborda as perspectivas futuras da fecundidade e do controle da natalidade, com suas implicações para o envelhecimento e para as mudanças geopolíticas.

Na fala, embora, os sujeitos de nossa pesquisa apontem as relações com os filhos e com a mulher como exemplo das mudanças ocorridas família, na sua maioria (75%), contudo, não identificam as mudanças nos seus papéis masculinos, bem como na sua própria identidade masculina. Alguns depoimentos confirmam isso:

- sou homem desde que nasci e sempre mantive responsabilidade de homem, mesmo sem a mulher (Antonio)
- continuo seguindo o que meu pai me ensinou (Percival)
- sou o mesmo, continuo sendo homem, porque homem que é homem não se deixa levar (Vitor)
- muitos homens perderam a vergonha, viraram “bicha”, eu continuo macho (Alex)
- porque continuo homem e sou responsável pela minha família (Bento)
- tenho princípios cristãos e nada me abala, nem mesmo o que vejo fora (Rubens)

A forma como entendem essas relações revela que, para eles, as mudanças ocorridas na família e na sociedade como um todo não afetaram sua postura de macho, provedor e chefe da família. Isto se confirma pela fala dos que compõem o outro grupo, que afirmaram que as mudanças trouxeram modificações no seu papel de pai:

- hoje a autoridade de pai foi prejudicada (Gabriel)
- os pais não têm autoridade sobre os filhos, há muita rebeldia (Heitor)

Isto significa que a percepção desses homens é a de que as mudanças atingiram muito mais a relação com os filhos do que com a mulher. Esta visão pode estar perpassada pela idéia que ganhou terreno no senso comum de que com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ficou mais difícil educar os filhos.

A forma como cada um dos sujeitos apreende a realidade que o cerca, a percepção que tem das mudanças ocorridas careceria ser aprofundada com novas pesquisas; contudo, a partir do que foi constatado nas entrevistas, podemos afirmar que a “crise” da masculinidade, ainda que exista e isso se comprova pelos diversos estudos, em especial os de Badinter (1993) e Nolasco (1995), ao que parece não está posta para esses homens. O porquê disto deveria ser pesquisado com mais profundidade.

Diante das mudanças apontadas por eles e da percepção que têm dos processos que essas mudanças desencadearam em suas vidas, foi-lhes perguntado o que esperavam do futuro. Devido às condições econômicas das famílias e da falta do emprego com garantias, as respostas, em sua maioria (70%) apontam para uma



melhora das condições econômicas da família. Algumas falas explicitam de forma muito clara essa necessidade:

- melhorar as condições de vida da família (Ernesto)
- uma coisa melhor para as crianças (Marcos)
- uma melhora nas condições de vida da família (Orlando)
- melhorar o ganho não só para a comida, mas também para outras coisas (Gabriel)
- melhorar economicamente (Antonio)
- melhorar financeiramente (Bento)
- ganhar mais dinheiro (Dario)
- arrumar um bom emprego e voltar a fazer faculdade (Tadeu)

Outros (21%) sujeitos esperam “saúde”; “paz”, “formar os filhos” para continuarem vivendo. Outros, por sua vez, esperam:

- voltar com a minha “nega” (esposa) e viver tranqüilo e sossegado (Cemildo)
- que todos encontrem Deus (Ernesto)

Chama a atenção que no grupo dos sujeitos entrevistados, 4% afirmaram que “não esperam nada”:

- as pessoas são ambiciosas, um quer ganhar mais que o outro, não há mais emprego, o ganho é pouco (Irineu)

A fala desse homem revela certo grau de apatia e desesperança diante dos desafios postos pela realidade do país, embora sua família esteja incluída nos programas sociais, o rendimento familiar não alcança suprir as necessidades da família.

As mudanças ocorridas na família, de forma particular, nas famílias empobrecidas, que vivem do trabalho, necessitam de novos estudos. Para Bilac (1997, p. 29-30) “há uma carência na produção de esquemas interpretativos que dêem conta dos dados levantados a respeito, das mudanças observadas em face nova da atual “crise” da família”, até porque haveria que verificar se há de fato uma “crise” da família, “que” crise e de “qual” família?

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS - DANDO UMA PAUSA NA CONVERSA PARA RETOMÁ-LA, QUEM SABE, EM OUTRO MOMENTO...**

A pesquisa possibilita não somente a aproximação de um fenômeno, mas também aproximação com a realidade que o cerca.

Fazer um estudo trazendo presente os homens para conhecer o que pensam da família, dos papéis sociais para compreender como eles lidam com o espaço da casa, possibilitou aproximarmos da realidade na qual estes sujeitos e suas famílias estão inseridos. Com esse objetivo fomos à procura das famílias do PETI para encontrar os homens que passaram a compor o conjunto dos sujeitos da pesquisa.

Os homens que encontramos são reais, têm cara, tem uma família, um trabalho, ainda que temporário e, tem uma fala através da qual explicitam o que pensam das relações que vivenciam no cotidiano da vida em família e na sociedade como um todo.

Ao concluir a pesquisa pudemos afirmar que:

Em primeiro lugar que os homens que encontramos pertencem à classe que vive do trabalho, vendem sua força de trabalho como forma de prover a sua subsistência e a da sua família. Portanto, os sujeitos de nossa pesquisa fazem parte da classe trabalhadora e, como tal, lutam para conseguir o sustento de si e de sua família. Nessa perspectiva o trabalho está voltado para atender as necessidades do trabalhador e de sua família.

Lessa (1999, p. 24), afirma

[...] todo o trabalho, sempre voltado para o atendimento de uma necessidade concreta, historicamente determinada, termina por remeter para muito além de si próprio. Suas conseqüências objetivas e subjetivas não se limitam à produção do objeto imediato, mais se estendem por toda a história da humanidade.

Inseridos, formal ou informalmente no processo de trabalho, eles e suas famílias participam na dinâmica da produção e reprodução da força de trabalho. E, assim como seus pais e avós, foram alienados dos meios de produção e se tornaram mão-de-obra barata, pois a qualificação profissional que possuem não tem valor no mercado de trabalho. (ANTUNES, 2005)

A inserção destes homens no chamado mercado de trabalho formal exigiria deles uma qualificação que não possuem, pois como vimos a maioria deles não

chegou a completar o Ensino Fundamental e, embora a maioria deles afirmasse estar trabalhando, poucos deles possuem carteira assinada, garantia de acesso aos direitos trabalhistas e com baixos salários.

A carteira profissional, com o registro do contrato de trabalho, garante o acesso do trabalhador aos direitos trabalhistas, garantidos por lei, como por exemplo, férias, 13º salário, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro desemprego, no caso de demissão, entre outras conquistas que determinadas categorias profissionais garantiram.

O fato de não terem essa garantia os coloca no registro da carência do que Telles (2001, p. 27) chamou de “mundo sem sujeitos que é o chamado mercado informal de trabalho no qual está submergida sua clientela potencial da assistência social.”

O mundo do trabalho informal, no dizer de Oliveira (1998 apud TELLES, 2001, p. 27)

[...] é um mundo que se estrutura nas fronteiras ambíguas entre a legalidade e ilegalidade, um mundo que parece flutuar ao acaso de circunstâncias sem explicitar sua relação com as estruturas de dominação e poder da sociedade, um mundo onde não existe contrato formal de trabalho, direitos sociais e representação profissional, um mundo, portanto, sem a medida pela qual necessidades e interesses possam universalizar como demandas e reivindicações coletivas.

Apesar do não emprego (formal), do desemprego e do trabalho informal, estes sujeitos e suas famílias se organizam enquanto grupo familiar e, cada qual, dentro da dinâmica e da contradição das relações sociais, assumem a responsabilidades na busca da sobrevivência.

Fausto Neto (1982, p. 18), afirma que nas classes assalariadas brasileiras, a sobrevivência só é possível considerando-se o padrão salarial vigente, graças a uma série de “arranjos” ou “articulando-se” diferentes formas de trabalho e atividades ocupacionais que permitam à família formar um quadro orçamentário.

Em segundo lugar, esses homens pertencem a familiares empobrecidas pelo processo de desenvolvimento econômico, político e social adotado historicamente pelo país, cuja lógica sempre foi a da acumulação das riquezas nas mãos de uma elite, agrária e industrial no passado, hoje financeira e especulativa. Essas mudanças, ao lado das mudanças ocorridas nas últimas décadas, nos padrões de comportamento sexual, nas relações de gênero e, principalmente na postura das

mulheres que conquistaram espaços na esfera da “rua”, colocam para essas famílias grandes desafios para sua sobrevivência enquanto grupo familiar.

No entanto, ao avançar no processo de tabulação e organização dos dados para a análise fomos nos dando conta de que, apesar dos sujeitos da pesquisa, na construção de sua identidade de gênero e nas relações de gênero, reproduzam os papéis vividos e apreendidos de suas famílias de origem, suas famílias são reais e únicas, pois ela se constrói e reconstrói na dinâmica das relações daqueles que fazem parte do seu núcleo familiar. E, apesar de todas as transformações, renovação tecnológica, portanto de cultura, continua a existir as famílias com seus processos individuais e coletivos, que renova e recria relações, de solidariedade, de afeto e também de desavenças, próprias da dialética humana, como o encontrado nas famílias dos sujeitos da pesquisa.

As famílias que encontramos, na sua maioria são famílias formadas a partir do casamento formalizado – casamento civil e, embora, tenha havido mudanças nos padrões de comportamento sexual, nas formas de conjugalidade e um aumento no número de divórcio, o que encontramos foram famílias, formadas há mais de três anos, nas quais encontramos, com exceção de duas, os dois cônjuges com filhos. Estas famílias são reais, vivem o dia-a-dia na realidade da periferia da cidade, tal qual a maioria das famílias das classes populares que na dinâmica das relações sejam elas dentro do grupo familiar, sejam aqueles que estabelecem com os vizinhos e no entorno do bairro, vão construindo e reconstruindo suas identidades.

A família, no dizer de Fausto Neto (1982, p. 18),

[...] se define fundamentalmente como um conjunto de relações sociais que se organiza, reorganiza, é ativa ou não, de acordo às situações específicas em que vivem as classes de baixa renda, nas quais está integrada grande parte da população trabalhadora brasileira.

No que diz respeito à família, não existe um único modelo de família. As mudanças ocorridas nas formas de organização familiar foram precedidas de mudanças no casamento e nos padrões de sexualidade. Therborn (2006, p. 430) identifica que:

No decorrer do século passado, a instituição da família mudou em todo o mundo. Algumas mudanças foram memoráveis – a erosão do patriarcado, a instalação mundial do controle da natalidade e algumas grandes populações

fixando-se no declínio natural. O sexo e casamento mudaram radicalmente antes disso e suas mudanças no século xx não contam ainda para uma nova era global.

Ao concluir a pesquisa podemos afirmar que a família sofreu e ainda poderá passar por mudanças nas suas formas de organização e mesmo de conjugalidade, porém, não importa se ela é formada ou não a partir do casamento, se ela tenha essa ou aquela configuração, para muitos homens e mulheres ela continuará a ser um valor a ser preservado ou conquistado.

Therborn (2006, p. 456-457, destaque do autor) afirma que

Para a família o que ocorreu não levou a uma situação pós-familiar, mas, antes, ao retorno à sua moderna complexidade histórica, incluindo tanto o não-casamento, quanto o casamento, idades variáveis ao casar, coabitação informal e nascimentos extramaritais. Essa complexidade, decerto, inclui algumas formas novas ou anteriormente raras ou marginais: o casal sem filhos e o domicílios de pessoa sozinha.

A complexidade provavelmente permanecerá e, com ela a contingência das relações sexuais, das parcerias e da forma de família, em torno de um padrão modal de longo prazo de parceria heterossexual institucionalizada. Permaneceram (e vão permanecer) no mundo diferentes regras e práticas de casamento e de sexualidade.

Em terceiro lugar constatamos que os homens encontrados, como todos os demais, também constroem e reconstróem suas masculinidades a partir, não somente do trabalho enquanto processo de objetivação do atendimento às necessidades vitais, mas também a partir das relações de gênero aprendidas no processo de socialização e na divisão sexual do trabalho. Ao responderem o que é ser homem, a maioria respondeu, entre outros atributos: ser honrado“ a honra e o seu reverso – a vergonha é experimentada diante dos outros” (BOURDIEU, 2007) e, ser trabalhador para ser capaz de sustentar a família. Para isso é preciso construir essa identidade masculina. Essa construção passa pela divisão sexual do trabalho. Para Bourdieu (2007), a divisão sexual do trabalho está escrita, na divisão das atividades produtivas a que nós associamos a idéia de trabalho que, por sua vez está ligado à idéia do ser homem.

O trabalho como afirma Nolasco é o mapa que mostra ao homem o caminho e os limites de sua masculinidade e para os homens encontrados na pesquisa o trabalho, ainda que seja fundante na constituição de sua identidade, ocupa parte do seu tempo, não porque assim o decide, mas porque, muitos deles, ficam sem trabalho por vários períodos. Hoje, na medida em que, devido ao novo padrão de

acumulação do capital e das mudanças na lógica da produção societária, o trabalho produtivo se faz, em grande parte, utilizando a tecnologia em detrimento da mão de obra, o desemprego atinge uma grande parcela dos trabalhadores. Ainda que possa haver uma diminuição no índice do desemprego em nível nacional, em cidades como São José do Rio Preto que tem um índice populacional que cresce %% por ano e, por outro lado, não há investimento industrial, a possibilidade do emprego formal, com carteira assinada fica mais distante.

O outro elemento importante na construção da identidade de gênero é a sexualidade, não se restringe ao sexo, ela é entendida como um de múltiplas experiências que nos coloca na plenitude de seres humanos. A sexualidade não é somente um conjunto de estímulos biológicos, ela compõe-se de comportamentos, desejos e sentimentos, construído historicamente nas relações sociais. Para os homens a sexualidade, é ensinada e esse processo inicia-se desde a adolescência. A iniciação sexual masculina, assim, dava-se, principalmente, com prostitutas cuja contratação de serviços era feita, em alguns casos, pelo próprio pai. (DIEHL, 2002). Se para as meninas a virgindade era um bem que deveria ser preservado, para os homens a virgindade era sinal de feminização.

Mudanças ocorreram, seja nos padrões de comportamento sexual, seja nas configurações familiares, sejam elas nas relações de gênero, muito como conseqüência do fato de as mulheres terem alcançado certo grau de independência e liberdade. Esse conjunto de mudanças tem sido apontado como fator desencadeador da crise da masculinidade. Contudo, Badinter (1993) mostrou que essa crise não é atual, ela remonta ao Século XVIII quando as mulheres já colocavam no horizonte de suas lutas a igualdade nas relações, o direito ao voto e à educação.

No entanto, pelo resultado da pesquisa, pudemos constatar que para a maioria dos homens entrevistados, não houve mudanças na família e nem no seu papel de homem. Alguns, no entanto, afirmaram que havia sim mudanças na família, mas que não afetaram o seu papel de macho, pois como afirmaram alguns deles

- não mudou porque é homem desde que nasceu e sempre manteve responsabilidade da família (Antonio)

- em alguns lares sim, mas no meu não, porque quando a mulher manda o lar é destruído. (Orlando)

Outros apontaram que as mudanças se deram na relação dos filhos e apontam o desrespeito dos filhos para com os pais e as dificuldades para educá-los em uma realidade de violência e de exclusão social.

No entanto, ainda que não haja percepção, não se pode negar que houveram mudanças no comportamento sexual das mulheres, nas formas de conjugalidade e, mesmo que esses homens não tenham percepção clara desses processos, o próprio senso comum e as evidências históricas mostram isto, assim como uma grande quantidade de pesquisa. Contudo, tomando-se em conta que o universo da pesquisa foi o das famílias incluídas no PETI que somam um total de 35 famílias, tivemos acesso a 24 (68%) delas e, ainda que 14 (58%) são formadas pelo casamento, podemos inferir que em torno de 40% das famílias incluídas no PETI são famílias chamadas nucleares.

Diante disso, ainda que a maioria das famílias do PETI, os outros 60%, tenham outras configurações, as políticas sociais pensadas para família, não podem ignorar esse universo de famílias. As ações devem incluir todas as famílias não importa qual seja a sua composição e configuração.

No início da tese, apontamos, a partir de leituras acumuladas que haveria uma crise da masculinidade, no entanto, na fala dos sujeitos não apareceu indícios de que, para esses homens, haveria uma crise na identidade masculina, pois ao responderem se as mudanças ocorridas atualmente no que diz respeito aos padrões sexuais, ao fato de a mulher ter mais liberdade, teriam afetado a autoridade atribuída a eles, a maioria afirmou que nada mudou, pois

- continuo homem – macho (Vitor)

- nada mudou continuo seguindo o que meu pai me ensinou (Ulisses)

Atualmente fala-se de uma nova crise da masculinidade. Para (BADINTER, 1993, p. 20) o que distingue a crise atual com as demais crises é o “seu caráter socialmente limitado, pois ela atinge não somente os homens das classes dominantes, ela se amplia e atinge, de maneira distinta, o homem na redefinição de seus papéis sociais”.

Na suas falas, os sujeitos da pesquisa não explicitaram ter consciência de que há uma crise da identidade masculina. No entanto, o fato de que eles não tenham percepção dela não significa que não exista. Fica então uma suspeita: a

crise da masculinidade apontada em vários estudos seria um fenômeno de alguns homens, de uma determinada classe social?

Podemos afirmar que para estes homens, sujeitos da pesquisa, a crise da masculinidade, certamente, não está posta. Ou talvez, por conta da visão machista que muitos demonstraram, acreditem na aquisição eterna de sua masculinidade. No entanto, podemos afirmar, guardados limites e possibilidades da pesquisa no que diz respeito ao momento histórico, e conjuntural, no plano mais global e, no que diz respeito às condições da realização da mesma – alguns deles foram entrevistados por mulheres, que para estes homens que vivem do trabalho, para os quais a luta pela sobrevivência ocupa parte importante de suas vidas, a crise da masculinidade não aparece. Como afirma Badinter (1993, p. 10) “o macho é um aspecto da humanidade e a masculinidade um conceito relacional, pois só é definida com relação à feminilidade”.

Em terceiro lugar os homens encontrados estabelecem relações com suas mulheres, filhos e filhas, a partir dos papéis socialmente construídos para eles. A maioria deles, ainda que, apontem o desejo de mudança, expressam idéias machistas no seu discurso. Muitos deles têm uma concepção de subalternidade da mulher, exigindo delas uma atitude de submissão. No entanto, pudemos constatar através da pesquisa que, embora tenham aparecido falas que explicitavam posturas machistas na relação com a mulher e com os filhos, encontramos homens que buscam construir outras relações.

Os sujeitos da pesquisa são homens que dão valor à família enquanto núcleo de relações afetivas o que ficou claro quando definem a família como um valor de “união” e colocam como perspectiva a melhora não só nas condições materiais para cuidar da família, mas também esperam melhorar ou reconstruir relações e acreditam no casamento como forma de constituir família.

Em quarto lugar os homens que encontramos são seres sociais e como tal estabelecem relações sociais a partir da sua identidade de gênero, vivendo e construindo e reconstruindo essas relações no cotidiano da vida, seja ela vivida no espaço da “rua”, seja ela vivida no espaço da “casa”.

Na investigação de como esses homens, sujeitos da pesquisa se relacionam com o espaço doméstico e como lidam com as tarefas domésticas, constatamos que para eles, a “casa” enquanto espaço doméstico e o lugar da mulher. Portanto, as tarefas provenientes desse espaço são naturalmente de obrigação da mulher.



Embora, alguns desses homens afirmassem que realizavam algumas das tarefas domésticas, afirmaram também que o faziam na ausência ou na impossibilidade de a mulher assumir.

A vivência masculina do ciclo doméstico difere muito da feminina. A casa e a rua são duas partes de ambientes passíveis de controle por mulheres e homens ao manterem relações entre si. A relação entre gêneros é, como toda relação social, uma relação de poder. Os dois atores procuram controlar parte do ambiente [...] A casa torna-se um recurso, uma parte do ambiente sobre o qual o homem e a mulher formam estratégias de interação que julgam favoráveis à sua sobrevivência particular, resultando numa distinção onde se vê que as mulheres são representadas como ativamente controladoras em suas casas, enquanto os homens são representados como tendo suas casas sob controle. (SCOTT, R. P., 1995, p. 47)

A principal responsabilidade doméstica ainda é das mulheres, mesmo quando elas trabalham em tempo integral no mercado de trabalho, mas é possível constatar que os homens, de alguma maneira, envolvem-se nas atividades da casa.

No entanto, alguns dos sujeitos da pesquisa, afirmaram realizar tarefas domésticas por que gostam ou porque entendem que, fazendo parte do grupo familiar também tem obrigação de contribuir para o bem estar de todo o grupo, por isso acham natural dividir as tarefas entre todos os membros.

A fala dos entrevistados revelou que estes homens, trabalhadores, maridos e pais, nas relações que estabelecem com mulher e filhos, vivenciam contradições. De um lado, aportam as noções tradicionais de masculinidade, que podem ser descritas como machistas. Ao mesmo tempo, anseiam por companheirismo com a mulher e pelo estabelecimento de diálogo com os filhos. O companheirismo traduz-se na compreensão do trabalho remunerado da mulher não como ajuda, como aporte importante para a sobrevivência. Ao mesmo tempo, há a preocupação com a partilha das obrigações domésticas.

As relações de gênero perpassam todas as relações sociais e em todas as classes sociais, visto que são construções históricas e como tal podem variar de sociedade para sociedade, nos diferentes momentos históricos. Estas relações indicam uma relação de poder entre homens e mulheres. Contudo, pela pesquisa, o poder destes homens, sujeitos da pesquisa, que o exercício do poder se dá na relação e esta relação é, muitas vezes, contraditória, deixando transparecer as fissuras, através das quais é possível romper o ciclo do poder.

Como foi dito no início desta tese, faltam pesquisas que dêem conta das relações que os homens estabelecem com a família e com o espaço da casa. Ainda que as mulheres, pelo processo de construção de suas identidades estejam ligadas ao espaço doméstico e à relações na família, recair a análise do grupo doméstico exclusivamente no lado feminino da equação, seja qual for a razão, seria tratar de apenas a metade da história. A saída seria realizar pesquisas tomando o casal como sujeitos para assim ampliar o conhecimentos sobre os processos familiares e as relações que de aí advêm, porém esta seria uma outra conversa.

A pesquisa apresentada neste trabalho foi realizada também com o propósito de contribuir nessa reflexão. A contribuição é, tão somente, um momento nesse debate. As contribuições trazidas aqui deverão ser retomadas por outras e outros que, preocupad@s com a construção de relações mais iguais, justas e humanas, podem entrar e continuar a conversa para além das questões aqui apresentadas.

## REFERÊNCIA

AFONSO, Lúcia Helena Rincón. **Imagens de mulher e trabalho na telenovela brasileira (1999-2001)**. São Paulo: Anita Garibaldi; Goiânia: Ed. UCG, 2005.

AGUIAR, Neuma. **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALMEIDA, Magali da Silva. Marcas de resistência na história da mulher negra. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, ano 2, n. 4, páginas, maio 1999.

ALVES, Ângela Maria de Oliveira. A pesquisa em representações sociais: fundamentos teórico metodológicos. **Ser Social**, Brasília, DF, n. 9, p. 129-158, jul./dez. 2001.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. **Questões conceituais e metodológicas relativas a domicílio, família e condições habitacionais**. 2004.

Disponível em:

<[http://64.233.169.104/search?q=cache:l\\_eamv3nf1UJ:www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_alap/PDF/ALAP2004\\_236.PDF+%22Suzana+Cavenaghi%22+censit%C3%A1ria&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=10&gl=br](http://64.233.169.104/search?q=cache:l_eamv3nf1UJ:www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/PDF/ALAP2004_236.PDF+%22Suzana+Cavenaghi%22+censit%C3%A1ria&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=10&gl=br)>. Acesso em:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Módulo 1. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEADE : UnB, 1999.

\_\_\_\_\_; SILVA, Maria Aparecida Moraes (Org.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ARENAS, Sofia et al. **Mujer y educacion la renuncia**. Bogotá, Co: Servicio Colombiano de Comunciacion Social, 1985.

AZEVEDO, Maria Amélia de. **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985.

BACH, J. MARCOS. **O futuro da família: tendências e perspectivas**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Tradução Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARBIERI, M. Teresita. Certezas y malos entendidos sobre la categoría género. In: ESTUDIOS Básicos de Derechos Humanos. San José, Costa Rica: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1997. (Série Estudos de Direitos Humanos, 4).

BARROSO, Carmen; BRUSCHINI, Maria Cristina A. Sofridas e mal pagas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 37, p.39-43, maio 1981.

BEAUVOIR, Simone de. **Segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução de Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 2.

\_\_\_\_\_. **A força das coisas**. Tradução Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

BERQUÓ, ELZA. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas : Editora 34, 2002.

BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Paulinas, 1990.

BILAC, Elisabete Dória. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, M.C. Brant de. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC : Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **Família de trabalhadores**: estratégia de sobrevivência: a organização da vida familiar em uma cidade paulista. São Paulo: Símbolo, 1978.

\_\_\_\_\_. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant. (Org.). **A família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BONACCHI, Gabriella; GROPPI, Ângela. **O dilema da cidadania**: direitos e deveres das mulheres. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 64, p.4-13, fev.1988.

\_\_\_\_\_; RIDENTI, Sandra. Trabalho domiciliar masculino. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, n. 2, p.363-392, jul./dez. 1995.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. Família: a crise de um modelo hegemônico. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 46, p. 21-34, dez. 1994.

CANEVACCI, Massimo. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Dialética da família**: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARMO, Onilda Alves. **Recuperando a esperança**: curso de Verão: uma experiência educativa inovadora (CESEP, São Paulo: 1988-1997). 1999. São Paulo: PUC/SP, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Da família pensada à família vivida. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 13, n. 1 p. 55-70, 2004.

\_\_\_\_\_. Serviço Social: identidade e gênero. **Revista UNILAGO**, São José do Rio Preto, v. 3, n.1, p. 25-32, janeiro-junho de 2004.

CARVALHO, Marie Jane Soares; ROCHA, Cristianne Maria Famer. (Org.). **Produzindo gênero**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. (Org.). **A família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_; ZILLOTTO, Maria Cecília. Trabalhando com famílias. **Caderno de Ação**, São Paulo, n. 1, 12-23, mar. 1992.

CATANI, Denice Bárbara et al. **Docência, memória e gênero**: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 1997.

CPDD. **Católicas pelo Direito de Decidir**. São Paulo, 2002.

CECCHETTO, Fatima Regina. **Violência e estilos masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 2.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

COMBLIN, José. **O neoliberalismo**: ideologia dominante na virada do século. Petrópolis: Vozes, 2000. (Teologia e libertação).

CONTINS, Marcia. Religião, gênero e família. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 1, 1997.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. A família como questão social no Brasil. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug. (Org.). **Família brasileira**: a base de tudo. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. In: Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 4, p. 5-17, maio 1991.

DELGADO, Didice G.; SOARES, Vera; CAPPELLIN, Paola (Org.). **Mulher e trabalho**: experiências afirmativas. São Paulo: Boitempo, 2002.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DIEHL, Artur. O homem e a nova mulher. Novos padrões sexuais de conjugalidade. In: WAGNER, Adriana. **Família em cena**: tramas, dramas e transformações. Petrópolis: Vozes, 2002.

DRUMONT, Mary P. O machismo como sistema de representações ideológicas recíprocas. In: LUZ, Madel (Org.). **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

DURÁN HERAS, Maria Angeles. Mujeres y hombres en el futuro de la ciência. In: \_\_\_\_\_. (Coord.). **Mujeres y hombres en la formación de la teoría sociológica**. Madrid: Akai, 1997.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. São Paulo: Cortez, 2002.

FAUSTO NETO, Ana Maria Q. **Família operária e reprodução da força de trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1982.

FERREIRA, Hádassa D. B. **Assédio moral nas relações de trabalho**. Campinas/SP: Russel, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FUKUI, Lia. Família: conceitos, transformações nas últimas décadas e paradigmas. In: SILVA, Luiz A. Palma e et al. (Org.). **Famílias: aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos**. Brasília, DF: MPAS/SAS; São Paulo: FUNDAP, 1998.

GEBARA, Ivone. **Análise de conjuntura eclesial a partir de uma perspectiva feminista**. São Paulo: CESEP, 1999. (mimeo).

GOMES, Jerusa Vieira. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GORAN, Therborn. **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000**. Tradução de Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006..

GREGORI, Maria Filomena (Org.). **Desenhos familiares: pesquisa sobre família de crianças e adolescentes em situação de rua**. São Paulo: Alegro, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza; CARRARA, Sérgio. Em cena, os homens. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 5, n. 1, 1997.

HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1997. (História, Ciência, Sociedad;144).

HERMÁCULA, Maria Virgínia et al. Pró-família: planejamento familiar ou controle de natalidade? **Revista Quadrimestral de Serviço Social**, São Paulo, ano 3, n. 8, p. 138, mar. 1982.

IBGE. **Plano Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 30 maio 2007.

JELIN, Elizabeth. Família y género: notas para o debate. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, n. 2, p. 394-412, 1995.

JOSÉ FILHO, Mário. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2002.

\_\_\_\_\_. Os padrões familiares no atendimento pelo Serviço Social. In: \_\_\_\_\_.; DALBERIO, Osvaldo. **Família: conjuntura, organização e desenvolvimento**. Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 2007

\_\_\_\_\_.; DALBERIO, Osvaldo. **Família: conjuntura, organização e desenvolvimento**. Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 2007.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KRMPOTIC, Claudia; ALLEN, Ivone (Org.). **Trayectoria familiar, ciclos politicos y bienestar**. Buenos Aires: Espacio, 2003.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Famílias monoparentais**: a situação jurídica de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2003.

LESSA, Sergio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Módulo 2. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEADE : UnB, 1999.

LOGOS: Comunicação & Universidade. Rio de Janeiro: Ed. UERJ /FCS, v. 10, n. 19, 2003.

LOPES, José Rogério. Das famílias “desestruturadas” às famílias “recombinadas”: transição, intimidade e feminilidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 46, p. 5-20, dez. 1994.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997

\_\_\_\_\_. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2001. (Currículo, políticas e práticas).

\_\_\_\_\_. Gênero: questões para a educação. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

MACEDO, Carmen Cinira. **A reprodução da desigualdade**: projeto de vida familiar de um grupo operário. São Paulo: Hucitec, 1979.

MADURO, Otto. **Otto Maduro e o feminismo**: um depoimento a Regina Jurkewicz. São Paulo: Simpósio, 1997.

MARTINS, Heloisa T. Souza. Trabalho e exclusão social. In: BEOZZO, José Oscar. **Trabalho e crise capitalista**. Curso de Verão – ano IX. São Paulo: Paulus, 1995.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

MATA, Roberto Augusto da. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.



MATALLO JÚNIOR, Heitor. A problemática do conhecimento. In: CARVALHO, Maria Cecília M. (Org.). **Metodologia científica, fundamentos e técnicas**: construindo o saber. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Gênero e paternidade nas pesquisas demográficas: o viés científico. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n.1, p. 145-158, jan./jun. 2000.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. Nos homens, a violência de gênero. In: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher – Plano Nacional**: diálogos sobre a violência doméstica e de gênero. Brasília, DF, 2003.

MELLO, Sylvia Lese de. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, Maria Carmo Brant de. **A família contemporânea em debate**. 2. ed São Paulo: Cortez, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_.; DESLANDES, Suely Ferreira. (Org.). **Caminhos do pensamento**: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. (Criança, Mulher e Saúde).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Fome Zero**: conceito. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em: 30 maio 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica**: NOB/SUAS: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, DF, 2005.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **IBGE**: Plano Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>>. Acesso em: mar. 2007.

\_\_\_\_\_. **IBGE**: Síntese de Indicadores Sociais 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2007/default.shtm>>. Acesso em: mar. 2007.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 55, p.114-130, nov. 1997.

MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da mulher no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NORONHA, Eduardo G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111-129, out. 2003.

OLIVEIRA, Cícera Fernandes de; PRADO, Danda. **Cícera, um destino de mulher: autobiografia duma emigrante nordestina, operária têxtil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, Maria Coleta. A família brasileira no limiar do ano 2000. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 4, n. 1, 1996.

ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano**. New York, 1997.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Desenvolvimento Humano**. New York, 1998.

PADUA, Elizabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas, SP: Papyrus, 1996 (Magistério: formação e trabalho pedagógico).

PEREA, Juan Guillermo Figueroa. Derechos Reproductivos y Feminismo en la Experiencia de los Varones. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 134, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Módulo 1. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEADE : UnB, 1999.

PINNELLI, Antonella. Gênero e família nos países desenvolvidos. In: \_\_\_\_\_. **Gênero nos estudos de população**. Campinas, SP: ABEP, 2004.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo. Editorial, 2005.

PRATES E SILVA, Regina Célia Bicalho. Os gregos e a concepção da mulher como homem inacabado. In: SILVA, Maria A. M. **Mulher em seis tempos**. Araraquara: UNESP, 1991. (Seminário temático, 2)

RIBEIRO, Ivete. **Sociedade brasileira Contemporânea: Família e Valores**. (Introdução e Organização). São Paulo: Loyola, 1987.

\_\_\_\_\_.; RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Família e desafios na sociedade brasileira: valores como um ângulo de análise**. São Paulo: Loyola, 1993.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Polêmica).

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais: face feminina. In: CARVALHO, Nanci Valadares. (Org.). **A condição feminina**. São Paulo: Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: SILVA, Maria A. M. **Mulher em seis tempos**. Araraquara:UNESP, 1991. (Seminário temático, 2)

\_\_\_\_\_. Rearticulando gênero e classes sociais. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SANCHEZ, Wagner. **A questão da experiência na metodologia no Curso de Verão**. São Paulo: CESEP, 1998.

SARTI, Cynthia A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria Carmo Brant de. **A família contemporânea em debate**. 2. ed São Paulo: Cortez, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1995.

SCOTT, R. Parry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 73, p. 38-47, maio 1990.

SEABRA, Giovanni de Farias. **Pesquisa científica: o método em questão**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2001.

SEADE. **Famílias chefiadas por mulheres: pesquisa de condições de vida na região metropolitana de São Paulo**. São Paulo, 1994.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, ano 23, n. 71, set. 2004.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Org.). **Mulher em seis tempos**. Araraquara: Ed. UNESP/ FCLAr, 1991. (Seminário Temático, 2)

SILVA, Rosalina Carvalho da. A falsa dicotomia qualitativo - quantitativo: paradigmas que informam nossas práticas e pesquisas. In: ROMANELLI, Geraldo; BIASOLI, Zélia Alves (Org.). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa Ltda, 1998.

SOARES, Barbara Musumeci. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SORJ, Bila. O feminismo e os dilemas da sociedade brasileira. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasilense, 1991.

SPOSATI, Aldaiza. Globalização da economia e processos de exclusão social. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Módulo 1. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEADE : UnB, 1999.

SZASZ, IKvonne. Varones mexicanos: gênero, sexualidad y salud reproductiva. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 187-199, 2000.

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “teorias” de família. In: CARVALHO, Maria Carmo Brant de. **A família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 71, p. 9-25, esp. set. 2002.

THERBORN, Göran. **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000**. Tradução de Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

TAYLOR, Mark C. Restauração religiosa. Entrevistador: Claudio Carvalhaes. [jun. 2006]. Disponível em: <<http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2753,2.shl>>. Acesso em: dez. 2007.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e Cidadania. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação e sociologia: Editora 34, 2001.

THERBORN, Göran. **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000**. Tradução de Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980. (Teoria e história, 6).

TRAVAIN, Maria elide de Cont; VENDRUSCOLO, Telma Sanchez. Família: determinações sociais e prática profissional. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 4, n.1, 1995.

VITALE, Maria Amália Faller. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: CARVALHO, Maria Carmo Brant de. **A família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. Famílias monoparentais: indagações. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 71, p. 45-62, esp. set. 2002.

WAGNER, Adriana. Possibilidades e potencialidades da família. A construção de novos arranjos a partir do recasamento. In: \_\_\_\_\_. **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WEINBERG, Mônica. A multiplicação da pobreza. **Veja**, São Paulo, ed. 1857, jun. 2004. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/090604/p\\_082.html](http://veja.abril.com.br/090604/p_082.html)>. Acesso em: 11 jun. 2008.

WHO. **Violence and Injury Prevention**. jun. 2008. Disponível em: <[http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/](http://www.who.int/violence_injury_prevention/)>. Acesso em: data de acesso.

ZILIOOTTO, Maria Cecília; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Trabalhando com famílias**. São Paulo: CBIA/SP, IEE/SP, 1992. (Cadernos de ação, 1).

ZILLES, Urbano . Apresentação. In: WAGNER, Adriana. (Org.). **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis: Vozes, 2002.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A - CADASTRO DAS FAMÍLIAS DO PETI – PARA PESQUISA  
DOUTORADO**

**Nome da mulher responsável:**

\_\_\_\_\_

Nascimento: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_

Grau de instrução: \_\_\_\_\_ Cor/raça: \_\_\_\_\_

Situação de Mercado: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Ocupação atual: \_\_\_\_\_ Remuneração: \_\_\_\_\_

**Endereço:**

Rua: \_\_\_\_\_

Número: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Tempo de Moradia: \_\_\_\_\_

Quantidade de famílias no domicílio: \_\_\_\_\_

Número de Membros da família: \_\_\_\_\_

Criança/adolescente incluído no PETI: \_\_\_\_\_

Renda familiar: \_\_\_\_\_

Renda per capita: \_\_\_\_\_

**Nome do homem:**

---

Nascimento: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_

Grau de instrução: \_\_\_\_\_ Cor/raça: \_\_\_\_\_

Situação de Mercado: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Ocupação atual: \_\_\_\_\_ Remuneração: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo vocês constituíram família? \_\_\_\_\_

Apêndice II

Está no formato da página de paisagem



## APÊNDICE B - INSTRUMENTAL PARA CONHECER AS FAMÍLIAS DO PETI

### COMPOSIÇÃO FAMILIAR – Mesma residência

NOME	A	SEXO	IDADE	B	C	D	E	PROGRAMA SOCIAL	VALOR	PROFISSÃO	OCUPAÇÃO ATUAL	F	RENDA
1.													
2.													
3.													
4.													
5.													
6.													
7.													
8.													
9.													
10.													

### LEGENDA

A - Parentesco	B - Estado Civil	C - Tipo de União	D - Escolaridade	E - Religião	F - Situação de Trabalho
1. Pesquisado	1. Solteiro/a	1. Casamento Civil e Religioso	1. Analfabeto/alfabetizado (assina)	1. Católica	1. Assalariado c/ carteira
2. Esposo/a	2. Casado/a	2. Casamento só no Civil	2. Fundamental Incompleto	2. Protestante	2. Assalariado s/ carteira
3. Companheiro/a	3. Separado/a	3. Casamento só no Religioso	3. Fundamental Completo	3. Evangélica	3. Autônomo c/ previdência
4. Pai/Mãe	4. Divorciado/a	4. União consensual	4. Médio Completo	4. Espírita	4. Autônomo s/ previdência
5. Filho/a	5. Viúvo	5. União esporádica	5. Médio Incompleto	5. Afro-Descendente	5. Não trabalha
6. Enteado/a			6. Superior Incompleto	6. Não tem religião	6. Desempregado/a
7. Neto/a			7. Superior Completo		7. Estudante
8. Avô/Avó			8. Outro		8. Aposentado/Pensionista
9. Genro/Nora					9. Outros
10. Outros					

### CONDIÇÕES DA MORADIA

Tipo	Material	Numero de cômodos (exceto banheiro)	Situação do imóvel	Infra-estrutura
Casa ( )	Tijolo/ acabada ( )	1 a 2 ( )	Própria/quitada ( )	Asfalto ( )
Apartamento ( )	Tijolo/inacabada ( )	3 a 5 ( )	Financiada/dia ( )	Rede esgoto ( )
Barraco ( )	Madeira ( )	Acima de 6 ( )	Financiada/atraso ( )	Rede de Água / rua ( )
Outro ( )	Outro ( )		Alugada ( )	Água encanada casa ( )
			Cedida ( )	Coleta de lixo na rua ( )
			Ocupada ( )	Energia elétrica rua ( )
			Outro ( )	Energia elétrica casa ( ) Passa ônibus bairro ( ) Área de Lazer ( ) Quais? _____

## HISTÓRICO DE UNIÕES FAMILIARES

Nome do Cônjuge Homem / Mulher	Tipo de União	Ano da separação	Motivo da separação	Teve Filhos: Sim / Não	Quantos?	Com quem fica?	Responsabilidade com os filhos
1 <sup>a</sup>							
2 <sup>a</sup>							
3 <sup>a</sup>							
4 <sup>a</sup>							

### Tipo de União

1. Casamento civil
2. Casamento religioso
3. Casamento (1 + 2)
4. União consensual
5. União esporádica
6. Outro

### Motivo da separação

1. Brigas
2. Ciúmes
3. Violência
4. Bebida
5. Drogas
6. Traição
7. Abuso Sexual
8. Outro

### Responsabilidades

1. Ficou e cria os filhos.
2. Só ajuda com pensão alimentícia.
3. Só visita os filhos e não ajuda.
4. Divide a guarda dos filhos.
5. Nunca visita os filhos.
6. Outro.

## APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS HOMENS

1. Você é casado?

Sim ( ) Não ( )

Se sim: Onde?

Civil ( ) Religioso ( ) Outro ( ) Qual? \_\_\_\_\_

2. Você está trabalhando?

Sim ( ) Não ( ) Por quê? \_\_\_\_\_

Se sim: Em que você trabalha?

\_\_\_\_\_

Tem registro em carteira?

Sim ( ) Não ( )

Se não - Por quê?

Desempregado ( )

Aposentado ( )

Beneficiário (BPC e outros) ( )

Não precisa trabalhar ( )

Autônomo ( )

Se estiver desempregado – há quanto tempo?

\_\_\_\_\_

3. Você tem algum problema de saúde?

Sim ( ) Não ( )

Qual? \_\_\_\_\_

4. O que é casamento?

\_\_\_\_\_

5. O que é família para você?

\_\_\_\_\_

6. Quem faz parte de sua família?

---

7. Você faz alguma tarefa doméstica? Sim ( ) Não ( )

Qual? \_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

8. Quem realiza as tarefas listadas abaixo?

Fazer comida: ( ) esposa ( ) entrevistado ( ) filha ( ) filho ( ) outros membros ( ) todos

Lavar a louça: ( ) esposa ( ) entrevistado ( ) filha ( ) filho ( ) outros membros ( ) todos

Lavar roupa: ( ) esposa ( ) entrevistado ( ) filha ( ) filho ( ) outros membros ( ) todos

Passar roupa: ( ) esposa ( ) entrevistado ( ) filha ( ) filho ( ) outros membros ( ) todos

Limpar a casa: ( ) esposa ( ) entrevistado ( ) filha ( ) filho ( ) outros membros ( ) todos

Limpar quintal: ( ) esposa ( ) entrevistado ( ) filha ( ) filho ( ) outros membros ( ) todos

Trocar lâmpada: ( ) esposa ( ) entrevistado ( ) filha ( ) filho ( ) outros membros ( ) todos

Consertar o telhado ( ) esposa ( ) entrevistado ( ) filha ( ) filho ( ) outros membros ( ) todos

Fazer compras: ( ) esposa ( ) entrevistado ( ) filha ( ) filho ( ) outros membros ( ) todos

9. Das tarefas domésticas quais as que você: (Em caso de não gostar, quando precisa fazer)

Tem prazer em realizar?

---

Detesta realizar?

---

10. Quem tem obrigação de sustentar a família?

---

Por quê?

---

11. Das despesas da casa quem paga as contas de:

Aluguel            ( ) esposa   ( ) entrevistado   ( ) filha   ( ) filho   ( ) outros membros   ( ) todos  
Prestação da casa   ( ) esposa   ( ) entrevistado   ( ) filha   ( ) filho   ( ) outros membros   ( ) todos  
Luz                ( ) esposa   ( ) entrevistado   ( ) filha   ( ) filho   ( ) outros membros   ( ) todos  
Água              ( ) esposa   ( ) entrevistado   ( ) filha   ( ) filho   ( ) outros membros   ( ) todos  
Comida            ( ) esposa   ( ) entrevistado   ( ) filha   ( ) filho   ( ) outros membros   ( ) todos  
Roupa/Calçado    ( ) esposa   ( ) entrevistado   ( ) filha   ( ) filho   ( ) outros membros   ( ) todos  
Material escolar   ( ) esposa   ( ) entrevistado   ( ) filha   ( ) filho   ( ) outros membros   ( ) todos  
Transporte        ( ) esposa   ( ) entrevistado   ( ) filha   ( ) filho   ( ) outros membros   ( ) todos  
Remédio          ( ) esposa   ( ) entrevistado   ( ) filha   ( ) filho   ( ) outros membros   ( ) todos

12. Relações familiares:

Com a mulher:

Como é a relação de vocês? Explique.

---

---

Vocês brigam?

Sim   ( )   Não   ( )   De vê em quando   ( )

Por quais motivos?

---

Você tem ciúmes dela?

Sim   ( )   Não   ( )

Por quê? \_\_\_\_\_

O que você acha da sua mulher? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Você sai com ela?

Sim ( ) Não ( )

Para onde vai?

\_\_\_\_\_

Quando foi a última vez que a levou a passear?

\_\_\_\_\_

Se não - Por quê? \_\_\_\_\_

## 12. 2 Com os filhos:

Como é sua relação com os filhos? Fale sobre isso.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

O que você quando está com eles?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Você sai com os filhos?

Sim ( ) Não ( )

Para onde os leva?

\_\_\_\_\_

Se não - Por quê?

---

Quando foi a última vez que saiu com os filhos?

---

13. O que você faz quando sai do trabalho? \_\_\_\_\_

---

14. Como era sua relação com seu pai? \_\_\_\_\_

---

Qual foi a coisa mais importante que aprendeu de seu pai? \_\_\_\_\_

---

15. Como era sua relação com sua mãe? \_\_\_\_\_

---

Qual foi a coisa mais importante que aprendeu de sua mãe?

---

16. Você já teve outra família?

Sim ( ) Não ( )

Se sim - Por que não está mais com ela?

---



17. Você tem outros filhos de outros relacionamentos?

Sim ( ) Não ( )

Se sim - Quantos? \_\_\_\_\_

Com quem eles ficam? \_\_\_\_\_

Você paga pensão deles?

Sim ( ) Não ( )

Por quê? \_\_\_\_\_

18. Você gosta do seu trabalho?

Sim ( ) Não ( )

Por quê? \_\_\_\_\_

19. Está satisfeito com seu salário?

Sim ( ) Não ( )

Por quê? \_\_\_\_\_

20. O que você acha da sua mulher trabalhar fora? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

21. Pensando na sua família em quando você era criança para hoje: Houve alguma mudança?

Sim ( ) Não ( )

Se sim - Qual (is)? \_\_\_\_\_

De que maneira? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. Quem tem autoridade dentro da família? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

Como exerce essa autoridade? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Quem assume a chefia de família? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

22. Fale sobre o que é ser homem?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

23. O que é ser mulher?

\_\_\_\_\_

24. O que é mais fácil?

Ser Homem ( )                      Ser Mulher ( )

Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

25. Você acha que as mudanças que ocorreram na família, afetaram o seu papel de homem?

Sim ( ) Não ( ) Se não: Por quê \_\_\_\_\_

Se sim: De que maneira? \_\_\_\_\_

26. O que você ensina para seu filho homem que não ensinaria para sua filha mulher?

\_\_\_\_\_

27. O que você ensina para sua filha mulher que não ensinaria para seu filho homem?

\_\_\_\_\_

28. O que você espera para o futuro?

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

UNESP – Campus de Franca/SP

Rua Major Claudiano, 1488

CEP: 14400-690 - SP

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa A visão dos homens sobre os papéis sociais de gênero na atualidade da pesquisadora **Onilda Alves do Carmo**, doutoranda do Curso de Pós-graduação Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP - Campus de Franca/SP, Linha de Pesquisa: **Serviço Social: Formação e Prática Profissional**.

Esta pesquisa faz parte da Tese de Doutorado, sob a orientação do Prof. Dr. Mário José Filho.

Fui informado que a pesquisa pretende **Pesquisar e analisar o que os homens de famílias incluídas no PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em São José do Rio Preto pensam a respeito dos papéis que desempenham na família**. Os resultados desta pesquisa serão a mim devolvidos, em uma reunião com outros homens, após a conclusão do mesmo, sem prejuízo algum.

Como participante da pesquisa poderei ser entrevistado uma ou duas vezes pela pesquisadora com o auxílio do gravador, sendo esta entrevista marcada com antecedência e será realizada na minha residência.

Sei que tenho liberdade de recusar a participar da pesquisa e deixá-la a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para minha vida pessoal e profissional.

Fui também esclarecido que meu nome não será divulgado nos resultados da pesquisa, preservando minha identidade e, as informações que darei serão utilizadas somente para os propósitos desta pesquisa, referenciadas no trabalho com iniciais ou siglas.

Estou ciente dos objetivos da pesquisa e firmo o presente.

DATA: \_\_\_\_\_

---

Assinatura do entrevistado

---

Assinatura da pesquisadora

Caso deseje maiores esclarecimentos segue os telefones abaixo:

PESQUISADORA - Onilda Alves do Carmo (17) 9728 – 3941

UNESP- Campus -Franca – Pós-graduação (016) 3711-1891

Colaboradores: Dinorah de Fátima Zampieri Bossa, Eunice Aparecida Franco, Lucas Moisés Vinci e Thiago Sousa Oliveira.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)